

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
ANDRÉIA LAZZARI CHIOVATTO

MOBILIZA ESTAÇÃO SARACURA VAI-VAI:
ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DAS AÇÕES DE UM COLETIVO E
SUAS REDES URBANO-COMUNICACIONAIS

São Paulo

2025

ANDRÉIA LAZZARI CHIOVATTO

MOBILIZA ESTAÇÃO SARACURA VAI-VAI:
ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DAS AÇÕES DE UM COLETIVO E
SUAS REDES URBANO-COMUNICACIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Orientadora: Profa. Dra. Simone Luci Pereira.

São Paulo

2025

Chiovatto, Andréia Lazzari.

Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai: análise das potencialidades das ações de um coletivo e suas redes urbano-comunicacionais / Andréia Lazzari Chiovatto. - 2025.

198 f. : il. color.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2025.

Área de concentração: Comunicação Urbana.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Luci Pereira.

1. Comunicação urbana. 2. Ativismo digital. 3. Bixiga.
4. Direito à cidade. 5. Coletivo Estação Saracura Vai-Vai.
I. Pereira, Simone Luci (orientadora). II. Título.

ANDRÉIA LAZZARI CHIOVATTO

MOBILIZA ESTAÇÃO SARACURA VAI-VAI:
ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DAS AÇÕES DE UM COLETIVO E
SUAS REDES URBANO-COMUNICACIONAIS

Aprovada em:

Banca examinadora:

_____/_____/_____
Profa Dra. Simone Luci Pereira (Orientadora)
Universidade Paulista – UNIP

_____/_____/_____
Profa. Dra. Clarice Greco
Universidade Paulista – UNIP

_____/_____/_____
Profa. Dra. Flávia Magalhães Barroso
Universidade Paulista – UFRJ

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao Colégio Objetivo, por ceder uma bolsa de estudos para que eu pudesse realizar o mestrado, e à UNIP pelo apoio oferecido durante esta trajetória.

Expresso minha gratidão, admiração e inspiração à minha orientadora, professora dra. Simone Luci Pereira, que me guiou, sendo compreensiva e entusiasta ao longo de todo o mestrado, sempre contribuindo para meu conhecimento acadêmico.

Agradeço às professoras Clarice Greco e Flávia Magalhães Barroso, integrantes da banca de qualificação, que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, aos colegas do Grupo de Pesquisa URBESOM e aos caros professores das disciplinas que cursei. Quanto conhecimento acessei pelas trocas em aulas e seminários!

Agradeço a meu marido Rodolpho Pacolla Ferraz, pela parceria, apoio e incentivo. Ele me deu força para seguir em frente com meus objetivos acadêmicos, viveu o processo comigo e contribuiu com conversas, leituras, vídeos, podcasts e artigos! Você faz parte desta pesquisa!

Agradeço a minha mãe, Marineia Lazzari Chiovatto, por sempre ter me dado “asas e raízes”, um lugar aonde voltar para consultar, estudar, conversar sobre os assuntos da minha pesquisa. Minha admiração pela sua trajetória é enorme! Você também fez parte desta pesquisa!

Agradeço imensamente a todos os envolvidos no caminho para a obtenção do mestrado: minhas coordenadoras Lucíola e Silvana, minha irmã Carol e meu cunhado Bruno, que revisaram o texto, e principalmente aos meus filhos.

Sankofa

olhar para o passado na trilha do futuro
e se alimentar daquilo que não pode ser esquecido.

Manifesto Saracura/Vai-Vai

Resumo

A presente pesquisa investiga as disputas de poder, memória e território em torno do Quilombo Saracura, localizado no bairro do Bixiga (SP), a partir da atuação do Coletivo “Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai” em suas redes urbanocomunicaionais em seu perfil no Instagram. A pesquisa busca compreender como narrativas urbanas sobre memória afro-brasileira, identidade e patrimônio cultural são produzidas, disputadas e ressignificadas no ambiente digital, especialmente no Instagram do Coletivo. A pergunta central reflete sobre a maneira que o ativismo urbano e comunicacional contribui para resistir ao apagamento histórico e às tensões entre urbanização e preservação cultural. Os principais eixos conceituais envolvem comunicação urbana (Reguillo, 1996; Caiafa, 2017, 2002), direito à cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2005, 2012), controvérsias e redes (Latour, 2012), ciberquilombismo (FRANCO, 2022). A metodologia da análise baseou-se em coleta de dados, análise qualitativa de postagens do perfil @estacaosaracuravaivai (2022–2025), considerando engajamento, hashtags e narrativas. O estudo evidencia as práticas comunicacionais em rede operam como tecnologias sociais de resistência, afirmando o papel da comunicação digital na democratização do espaço urbano.

Palavras-chave: Comunicação urbana; Ativismo digital; Bixiga; direito à cidade; Coletivo Estação Saracura Vai-Vai

Abstract

This research investigates the disputes over power, memory, and territory surrounding the Quilombo Saracura, located in the Bixiga neighborhood (São Paulo), through the actions of the collective “Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai” in its urban-communicational networks on Instagram. The study aims to understand how urban narratives about Afro-Brazilian memory, identity, and cultural heritage are produced, contested, and re-signified in the digital environment, particularly on the Collective’s Instagram profile. The central research question reflects on how urban and communicational activism contributes to resisting historical erasure and the tensions between urbanization and cultural preservation. The main conceptual frameworks include urban communication (Reguillo, 1996; Caiafa, 2017, 2002), the right to the city (Lefebvre, 2001; Harvey, 2005, 2012), controversies and networks (Latour, 2012), and cyberquilombism (FRANCO, 2022). The methodology was based on data collection and qualitative analysis of posts from the @estacaosaracuravaivai profile (2022–2025), considering engagement, hashtags, and narratives. The study demonstrates that networked communicational practices operate as social technologies of resistance, reaffirming the role of digital communication in democratizing urban space.

Keywords: Urban communication; Digital activism; Bixiga; Right to the city; Estação Saracura Vai-Vai Collective.

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa dos rios da região do Bixiga (Portal do Bixiga, 2021)	27
Figura 2 – Ilustração de onde o Rio Saracura deságua, estudo realizado com o “Coletivo Salve Saracura” (CORREIA et al., 2022)	28
Figura 3 – Reportagem do Correio Paulistano de 1907	31
Figura 4 - @estacaosaracuravaivai, post de 23/12/2022.....	34
Figura 5 – Google street view (Março de 2021).....	49
Figura 6 – Imagem do Google Earth de 16/10/2024.....	49
Figura 7 – Página de desapropriações da linha Uni 04/2025	50
Figura 8 – Página de desapropriações da linha Uni - 04/2025	51
Figura 9 - Localização da distância da Rua Dr. Lourenço Granato para a Rua Almirante Marques Leão Print Screen Google, 10/05/2025.....	52
Figura 10 - Trajeto do Terreno desapropriado até o novo local divulgado pelo Instagram do Vai-Vai. Google street view 2025. 12/05/2025	53
Figura 11 - Print Screen do destaque do perfil do Vai-Vai no Instagram, chamando para assinatura de abaixo-assinado pela permanência da escola no Bixiga, acesso em 10/01/2025.	55
Figura 12 – Mapa do local onde está ocorrendo a construção da Estação de metrô	55
Figura 13 - Imagem do GoogleEarth - Quadra do Vai-Vai já demolida, acesso em 17/05/2024	56
Figura 14 - “Não somos contra o metrô, somos contra o apagamento histórico” (@estacaosaracuravaivai, acesso em 10/01/2025).....	57
Figura 15 - Escavações - Linha Uni (04/2025)	58
Figura 16 - Escavações - Linha Uni (03/2025)	58
Figura 17 - Escavações - Linha Uni (04/2025)	58
Figura 18 - Achados arqueológicos - Linha Uni (03/2025).....	59
Figura 19 - Chamada para Caminhada pelo Bixiga (26/10/2022).....	61
Figura 20 - Post de 11/06/2023.....	73
Figura 21 - Emendas do PDE em 25/05/2023	78

Figura 22 – Convocação para ato público. 23/02/2025	100
Figura 23 - PrintScreen da página inicial do perfil do Coletivo	116
Figura 24 - Print Screen de vídeo de Emicida falando sobre o movimento Saracura Vai-Vai	124
Figura 25 – postagem de 14/02/2025.....	130
Figura 26 – postagem carrossel de 29/04/2024	133
Figura 27 – Printscreen da postagem de 01/03/2024	135
Figura 28 – printscreen da postagem de 26/06/2022	138
Figura 29 - Post “Feijão de Ogum” - 23/04/2025	146
Figura 30 - Post em vídeo do dia 30/10/2024 em parceria com o jornal guia negro	148
Figura 31 - Post Carrossel de 18/08/2023.....	151
Figura 32 - Post de 06/07/2022	155
Figura 33 - Post de 12/02/2025 Vídeo em colaboração com Raquel Rolnik	161
Figura 34 - Post de 01/11/2024	163
Figura 35 - Post de 12/11/2023	166
Figura 36 - Post em video do dia 22/08/2022	169

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Assinaturas do Manifesto em 04/2025..... 62

Tabela 2 - Registros das postagens, com hashtags e métricas de engajamento ... 118

Tabela 3 - Categorias Temáticas e Uso de Hashtags e Menções X ano 118

Tabela 4 - Postagens X Engajamentos 2022 120

Tabela 5 - Postagens X Engajamentos 2023 120

Tabela 6 - Postagens X Engajamentos 2024 120

Tabela 7 - Postagens X Engajamentos 2025 121

Sumário

Introdução.....	12
CAPÍTULO 1: História e Território: Comunicação urbana em disputa	27
1.1. Desenvolvimento e expansão urbana no Bixiga	33
1.2. A noção/perspectiva da Comunicação Urbana e das territorialidades urbano comunicacionais para compreender o Bixiga	40
1.3. Controvérsia: A Vai-Vai, a construção do metrô, os achados arqueológicos e a criação do Coletivo Saracura Vai-Vai	45
CAPÍTULO 2: Tensões e Disputas Urbanas: Quem tem o direito à cidade?.....	66
2.1. Apagamento histórico e Cultural Afrobrasileiro.....	80
2.2. Narrativas em Contramão	89
2.3. Ações de resistir e lutar pelo território, memória, identidade cultural e história	96
2.4. Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro.....	101
CAPÍTULO 3: Coletivo Estação Saracura Vai-Vai	108
3.1. Análise da categoria Disputas de poder e território: O Instagram como Ferramenta de Mobilização.....	127
3.3. Análise da categoria Colaborações e redes: Dinâmicas de Ativismo e Articulação Social	158
3.4. Breve análise da entrevista cedida pelo Coletivo Estação Saracura Vai-Vai	172
Considerações Finais	176
Referências Bibliográficas	181
Anexos.....	196

Introdução

Este trabalho apresenta minha pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) na Universidade Paulista – UNIP, e teve início durante as aulas da disciplina “Comunicação, cidades e economias criativas”, ministrada pela minha orientadora, professora dra. Simone Luci Pereira, cuja abordagem do tema das “derivas” enquanto método/ferramenta de pesquisa, ou seja, a compreensão dos espaços urbanos de maneira sensível, fez do ato de caminhar e observar a cidade e seus passantes uma forma de pesquisar, além de também uma prática estética (CARERI, 2015) e comunicacional.

Essa discussão inspirou o desenvolvimento de uma pesquisa exploratória no “Parque Minhocão”, territorialidade que trouxe uma nova perspectiva para São Paulo. Por ser uma espécie de corte linear de concreto que liga o Centro à região oeste da cidade, o viaduto de três quilômetros impacta a qualidade de vida dos moradores dos arredores com ruído e poluição intensos. Após grande mobilização social, o papel do espaço foi repensado, tornando-o um “parque” ocasional, que aos finais de semana abre para os pedestres realizarem atividades esportivas e culturais. Mais recentemente, tal projeto também se ampliou para abarcar os períodos noturnos.

Nas derivas realizadas pela parte de cima do viaduto, há uma sensação de conquista da urbanidade, mas, quando se passou também à parte debaixo do parque linear, a situação mudou em diversos sentidos, discutidos a fundo no trabalho apresentado e publicado no congresso Intercom em 2023 e seus desdobramentos (PEREIRA; CHIOVATTO, 2024).

A deriva despertou-nos a noção de “observação flutuante” (PETONET, 2008), que propõe se deixar conduzir a partir do campo, ou seja, permitir ao olhar se libertar de um único foco previamente escolhido e simplesmente flutuar, aguçando os sentidos para conhecer o lugar, abrindo-se para o inesperado que chama atenção e, a partir daí, construir narrativas sobre como o cotidiano estabelece sua própria lógica.

Desenvolveram-se outras pesquisas a partir dessa abordagem, e novos territórios passaram a integrar a investigação atual, que também contribui para os trabalhos do grupo URBESOM – Culturas Urbanas, Música e Comunicação – do CNPq, do qual sou membro, vinculado ao PPG Comunicação da UNIP e coordenado pela professora dra. Simone Luci Pereira. Esse grupo investiga como práticas musicais e midiáticas contribuem para a formação de territórios urbanos, a expressão

de identidades culturais e os sentidos de comunicação urbana. Além disso, estuda a interculturalidade e o cosmopolitismo nas cidades, considerando as interações entre lógicas locais e globais e as territorialidades em rede. Assim, o grupo busca compreender as múltiplas formas e configurações da comunicação urbana, destacando o papel da música, do ativismo e das artes como mediadoras de formas de comunicação e expressão cultural nas cidades.

No contexto do desenvolvimento de meu mestrado e das atividades realizadas pelo GP URBESOM, destacou-se a presença e influência da arquiteta e urbanista Marineia Lazzari Chiovatto, que atua em conselhos urbanos e ambientais de São Paulo, tendo uma trajetória voltada para políticas públicas, especialmente nas áreas de habitação, urbanismo e meio ambiente. Seu compromisso com o desenvolvimento urbano sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades foi evidenciado em minicurso sobre o Plano Diretor e Leis de Zoneamento sobre o Bixiga, ofertado junto ao GP URBESOM. Como membro técnico de apoio ao Coletivo para o restauro da Capela dos Aflitos e o futuro Memorial dos Aflitos, no bairro da Liberdade, seu trabalho inspirou o ponto de partida para a presente pesquisa, levando à investigação sobre a construção da linha 6 Laranja do metrô de São Paulo e seus achados arqueológicos, principalmente a mobilização Estação Saracura Vai-Vai, que atua em rede, conforme LATOUR (2012), com outros conselhos e atores da cidade.

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender as dinâmicas de disputa de poder em torno do ativismo territorial, urbano e comunicacional (PEREIRA et al., 2024) desenvolvidas pelo Coletivo Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai, analisando as pautas que o grupo constrói, articula e defende em sua página oficial na rede social Instagram.

De forma mais detalhada, os objetivos específicos desta investigação consistem em: investigar como o coletivo produz e ressignifica narrativas urbanas sobre memória, território e identidade; analisar as estratégias comunicacionais e as ações de ativismo digital empreendidas em sua página no Instagram; refletir sobre as tensões existentes entre a urbanização e a preservação do patrimônio afro-brasileiro no bairro do Bixiga, em São Paulo; e examinar os processos de apagamento histórico e as disputas de poder que emergem na relação entre o coletivo e o contexto urbano em que atua.

Dessa forma, a pergunta que norteia este trabalho é: Como o ativismo comunicacional do Coletivo Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai no Instagram expressa disputas de poder e resistências à urbanização do Bixiga?

Já há farta bibliografia (CASTRO, 2006; GONÇALVES, 2014; SOARES, 1999; NASCIMENTO, 2016) quanto à história da região do Bixiga, atestando a existência, dentro da Chácara do Bixiga desde o século XVIII, de um quilombo urbano constituído por pessoas negras escravizadas nas margens do córrego da Saracura, onde hoje se localizam a Avenida Nove de Julho, a Praça 14 Bis e o atual canteiro de obras da futura estação de metrô. Tal bibliografia afirma que, para além da narrativa do tradicional “bairro italiano”, a região teve como primeiros habitantes uma população negra, ainda presente, embora venha sendo expulsa para outras áreas desde o início do século XX em processos gentrificadores da área central da cidade. Em 2022, durante as obras de escavação para a construção da estação, evidências arqueológicas desse quilombo foram encontradas, levando a uma luta coletiva, liderada por movimentos sociais, pela preservação da memória negra naquela territorialidade, em busca de uma salvaguarda e do devido processo de patrimonialização dos objetos, entre outras pautas, centralizadas nas ações e lutas do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, o foco desta dissertação.

O sítio arqueológico do Quilombo Saracura, localizado na área das obras da estação 14-Bis do metrô, surge como um símbolo da luta pela memória e identidade afro-brasileira. Parte fundamental da história do Bixiga e da cidade como um todo, o território fica no centro de uma disputa de poder entre os interesses do desenvolvimento urbano e as demandas pela preservação do patrimônio cultural. A descoberta dos vestígios do quilombo Saracura evidencia as tensões entre progresso urbano e memória coletiva. Por um lado, a expansão da infraestrutura de transporte é apresentada como um símbolo de modernidade e desenvolvimento. Por outro, questiona-se a quem serve esse progresso quando negligência a história de populações marginalizadas. O apagamento de territórios como o Quilombo Saracura reflete a perpetuação de políticas excludentes que priorizam interesses econômicos em detrimento da valorização de patrimônios culturais e identitários.

O ativismo urbano tem sido um importante instrumento de resistência. Movimentos como o Coletivo Estação Saracura Vai-Vai desempenham um papel

crucial na luta pela preservação da memória afro-brasileira, articulando moradores, ativistas e organizações culturais em torno de estratégias de resistência e a chamada comunicação urbana (PEREIRA *et al.*, 2021; CAIAFA, 2017). Tais fluxos, fios, trajetórias, nós e redes constituídos entre atores sociais, imaginários, pautas, ativismos, memórias e meios de comunicação que conectam o urbano e se fazem e refazem a todo momento. Coletivos como esse transformam o espaço em palco de protestos, debates e celebrações culturais, reafirmando a centralidade da memória coletiva na construção de uma cidade mais inclusiva.

Por isso, problematizar as políticas públicas que conduzem o desenvolvimento urbano e questionar os mecanismos que silenciam vozes marginalizadas, uma experiência contemporânea de racismo que reencena o colonialismo, segundo Grada Kilomba (2019) uma ferida aberta na qual o passado e o presente se entrelaçam em uma continuidade de violências. O ressurgimento de fragmentos essenciais do legado de uma das diversas populações brasileiras contribui para enriquecer a identidade e o patrimônio histórico-cultural da cidade e interromper esse silenciamento, reconstituindo narrativas tão negligenciadas ao longo dos processos de urbanização, cujas memórias de resistência, luta e pertencimento ajudam a moldar a história coletiva. Garantir a preservação e resgatar essas histórias é uma tarefa que vai além da valorização do passado: é um exercício de justiça social, de reconhecimento de identidades marginalizadas e de reafirmação do papel das populações negras na formação do espaço urbano.

Para compreender o tema desta pesquisa, é preciso considerar o conceito de comunicação urbana, desenvolvido por Reguillo (1996), que a define como um campo multidisciplinar dedicado a investigar a relação entre comunicação, cidade e espaço urbano. Essa perspectiva analisa as cidades por meio de múltiplos aspectos — sociais, culturais, políticos e econômicos — e as compreende como territórios dinâmicos, marcados por disputas e significados em constante transformação. Reguillo (1996) aponta que a comunicação urbana não se restringe apenas à circulação de informações, mas está diretamente relacionada à construção de significados e à disputa por legitimidade no espaço público. Assim, os coletivos urbanos atuam na ressignificação da cidade, desafiando as estruturas de poder e questionando modelos urbanos excludentes. Portanto, o conceito de comunicação

urbana auxilia na investigação e na compreensão das articulações em rede promovidas pelos movimentos sociais. Da mesma forma, o ativismo comunitário pode desafiar as dinâmicas de poder e promover um debate mais amplo sobre a preservação da memória e da diversidade cultural, além de praticar ativismos urbanos, culturais, étnicos, entre outros.

Assim, o Quilombo Saracura se torna não apenas um espaço de disputa territorial, mas também um território simbólico onde se travam batalhas por reconhecimento, memória e justiça social.

A reflexão sobre essas tensões entre urbanização e memória oferece uma oportunidade para repensar os caminhos para uma cidade que valorize, de forma mais efetiva, a pluralidade de suas histórias e contribuições. Conforme Rolnik (2003) e Reguillo (1996), as cidades podem ser consideradas construções humanas das mais complexas e, como tais, são objeto de numerosas controvérsias simbólicas nas quais intervêm diversos atores sociais, imaginários urbanos, práticas sociais e transformações materiais, tornando-as um cenário privilegiado para a análise das inter-relações entre cultura, mídias e território. Nessa dinâmica, sobrepõem-se diferentes formas de sociabilidade, desde práticas culturais emergentes até estruturas de controle institucionalizadas.

A problematização da ideia de cidade como um mero cenário onde eventos ocorrem traz à tona sua faceta de elemento constitutivo de formas específicas de sociabilidade, deslocando o foco da simples observação para a compreensão das relações que produzem significados urbanos (Reguillo, 1996). Nesse contexto, entende-se o território não apenas como uma delimitação espacial, mas como um devir, uma propriedade emergente das relações sociais (CORSÍN JIMÉNEZ, 2003). Assim, enquanto a cidade molda os discursos e as práticas comunicacionais, as formas de comunicação também influenciam e reconfiguram a própria paisagem urbana. Badenes (2007) provoca uma reflexão sobre as diferentes maneiras pelas quais o espaço urbano pode ser narrado, visualizado e apropriado, e, portanto, não deve ser visto apenas como um pano de fundo para as interações humanas, mas como um agente ativo que se impõe, se modifica e se ressignifica a partir da comunicação entre os indivíduos. Ou seja, a cidade passa a ser entendida não apenas

como um espaço físico, mas como um território simbólico, onde discursos, memórias e disputas narrativas se entrelaçam.

A cidade ocupa hoje um lugar estratégico no cruzamento de debates teóricos com projetos políticos, experimentações estéticas e utopias comunitárias, como aponta Badenes (2007), reforçando a necessidade de um olhar interdisciplinar para compreender as complexidades do urbano. Essa abordagem interdisciplinar é essencial para desvendar as múltiplas camadas de significados e interações que compõem o ambiente urbano contemporâneo. Em suma, a compreensão da cidade como uma construção simbólica e dinâmica exige uma análise que considere as interações entre os diversos atores sociais, as práticas culturais e as transformações materiais que a constituem. Essa perspectiva permite uma leitura mais aprofundada das complexidades urbanas e das múltiplas dimensões que configuram o espaço urbano como um território de significados em constante transformação.

O termo “mídias sociais”, conforme discutido por Schwingel (TV BRASIL, 2017), originalmente se referia a diferentes formas de comunicação em massa. No entanto, com a ascensão das plataformas digitais – como o próprio Instagram - as mídias sociais passaram a existir também no ambiente online, sendo apropriadas por diferentes grupos para novas funções sociais. Nesse contexto, a noção de rede social vai além das plataformas digitais, abrangendo as trocas de informação e os vínculos comunitários que sempre existiram fora do meio virtual.

A análise desse contexto evidencia que a comunicação urbana está intrinsecamente ligada às disputas pelo espaço, às desigualdades sociais e aos processos de reivindicação territorial. Nesse sentido, os Coletivos urbanos têm utilizado a comunicação como uma ferramenta de resistência, seja por meio de intervenções artísticas, protestos ou ocupações de espaços simbólicos e de plataformas digitais.

Elementos como o grafite, a pichação, as performances urbanas e as mídias sociais assumem um papel central na contestação das narrativas hegemônicas sobre a cidade, servindo como instrumentos de luta e afirmação para grupos historicamente marginalizados. Esses movimentos tensionam as políticas de planejamento urbano, denunciando as desigualdades e reivindicando seu direito à cidade, conceito

defendido por Lefebvre (2001), como a possibilidade de apropriação e transformação do espaço urbano por seus habitantes.

Entretanto, esse processo de resistência ocorre em um cenário marcado pela crescente mercantilização da cidade. Reguillo (1996) alerta para os impactos da lógica de mercado na configuração dos espaços urbanos, destacando como a privatização de áreas públicas tem restringido o acesso e aprofundado as exclusões sociais. Esse fenômeno, amplamente discutido no contexto da gentrificação, leva à expulsão de populações tradicionais de seus territórios em favor de projetos voltados a classes economicamente privilegiadas. Em conformidade, a autora Neves (2017) afirma que a cidade está sendo vendida como um produto, e aqueles que não podem pagar por ela vão sendo expulsos de seus próprios espaços de pertencimento.

Nesta pesquisa, parte-se da hipótese de que o Coletivo Estação Saracura Vai-Vai utiliza a comunicação digital do *Instagram* como instrumento de resistência e de disputa simbólica pelo território, ressignificando a memória afro-brasileira e fortalecendo o sentimento de pertencimento no bairro do Bixiga. Supõe-se que suas práticas comunicacionais no Instagram funcionem como formas de ativismo que tensionam as narrativas hegemônicas sobre o progresso urbano, revelando as dinâmicas de poder e os processos de apagamento histórico que incidem sobre o território. Além disso, considera-se que, ao articular redes de alianças e promover a circulação de narrativas contra-hegemônicas, o coletivo contribui para a construção de uma cidade mais inclusiva e plural, onde a memória, a identidade e o direito ao espaço urbano se tornam elementos centrais de resistência.

Ou seja, o Coletivo Estação Saracura Vai-Vai pode desempenhar um papel fundamental na disputa por uma cidade mais inclusiva e democrática e nas formas de construir sentidos de comunicação urbana e criar redes de alianças e apoios com atores de fora daquele território. Ao se apropriarem da comunicação como estratégia de resistência, esses grupos não apenas denunciam processos de segregação e apagamento histórico, mas também propõem alternativas que desafiam a lógica excludente do mercado imobiliário. Por meio de suas práticas, esses Coletivos resgatam memórias, reconstroem identidades e reivindicam o direito ao espaço urbano como um direito fundamental.

A compreensão dessas dinâmicas exige uma abordagem interdisciplinar, que envolva estudos sobre comunicação, urbanismo e movimentos sociais. Assim, torna-se possível analisar como a disputa simbólica pelo espaço se manifesta e quais estratégias são adotadas para resistir aos processos de exclusão. Ao reconhecer a cidade como um campo de embates entre diferentes atores sociais, esta pesquisa busca contribuir para a reflexão sobre o papel da comunicação na construção de um espaço urbano mais equitativo e plural, explorando a compreensão de como tais disputas evidenciam as tensões entre progresso urbano e memória coletiva, demonstrando como políticas de expansão da cidade podem colidir com a necessidade de valorização do legado histórico de comunidades marginalizadas especialmente no que se refere à memória afro-brasileira no bairro do Bixiga através da resistência da Mobilização Estação Saracura Vai-Vai.

As controvérsias (LATOURETTE, 2012) em torno do sítio arqueológico na atualidade refletem como movimentos sociais contemporâneos, como o Coletivo Saracura-Vai-Vai, vêm transformando o espaço em uma plataforma de ativismo, reivindicando o reconhecimento e a valorização das contribuições das populações afro-brasileiras para a formação da cidade. A recuperação da memória urbana reorganiza o espaço e amplia as possibilidades de afirmação identitária. Reguillo (1996) enfatiza que a luta pelo direito à cidade passa, necessariamente, pelo direito à comunicação. Para construir cidades verdadeiramente democráticas e acessíveis, é essencial garantir que todos os cidadãos tenham voz nas narrativas urbanas e que portanto, a cidade pertence além dos que a constroem fisicamente, também àqueles que a narram, a vivem e a sonham.

As articulações promovidas por diferentes agentes locais — moradores, ativistas e organizações culturais — mobilizam esforços para defender o legado histórico do Quilombo Saracura e ressaltam a potência da mobilização comunitária e as estratégias de comunicação urbana utilizadas na preservação cultural e histórica de territórios que podem ser entendidos como “territorialidades urbano-comunicacionais”, um conceito a ser aprofundado ao longo do estudo.

Por fim, a comunicação urbana desempenha um papel central na construção da percepção sobre o espaço público. A forma como a mídia retrata determinadas regiões da cidade influenciam diretamente a maneira como esses espaços são

ocupados e vivenciados pelos cidadãos. Reguillo (1996) destaca que discursos midiáticos acabam por construir imaginários sobre as cidades, definindo os espaços seguros, perigosos e os invisibilizados. Essa disputa narrativa tem impactos concretos na vida das pessoas, afetando desde políticas públicas até a valorização imobiliária de determinadas áreas urbanas. Assim, analisar as intersecções entre comunicação, urbanismo e memória torna-se fundamental para compreender as disputas simbólicas e territoriais que moldam o espaço urbano contemporâneo.

A presente reflexão busca problematizar as dinâmicas de poder que permeiam o ativismo urbano e sua relação com a comunicação digital, particularmente no contexto do Coletivo “Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai” e suas pautas no Instagram. Como aponta Mbembe (2018), uma política do humano deve se basear na noção do semelhante, ainda que nossa condição primeira seja a diferença. Nesse sentido, a cidade se apresenta como um espaço de múltiplas disputas e ressignificações, onde diferentes agentes sociais reivindicam sua presença e direito ao território. Conforme Michel de Certeau (2000), ao se observar uma cidade do alto, vemos ruas e fluxos, mas é nos movimentos das pessoas – que vivem e atravessam a cidade – que percebemos o verdadeiro dinamismo urbano. Essa mobilidade, no entanto, não acontece sem interferência. Ela é moldada por forças que buscam controlar e definir como o espaço deve ser ocupado. Assim, enquanto os indivíduos ressignificam a cidade por seus trajetos, os sistemas de poder tentam regular esses movimentos.

No caso específico do Coletivo “Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai”, observa-se as formas de ocupação e sedimentação do poder na cidade, escavando suas múltiplas camadas temporais e refletindo sobre as vidas soterradas nos processos de apagamento histórico. Segundo Haesbaert (2016), a noção de multiterritorialidade é essencial para entender essas dinâmicas, pois os territórios não são homogêneos e nem fixos, mas sim atravessados por disputas simbólicas e materiais.

A comunicação desempenha um papel central nessas disputas. Castells (2013) argumenta que, ao longo da história, os meios de comunicação foram amplamente controlados por governos e corporações, consolidando perspectivas hegemônicas e tornando a informação um produto influenciado por interesses econômicos e políticos.

Nesse sentido, Reguillo (2017) enfatiza que a tecnologia nunca é neutra, pois reflete as dinâmicas de poder da sociedade. Contudo, a popularização da internet e

das mídias sociais digitais abriu novas possibilidades de descentralização da comunicação, permitindo que grupos historicamente marginalizados contestem narrativas dominantes e reivindiquem visibilidade.

As mídias sociais digitais, segundo Recuero (2009), são sistemas que possibilitam interação, exposição e construção de identidade por meio de perfis e páginas pessoais. Silva (2016) argumenta que, nesse ambiente, a web e suas ferramentas passaram a desempenhar um papel essencial na construção da memória social, pois permitem o registro, compartilhamento e armazenamento de informações, configurando uma nova forma de memória coletiva. O Instagram, nesse contexto, não se limita a ser um espaço de compartilhamento de imagens, mas se consolida como um repositório de memórias e um instrumento de afirmação identitária. Dessa maneira, a atuação do Coletivo “Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai” no Instagram é compreendida como um exercício de resistência e ressignificação do espaço urbano e da memória coletiva. Através da plataforma, o Coletivo não apenas denuncia processos de apagamento histórico e disputas territoriais, mas também constrói uma narrativa própria sobre o território, mobilizando sua comunidade e ampliando sua voz diante das estruturas de poder que tentam silenciá-lo.

Como metodologia, deixa-se claro que a escolha do perfil do Instagram do Coletivo (@estacaosaracuravaivai) como campo de análise foi uma decisão consciente e fundamentada, pois nesta plataforma o Coletivo concentra suas ações de rua, suas narrativas contra o apagamento histórico afro-brasileiro e sua resistência política, funcionando como potencializador para a visibilidade das ações e ampliando o alcance de suas campanhas através da articulação entre a luta local e redes mais amplas de solidariedade e mobilização.

Para o processo de coleta de postagens, foi necessário considerar que a política de privacidade do Instagram não permite acesso aos insights de perfis alheios, o que impossibilitou o acesso a métricas oficiais e detalhadas de engajamento, portanto, foi realizado de forma manual, um backup das postagens de junho 2022 a maio de 2025, utilizando uma planilha estruturada com colunas específicas contendo datas, imagens, conteúdo textual, hashtags e padrões de engajamento observáveis publicamente (curtidas, comentários e compartilhamentos) de todas as postagens do perfil no período analisado.

Fundamenta-se também, na abordagem proposta por Salgado (2018), que afirma orientar-se pelo acompanhamento dos rastros de ação deixados pelos atores nas redes sociais online. Conforme destaca o autor, "a análise de ações em redes sociais online busca descrever e caracterizar os modos de ação online por meio dos rastros deixados pelos actantes, que se associam e agem conjuntamente nesses ambientes" (SALGADO, 2018, p. 175-6).

A análise então, seguiu rigorosamente os princípios éticos de análise de redes sociais, respeitando a natureza pública do perfil analisado e evitando a divulgação de informações sensíveis sobre indivíduos envolvidos.

Dada a amplitude do corpus, realizou-se uma análise panorâmica das categorias, com foco em quatro postagens escolhidas por critérios combinados: relevância, engajamento e uso de hashtags. A seleção considera que, no Instagram, "não se trata apenas do que é postado, mas também do que isso representa para cada um de nós individualmente" (LEAVER; HIGHFIELD; ABIDIN, 2020, p. 55), valorizando os aspectos simbólicos, afetivos e performativos das práticas comunicacionais do Coletivo no Instagram, o que permitiu a elaboração de uma categorização temática das postagens sendo elas: Disputas de poder e território, Ativismo e memória afro-brasileira e Colaborações e redes.

A seleção das postagens analisadas nesta pesquisa foi intencional e orientada por uma abordagem qualitativa, com apoio em métricas descritivas. Conforme Trunfio e Rossi (2021), indicadores como curtidas, comentários e compartilhamentos refletem manifestações comportamentais relevantes no ambiente digital. Esses dados foram cruzados com a densidade das narrativas marginais (VIEIRA; ESTEVES JR., 2018) presentes na comunicação do perfil do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, que articula memória, identidade e resistência por meio de oralidade, escrita, performance e ocupação simbólica do espaço urbano. Assim, foram selecionadas postagens com maior visibilidade e potência narrativa, alinhadas aos objetivos da pesquisa sobre lutas urbanas e ativismo negro digital.

A construção e desenvolvimento desta pesquisa evidenciam a produção de um percurso investigativo interdisciplinar e fundamentado na observação das práticas de comunicação urbana vinculadas ao ativismo territorial e digital do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai no bairro do Bixiga, em São Paulo.

O mapeamento das controvérsias em torno do Quilombo Saracura, das dinâmicas digitais do coletivo no Instagram e das tensões entre memória, patrimonialização e progresso urbano possibilitou compreender a cidade como território vivo de disputas narrativas pelo direito à cidade, aos sentidos de pertencimento e identidade, desafiando apagamentos históricos e de processos de resistência e reinvenção coletiva.

Portanto, no primeiro capítulo iremos abordar as disputas territoriais, históricas e simbólicas no bairro do Bixiga, em São Paulo, por meio da análise das postagens no Instagram do Coletivo Saracura Vai-Vai. O capítulo propõe uma leitura crítica da comunicação urbana e das práticas sociais que tensionam o espaço e a memória local, partindo da perspectiva de que a cidade é um território comunicacional e de disputa simbólica (CAIAFA, 2017; PEREIRA, 2021; LATOUR, 2012).

A história do Bixiga é apresentada como um território de múltiplas camadas identitárias e sociais — território negro, migrante, quilombola, de resistência cultural e religiosa, historicamente silenciado por políticas de higienização e modernização urbana (SILVA, 2022; NERES, 2023). A construção da Linha 6-Laranja do metrô, que levou à demolição da sede da Escola de Samba Vai-Vai e ao soterramento de vestígios do Quilombo Saracura, é compreendida como parte de um processo de apagamento simbólico e físico da memória negra.

Através das postagens do coletivo, o capítulo revela como as mídias digitais funcionam como ferramentas de resistência e valorização da memória local, promovendo a escuta de vozes historicamente excluídas. Como afirma Rossano Bastos, integrante do coletivo, “Saracura é história de resistência. Não adianta não nos ouvir” (@estacaosaracuravaivai, 2022). Essa afirmação dialoga com Neres (2023), cuja denúncia ao racismo estrutural na forma como o espaço urbano é historicamente configurado reitera que “o racismo [...] leva corpos negros a intensos processos de luta e disputa no espaço urbano” (2023, pág. 2).

Fundamentado na Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012), o capítulo identifica diversos “atores” — humanos e não-humanos — que compõem a controvérsia em torno do bairro, como o próprio Coletivo, a Escola Vai-Vai, o metrô, os artefatos arqueológicos, as instituições envolvidas e as mídias sociais, todos interligados em redes de disputa por memória, pertencimento e direito à cidade. Assim, o capítulo

demonstra que o Bixiga não é apenas um espaço geográfico, mas um lugar de memória viva, conflito e reinvenção contínua, onde resistências coletivas buscam reconfigurar o imaginário urbano. Como BELMONTE afirma: “narrar a história também é um ato de resistência e um ato de vida” (CRISPIM JR, 2024, p. XXX).

O segundo capítulo reflete sobre os impactos das controvérsias urbanas e, no caso do Bixiga, mostra como a implantação do metrô serve de catalisador de tensões entre memória, território e mercado imobiliário, ilustrando o entrecruzamento dos embates políticos, culturais e institucionais. A análise fundamenta-se a partir de argumentos de Harvey (2005, 2018) e Sassen (2018), considerando que a indústria do transporte motor é fundamental na reestruturação urbana contemporânea e da acumulação de capital, mas também geradora de novas formas de desigualdade e resistência, além de observar como as políticas urbanas frequentemente se ajustam aos interesses do mercado financeiro, ignorando as demandas das populações locais e aprofundando processos de segregação e gentrificação.

Além disso, a discussão também incorpora o debate sobre políticas públicas e planejamento urbano, detalhando o papel do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (BONDUKI, 2018 e BUENO; FREITAS, 2018) nas decisões sobre o espaço urbano. No caso do Bixiga, gerou efeitos ambíguos, pois, enquanto promoveu infraestrutura e valorização urbana com a expansão da Linha 6-Laranja do metrô, também intensificou a gentrificação, a especulação imobiliária e o deslocamento de moradores. Embora previsse a preservação do patrimônio cultural, não atendeu plenamente às demandas locais. Coletivos como o Mobiliza Saracura Vai-Vai criticaram a baixa efetividade da participação popular, evidenciando os conflitos entre interesses comunitários e imobiliários.

O capítulo sustenta que compreender o direito à cidade implica reconhecer as múltiplas lutas e alianças que definem quem pode permanecer, circular e participar das decisões sobre o futuro urbano, destacando a importância dos coletivos e movimentos sociais na construção de cidades mais justas e diversas. Articula ainda referenciais de Santos (1993) e Carlos (2011), destacando o entrelaçamento entre fluxos e fixos na vida urbana, as desigualdades e as diferentes formas de apropriação do espaço compreendido como produto das relações sociais, políticas e econômicas e enfatizando sua condição de campo de disputa e negociação permanente.

Para a realização do terceiro capítulo, a escolha do perfil do Instagram do Coletivo (@estacaosaracuravaivai) como campo de análise foi uma decisão consciente e fundamentada, pois nessa plataforma o Coletivo concentra suas ações de rua, suas narrativas contra o apagamento histórico afro-brasileiro e sua resistência política, ampliando a visibilidade de suas ações e o alcance de suas campanhas através da articulação entre a luta local e redes mais amplas de solidariedade e mobilização.

Neste capítulo analisa-se as postagens da categorização temática: 1) disputas de poder e território; 2) ativismo e memória afro-brasileira; e 3) colaborações e redes, evidenciando a produção de um percurso investigativo interdisciplinar, fundamentado na observação das práticas de comunicação urbana vinculadas ao ativismo territorial e digital do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai no bairro do Bixiga, em São Paulo.

A pesquisa ancorada no perfil @estacaosaracuravaivai do Instagram reafirma que práticas comunicacionais urbanas em rede e mobilizações territoriais operam como tecnologias sociais para a luta por reconhecimento, justiça espacial e memória coletiva. Além disso, diante do constante tensionamento do urbano pelo mercado, pelo poder público e por grupos historicamente marginalizados, as vozes e ações dos coletivos urbanos se mostram essenciais para a democratização do espaço e o pluralismo das narrativas sobre a cidade.

Inicialmente, estava previsto que entrevistas com integrantes do Coletivo fossem realizadas. Entretanto, após diversos contatos sem retorno, a investigação prosseguiu apenas com base nas postagens e na clippagem (seleção de materiais comunicacionais produzidos pelo próprio Coletivo).

Nos últimos dias que antecederam a finalização deste trabalho, por meio de uma conversa no WhatsApp, o Coletivo respondeu em formato de texto às perguntas do questionário enviado. Dessa forma, não foi possível inserir a entrevista de maneira entremeada ao longo da dissertação, ficando ela anexada ao final do trabalho, e sendo apresentada como uma breve análise incorporada ao capítulo 3. Ressalta-se que o próprio Coletivo solicitou que a entrevista não mencionasse nomes individuais, mas fosse considerada como resposta coletiva, evidenciando seu caráter não hierarquizado, sem lideranças, constituído apenas por integrantes em atuação conjunta.

CAPÍTULO 1: História e Território: Comunicação urbana em disputa

Neste capítulo, traçaremos a narrativa da territorialidade do bairro do Bixiga, localizado na área central da cidade de São Paulo, a partir das postagens no Instagram do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, tendo como objetivo refletir sobre a história local, compreender e examinar como se desenrolam os múltiplos desdobramentos de toda a complexidade urbana que foi se formando ali e que marcaram e continuam a transformar essa região.

Em um post de 06/07/2022, logo no início da mobilização, Rossano Bastos Lopes, integrante e arqueólogo do Coletivo, lembrou que a história é uma construção política e o Coletivo complementa afirmando que “a gente está mudando essa narrativa de Bixiga bairro italiano! Bixiga é território preto, nordestino, africano e também italiano (mas não só)” (@estacaosaracuravaivai, 2022).



Figura 1 – Mapa dos rios da região do Bixiga (Portal do Bixiga, 2021)

Conforme mostra o mapa da figura 1, o Rio Saracura, que está sob a Av. 9 de julho, margeou a Escola de Samba Vai-Vai durante cerca de cinco décadas, porém, segundo a jornalista Claudia Alexandre (PATRIMONIAR, 2023), “com o acelerado processo de urbanização, os rios do Bixiga foram canalizados sob ruas e avenidas” (ANEAS apud PORTAL DO BIXIGA, 2021). Isso significa que as três bacias hidrográficas implicadas – as dos rios Saracura, Bixiga e Itororó – integram uma bacia

hidrográfica ainda maior, a do Anhangabaú, tornando o território como responsável pelo abastecimento do centro da cidade de São Paulo até as primeiras décadas do século XX quando a urbanização tomou grandes proporções e outros rios passaram a ser canalizados também na cidade, atualmente essas três bacias servem como escoamento de águas pluviais e tratamento de esgoto na área urbana. (PORTAL DO BIXIGA, 2021).

Podemos notar ainda, observando o mapa da figura 1, que o território do Bixiga está localizado entre a Consolação e a Bela vista, ambos amplamente difundidos como áreas “nobres” de São Paulo, associadas a altos padrões de renda e privilégios sociais. Tal situação, nos revela uma complexidade identitária, social e espacial que desafia as narrativas hegemônicas sobre o centro paulistano já que a configuração geográfica do Bixiga, frequentemente descrita como uma “bacia” entre as “altas” Consolação e Bela Vista, materializa simbolicamente as distinções históricas entre “alta sociedade” e “baixa sociedade”, reforçando estereótipos de valor social atribuídos aos diferentes grupos que habitam a região, assim como a ilustração abaixo nos revela a altura em que o Rio Saracura nasce e onde deságua, compreendemos essa geolocalização próxima a Av. Nove de Julho.

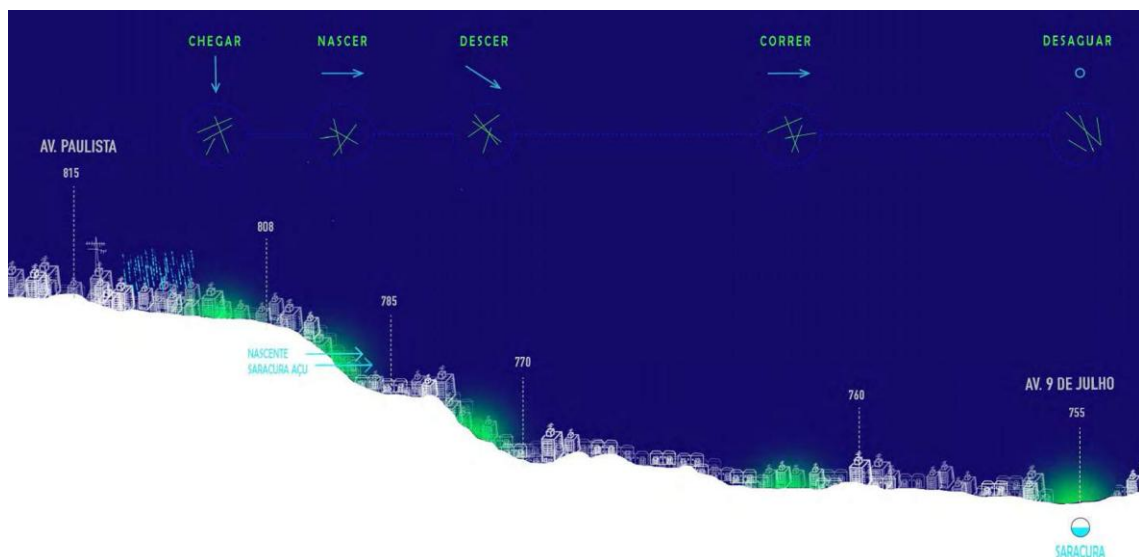


Figura 2 – Ilustração de onde o Rio Saracura deságua, estudo realizado com o “Coletivo Salve Saracura” (CORREIA et al., 2022)

O Bixiga se localiza entre a Consolação e a Bela vista, ambos considerados áreas “nobres” de São Paulo, isto é, associadas a uma alta renda e aos privilégios

sociais decorrentes. Tal situação cria uma complexidade identitária, social e espacial que desafia as narrativas hegemônicas sobre o centro paulistano, já que a configuração geográfica do Bixiga, frequentemente descrita como uma “bacia” entre as “altas” Consolação e Bela Vista, materializa simbolicamente as distinções históricas entre a “alta” e a “baixa” sociedade, reforçando estereótipos de valor social atribuídos aos diferentes grupos que habitam a região.

Nesse contexto, o bairro é marcado por processos de invisibilização e estigmatização, onde populações negras, periféricas, de menor poder aquisitivo são relegadas a espaços “escondidos”, sujeitos a condições adversas, como alagamentos recorrentes, além da necessidade de longas caminhadas íngremes para acessar seus locais de trabalho ou mesmo na circulação cotidiana. Essa dinâmica evidencia a qual ponto a distribuição social do espaço urbano se constitui sobre disputas materiais e simbólicas, nas quais o território posicionado como “menos valioso” frente aos vizinhos recebe menos atenção das políticas públicas de infraestrutura e mobilidade, como é o caso do Bixiga.

A literatura sobre o bairro (CASTRO, 2006; GONÇALVES, 2014; SOARES, 1999; NASCIMENTO, 2016) ressalta que tais desigualdades não são apenas fruto de processos recentes de gentrificação ou modernização urbana, mas têm raízes profundas na história da cidade, desde época do então Quilombo Saracura. Como aponta Lima (2020), a paisagem do Bixiga carrega marcas da ocupação negra e quilombola, como registros históricos, como, que vão resistindo à tentativa de apagamento promovida por sucessivas políticas urbanas que privilegiam os interesses das “altas sociedades” e marginalizam os grupos historicamente subalternizados.

A análise das práticas comunicacionais e das mobilizações do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai evidencia como essas populações transformam o território em espaço de resistência e produção de memória, desafiando as hierarquias espaciais e simbólicas impostas pela lógica da cidade partida. Assim, o Bixiga emerge não apenas como um “vale” em termos topográficos, mas como um campo de disputa por reconhecimento, pertencimento e justiça urbana, onde a luta pela permanência e pela valorização da memória negra se articula com o direito à cidade e à dignidade territorial.

Nos anos 1920, a canalização do córrego Saracura e abertura da Avenida Nove de Julho (então Anhangabaú) descaracterizaram o território. Esta intervenção fazia parte de um projeto de "higienização" urbana (SILVA, 2022), que soterrou referências materiais da presença negra e expulsou populações vulneráveis para periferias, um projeto de "limpeza" do Centro velho subscrito ao mesmo contexto racista que incentivou a imigração europeia e relegou a população negra aos trabalhos mais penosos e precários.

A chegada dos italianos, atraídos pelo loteamento dos pastos do Bixiga e pelos baixos preços dos terrenos, não apagou a presença negra, mas inaugurou uma convivência assimétrica, na qual as contribuições afro-brasileiras foram sistematicamente silenciadas ou subalternizadas (NASCIMENTO, 2016). Antes disso, o bairro fora palco de leilões de pessoas escravizadas e de fugas, com capinzais e matos servindo de esconderijo para os aquilombados. Após a abolição, a proximidade do Bixiga com áreas valorizadas da cidade, como a Avenida Paulista, oferecia a mão de obra negra para o serviço doméstico nas mansões dos barões do café.

A complexidade do bairro, portanto, reside justamente na sobreposição e interpenetração de memórias, identidades e práticas urbanas, que desafiam dicotomias simplificadoras como centro/periferia ou legal/ilegal (idem).

Em 9 de outubro de 1907, foi publicado no jornal "Correio Paulistano" o seguinte texto:



Figura 3 – Reportagem do Correio Paulistano de 1907

A reportagem acima apresenta a região do Saracura como um “pedaço da África”, um “recanto com ares do Congo”, enfatizando as práticas religiosas, a precariedade, o isolamento social da população negra e atribuindo-lhe, de maneira controversa (LATOIR, 2012), a responsabilidade pela própria morte ao afirmar que “não souberam *gozar* [sic]” a liberdade. As implicações dessa abordagem são racistas¹.

Ao relatar a morte e o sofrimento como consequência da suposta incapacidade de “gozar a liberdade”, a reportagem perpetua a violência simbólica, pautada na discursividade, apagando as lutas, resistências e estratégias de sobrevivência dessas comunidades, além de ignorar o papel do Estado e da sociedade na manutenção das desigualdades.

Em síntese, o histórico do Bixiga é marcado por um duplo movimento (SILVA, 2022): de um lado, o apagamento da memória negra e popular do bairro não é um evento fortuito, mas um padrão estrutural da urbanização paulistana, orientado pelo

¹ Segundo Neres (2023), “tem-se o racismo como um sistema, que inferioriza corpos negros e que os leva a ocupar espaços subalternos, concebe-se também como estrutural, ao levar corpos negros a intensos processos de luta e disputa no espaço urbano, modo de resistência que está intrinsecamente atrelado às relações de poder, operadas pela branquitude (2023, p.2)”. Assim sendo, a escolha das palavras na reportagem de 1907 é racista ao naturalizar a marginalização da população negra e reforçar a ideia de que a liberdade foi um “privilégio” não aproveitado.

interesse econômico e pela lógica da acumulação de capital; de outro, a persistência e a reinvenção de práticas culturais e identitárias que reivindicam o reconhecimento da pluralidade de sujeitos e histórias que compõem o bairro. Essa dinâmica evidencia que a memória urbana é expressão do afeto pela cidade, mas sua preservação só é possível quando obedece à lógica da acumulação de capital, um enorme desafio para a construção de uma cidade verdadeiramente democrática e plural (idem).

No episódio 02 do Podcast Patrimoniário, do dia 28 de novembro de 2022, divulgado através de post no Instagram do Coletivo, a jornalista e ativista Gisele Brito, do Instituto de Referência Negra Peregrum e da articulação Saracura/Vai-Vai, conta que a demolição da quadra da Escola de Samba Vai-Vai, referência da cultura negra, para a construção de uma estação da Linha 6 Laranja do metrô motivou a criação do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, pois os moradores do bairro viram ali um ato de racismo. Gisele reflete que “é como se a gente dissesse: vamos [...] tirar a USP, [...] o MASP, a primeira sinagoga ou [...] a Igreja Padroeira do Brasil, por que é mais importante passar o metrô”. Ela ainda relata que

[seguindo] a essência de como o racismo opera [...] é um projeto [...] pensado de um jeito que não leva em consideração os impactos raciais, os impactos urbanos, patrimoniais, os culturais da vida das pessoas [...]. [E]ntão se vende só os impactos positivos que o metrô [...] gera [...], mas não fala dos impactos negativos. E aí a gente se questiona: quem é que vai aproveitar esses impactos positivos? Porque o próprio metrô admite [...] que [...] vai gerar gentrificação, e gentrificação aqui no Brasil não é entendido como um fenômeno racial, mas em países que têm diásporas parecidas com o Brasil, nos Estados Unidos, é claramente ou escuramente um processo racial, de embranquecimento de território, de banimento racial. Então imagina o tamanho dessa violência, que é você traçar uma linha de metrô e [...] passar ela em cima de uma Escola de Samba! Essa simples escolha já revela o racismo [...]. Só se pode cogitar [...] remover a Vai-Vai, que é uma das escolas de samba mais antigas de São Paulo, uma das escolas mais importantes de Samba do Brasil, que é um espaço de sociabilidade negra, de organização política negra e organização cultural de resistência, é um quilombo, em si, já mostra que é uma escolha racista, né. Independente se a comunidade da Vai-Vai topou esse acordo ou por quais motivos sejam, você jamais cogitaria fazer isso com outras coisas que a sociedade avaliasse como um bem comum (BRITO apud PATRIMONIAL, 2022).

A partir disso, o grupo passou a reivindicar a criação de um memorial no local, com exposição permanente dos achados arqueológicos do Quilombo Saracura, a

preservação do sítio arqueológico para a valorização da memória afro-brasileira, com a implementação de projetos de educação patrimonial na comunidade e a mudança do nome da estação de metrô de “14 Bis” para “Estação Saracura Vai-Vai”, reconhecendo a importância histórica do quilombo e da escola de samba.

1.1. Desenvolvimento e expansão urbana no Bixiga

Como a amplitude e complexidade da vasta história do Bixiga ultrapassam os limites de uma dissertação acadêmica, reconstruiremos essa trajetória a partir do material coletado no processo de clipagem² que o Coletivo realizou e disponibiliza pelo *Linktree* – um replicador de links – e das postagens em suas redes sociais.

Essa escolha permitiu valorizar múltiplas perspectivas ao privilegiar registros e narrativas produzidas por quem vivencia/vivenciou, transformou e resistiu em seu território, documentando fatos e também compreender as dinâmicas de memória, resistência e pertencimento que atravessam o Bixiga, reconhecendo a “geração de valores simbólicos que produzem riqueza cultural” (YÚDICE, 2015 *apud* AVELAR *et al.*, 2024, p. 5) e o papel ativo dos sujeitos locais na produção e circulação de sentidos sobre o bairro.

Viver em um território é um processo contínuo de guardar memórias, reconstruir percepções, emoções e laços. O cotidiano se estrutura no movimento entre partir e retornar, e é nesse fluxo que se formam as experiências urbanas. Como destacamos em artigo (CHIOVATTO, 2023), “os sujeitos vivem no limite entre a fixação e a mobilidade, entre a exclusão e a resistência”.

Segundo Cole (2008), a cidade é resultado de um acúmulo de significados, que se transformam em cultura. Esse processo faz da cidade um espaço de comunicabilidade rica, mutável e sempre em transformação, pois cada indivíduo e grupo social cria, vivência e interpreta os espaços urbanos à sua maneira (CHIOVATTO, 2023). Assim, a cidade é palco de interações, produção e reprodução de culturas e modos de viver diversos.

² A clipagem ou *clipping* é uma ferramenta estratégica e sistemática de monitoramento, coleta, organização e análise de menções a marcas, organizações, temas ou pessoas em diferentes meios de comunicação, como jornais, revistas, portais online, redes sociais e demais plataformas digitais. <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/25827/pdf> acesso em 20/04/2025

Nesse contexto, como bem sintetizam Eckert e Rocha (2003), a cidade revela-se como uma estrutura de relações sociais, economia e mercado que disputam um espaço de tensões e contrastes, sendo, ao mesmo tempo, lugar de anonimato, indiferença, desprezo, agonia, crise e violência, mas também de política, estética e poesia. Portanto, compreender a experiência de viver em um local exige olhar para a complexidade dos vínculos, das memórias e das disputas que atravessam o espaço urbano, reconhecendo sua dimensão dinâmica e plural.



Figura 4 - @estacaosaracuravaivai, post de 23/12/2022

Uma das alegrias da mobilização para preservar os achados do Quilombo do Saracura é aprender com os mais velhos como era a vida quando o rio corria livre, ouvir as histórias das traquinagens, e compreender como a oralidade é construtora de laços e resgate histórico. À jornalista Beatriz de Oliveira, dona Eloá e outra moradora do Bixiga de quem nos orgulha partilhar o mesmo tempo de vida, dona Eliza benzedeira, falam sobre o Bixiga negro, religiosidade, samba e vínculos gerados quando ainda "éramos a periferia". #BixigaNegro #EstaçãoSaracuraVaiVai #NossoChãoNossaHistória #nossospassosvêmdelonge #religiosidade #quilombo #Bixiga #vaivai #Saracura #QuilomboSaracuraVive

Essa postagem reflete como o Bixiga é um espaço menos definido por linhas cartográficas do que pelos sentidos atribuídos por quem ali vive e circula através das

fronteiras simbólicas, construídas a partir das dimensões afetivas, históricas, culturais, reconhecendo que a identidade de um lugar é continuamente negociada e ressignificada pelas experiências, memórias e identidades de seus moradores e frequentadores, como afirma Avelar:

a região do Bixiga é um local com contornos geográficos não oficiais que se encontra inserido nas delimitações formais do bairro da Bela Vista. A circunscrição do território, permeada por simbolismos e por noções subjetivas de identificação e pertencimento territorial, se apresentam nos limites dados por seus frequentadores e moradores (2024).

Nesse sentido, a autora Claudia Alexandre, afirma que “foi, desde o final do século XIX, local de acolhimento de ex-escravizados e migrantes negros, que construíram redes de solidariedade, trabalho e cultura no território” (ALEXANDRE, 2018).

Uma reportagem para o site *Nós mulheres da periferia*, empresa jornalística fundada e autogestionada por mulheres negras e periféricas, a publicação de 15 de julho de 2022, divulgada na clipagem pelo Coletivo, apresenta a Dona Eloá Pimenta, nascida em 11 de novembro de 1939, no Bixiga. Quando criança, brincava com as amigas, passeava entre os riachos e disputava espaço entre as aves saracuras, que inclusive dão nome ao rio e ao Quilombo: “era riacho e chão de terra, a cidade começava depois. Nós éramos a periferia da periferia [...]. A vida era sossegada e tranquila” (OLIVEIRA, 2022).

Aos 82 anos na data da reportagem, a Dona Eloá já residia no bairro de Sapopemba, localizado na Zona Leste de São Paulo, por quatro décadas, mas contou como “foi testemunha ocular das mudanças vivenciadas no bairro”, pois “não há mais riacho, nem lama” e, com a chegada do metrô, o ruído de novas construções “cada vez mais invadem Bixiga” (idem). Ela afirmou que “[a] Festa da Achiropita [...] fez com que os italianos ficassem aparecendo mais” e “aquele Bixiga pobre ficou esquecido”, provando que “o pessoal do Bixiga não se diz Bela Vista, e o pessoal da Bela Vista não queria saber do Bixiga. Era assim: ‘pobre que tava perto é bom pra trabalho’.”

Ao longo da mesma reportagem, a turismóloga Isabella conta que

as pessoas pretas que estavam no centro de São Paulo no século XIX, em torno do rio Saracura, Itooró e Bixiga, estavam trabalhando forçadamente na cidade e [...] as quituteiras [...] juntavam dinheiro

para comprar sua alforria, e os quilombos, como forma unir força em torno de lutas em comum (OLIVEIRA, 2022).

No dia 20 de novembro de 2023, o Coletivo fez uma postagem no Instagram convidando o público para a exposição “Quilombo do Saracura: Existência Ontem, Hoje e Sempre!”, organizada em homenagem ao Dia da Consciência Negra. O post destaca a importância de conhecer a história do bairro e de valorizar a origem de resistência quilombola do Bixiga:

Neste dia da Consciência Negra, convidamos todas, todes e todos a visitarem a exposição QUILOMBO DO SARACURA: EXISTÊNCIA ONTEM, HOJE E SEMPRE!, no Memorial Achiropita Orione (Rua Treze de Maio, 432) e conhecerem um pouco mais a história do nosso bairro e a importância de valorizar efetivamente a origem de resistência quilombola do Bixiga (2023).

Além disso, as hashtags utilizadas na publicação reforçam o vínculo com a história negra do bairro: #BixigaNegro #EstaçãoSaracuraVaiVai #NossoChãoNossaHistória #nossospassosvêmdelonge #religiosidade #quilombo #Bixiga #vaivai #Saracura #QuilomboSaracuraVive.

O Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, desde sua formação vem desempenhando um papel fundamental na promoção e valorização da memória negra no Bixiga, em São Paulo ao resgatar e compartilhar histórias, experiências e contribuições da população negra para a formação do território.

Por exemplo, em 30 de agosto de 2022, conforme postagens feitas pelo Coletivo, foi promovido na Casa de Dona Yayá – localizada na rua Major Diogo, 353, atualmente administrada pelo Centro de Preservação Cultural da USP –, o “Encontro pelo Saracura: memória negra no Bixiga”, onde o artista e arquiteto Bretas apresentou uma série de fotografias animadas de pessoas pretas de São Paulo, a partir de sua pesquisa, com a seguinte reflexão: “provavelmente esta casa teve mão de obra preta e nunca foram elas que estiveram com seus rostos na centralidade das discussões, e colocar essa faces aqui é dar rosto, nome a esse trabalho invisível” (2022, 2’52 – 3’10)³.

³ Todo este evento que tem quase 3 horas de duração foi disponibilizado pelo canal do Youtube do próprio Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vvXOFsJOt40>, consultado em 10/05/2025.

Além de postagens de autoria própria, o Coletivo também replica algumas, como a do Podcast *Afroturismo*, apresentado pelo jornalista e fundador do *Guia Negro*, Guilherme Soares Dias, que contou com um episódio sobre a história negra do Bixiga, cuja convidada, Luciana Araújo, jornalista radicada no bairro, é uma das principais lideranças do movimento Estação Saracura-Vai Vai. Ela destaca que

por volta de meados do século XIX, a população negra escravizada [...] começa a organizar a resistência urbana contra a escravidão, começa a se aquilombar ali na região que hoje é a Avenida Nove de Julho e que era uma região que alagava, na margem do Rio Saracura, um lugar onde a população imigrante que o estado brasileiro trazia não queria morar e que, do ponto de vista da topografia, dava certa facilidade de enfrentamento do processo de tentativa de recaptura [...], então, isso é o que se tem nos registros. Também próximo ao que veio [a] se consolidar [como] o Quilombo do Saracura, tem a Rua Santo Antônio, que foi um caminho indígena e que, pelos registros, é até de antes do século XIX [...]. Pelo que a gente tem da historiografia oficial, pelo menos até 1950, a população dos descendentes dos quilombolas do Saracura residiu majoritariamente ali, do ponto de vista do território do centro da capital [...]. A partir da década de 50, começa um processo de expulsão mais violento. Já tinha havido uma primeira movimentação no início do processo da construção da Av. Paulista, mas que ainda manteve ali a população negra, principalmente nos trabalhos domésticos, as mulheres lavadeiras do Saracura, os alfaiates, os sapateiros e os trabalhadores [d]as casas da população imigrante ou da elite paulistana da época, que vinha ocupando a região da Paulista [...]. Na década de 50 tem um processo mais aprofundado de expulsão, mais violento, que se consolida com a leva de uma parte da população para a região que hoje comporta a Zona Norte da cidade. E, na década de 70, um terceiro processo de expulsão populacional [...] dá origem ao que hoje é o distrito da Cidade Tiradentes. Inclusive ainda temos hoje, felizmente, pra contar essa história, principalmente nesse processo de mobilização que a gente tá do resgate do quilombo, os mais velhos [...] que viveram aquele processo de expulsão e que podem trazer pra gente o que foi aquele momento e como as políticas que hoje [...] prometem [...] a chegada do progresso, do desenvolvimento – antes foi o minhocão, agora foi o metrô – de fato não se consolidaram (ARAÚJO, 2022, 1'48 – 4'53).

No trecho do podcast em questão, Guilherme Dias recorda seu Antônio, um dos moradores mais antigos do Bixiga: “e ele conta que foram exatamente as famílias pretas, as expulsas”. Araújo, então, contextualiza o processo de expulsão das famílias negras do Bixiga:

A população [...] descendente do quilombo, população negra, numa dinâmica oposta ao que o Estado Brasileiro incentivava em relação à migração italiana de consolidação do bairro, parte de um processo

racista de embranquecimento mesmo, de europeização que levou o Bixiga que de fato não existia como bairro registrado, que acabou a Bela Vista. O Bixiga é o nosso bairro do coração de história de resistência, de trajetória, mas o que existe registrado mesmo nos CEPs, correios, nos registros da cidade é a Bela Vista, porque assim era parte de um processo de apagamento histórico, da nossa influência, da nossa resistência, da nossa existência naquele território. (ARAÚJO, 2022, 5'02 – 5'55).

Pensando ainda na resistência em meio a um contexto de exclusão e transformação urbana, lembramos da dimensão afetiva, histórica e cultural do povo do Bixiga, que, por meio do batuque, do choro e de manifestações populares, afirmava suas raízes, levando ao surgimento da Escola de Samba Vai-Vai, a partir da organização de jovens e trabalhadores negros que, excluídos de outros espaços de lazer e cultura, criaram seus próprios circuitos de festa, música e futebol, como afirma o César Tureta:

A escola de samba Vai-Vai tem uma história com começo bastante inusitado. No início do século passado, o bairro do Bixiga contava com um time de futebol e grupo carnavalesco chamado Cai-Cai, cujas cores oficiais eram branco e preto. Alguns amigos que constantemente participavam das festas organizadas pelo time eram vistos como penetras por frequentarem-nas sem terem sido convidados, e como arruaceiros por extrapolarem durante o divertimento. Em uma das festas eles foram barrados e expulsos ouvindo frases como “Vai, vai embora!”. Inconformados com a exclusão e já conhecidos no bairro como a “turma do Vai-Vai”, eles constituíram no dia 1º de janeiro de 1930, o Cordão Carnavalesco e Esportivo Vai-Vai. Como forma de ironizar o grupo que os haviam expulsado, os amigos escolheram esse nome e adotaram as cores preto e branco, nessa ordem, ou seja, as cores dos Cai-Cai invertidas. O Vai-Vai surge exatamente na década em que essa forma de organização carnavalesca começava a se proliferar (2011, p. 104).

Assim sendo, a trajetória da Vai-Vai, uma das mais tradicionais escolas de samba de São Paulo, ilustra os processos de resistência, reinvenção e afirmação cultural das populações negras e periféricas, além de ser o início da trajetória de protagonismo negro no carnaval e na vida cultural do Bixiga, principalmente por sua origem ser uma resposta à exclusão e estereotipação de homens “penetras” e “arruaceiros”.

Como a ocupação espacial do bairro não era total, havia:

espaço suficiente para se formar campos de futebol improvisados. Assim, os integrantes do Vai-Vai ocupavam os terrenos nas ruas

Rocha, Marques Leão e Jaceguai para jogar futebol, geralmente aos sábados à tarde, acompanhados de uma animada torcida. Quando o time vencia, uma valsa especial era tocada, no baile à noite, apenas para seus jogadores dançarem com seus pares (TURETA, 2011, p. 105).

Dessa maneira, o samba e o futebol tornaram-se elementos centrais de sociabilidade, pertencimento e resistência cultural, fortalecendo os laços comunitários e a identidade negra no território. Conforme Tureta (2011), a sustentação financeira e social era garantida por comerciantes, simpatizantes e pelos bailes populares, além da forte ligação com o futebol.

A partir de 1972, em meio ao declínio dos cordões carnavalescos e à oficialização do carnaval paulistano nos moldes cariocas, que privilegiou as escolas de samba, o Cordão Vai-Vai passou a utilizar a nova nomenclatura de “Grêmio Recreativo Cultural e Escola de Samba Vai-Vai”, que, em 1978, conquistou seu primeiro título de campeã. Em seu site, afirma ser “uma das escolas de samba mais tradicionais de São Paulo” (Vai-Vai, 2025), além de “uma das principais agremiações do Carnaval Brasileiro e a maior campeã do Carnaval de São Paulo, com 9 títulos como Cordão, 15 títulos do Grupo Especial, 10 vice-campeonatos e 2 títulos do Grupo de Acesso” (idem). Os títulos, no entanto, são apenas um dentre os fatores de impacto da Vai-Vai:

Considerada patrimônio cultural da cidade, é a escola que contabiliza o maior número de torcedores dentre as agremiações de São Paulo sem vínculo com times de futebol, motivo de orgulho para uma agremiação, cuja história se confunde com a história da cidade e do carnaval paulista.

Seus ensaios aconteciam tradicionalmente nas ruas do bairro, atraindo milhares de componentes, visitantes e turistas estrangeiros. Agora, com a desapropriação da antiga Sede Social devido as obras do Metrô de São Paulo, estamos promovendo nossos ensaios temporariamente na Quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo (Vai-Vai, 2025).

Ao adotar o nome “Estação Saracura Vai-Vai”, o Coletivo alude a essas diferentes camadas históricas e simbólicas que compõem a identidade do bairro, carregando seus múltiplos significados: remete ao rio Saracura, elemento geográfico e simbólico do território; ao Quilombo Saracura, espaço de resistência negra desde o século XIX; e à Vai-Vai, agremiação cultural e carnavalesca que se tornou referência de pertencimento e orgulho para a população negra do Bixiga.

Tal escolha denota o compromisso do Coletivo com a valorização da ancestralidade, da memória coletiva e da luta por reconhecimento histórico e cultural que desafia o apagamento e a homogeneização das histórias locais ao priorizar a memória oral dos mais velhos, as experiências de resistência das famílias negras e as práticas culturais que atravessam gerações, não apenas resgata fatos históricos, mas também reivindica o direito à permanência e à visibilidade de sujeitos historicamente marginalizados.

1.2. A noção/perspectiva da Comunicação Urbana e das territorialidades urbano comunicacionais para compreender o Bixiga

Para estudar as cidades sob um viés comunicacional, consideremos, num primeiro passo, a complexidade de seu tecido social e material: produzido, desde os seus inícios, a partir de fluxos diversos vindos de fora — visitantes, migrantes, comerciantes, invasores trazendo modos de vida e de pensamento e construindo, assim, um meio caracteristicamente heterogêneo (CAIAFA, 2017, p. 1).

Esta pesquisa parte da perspectiva da comunicação urbana, utilizando conceitos também da territorialidade urbanocomunicacional (CAIAFA, 2017; PEREIRA, 2021 e 2024) e da Teoria Ator-rede (LATOUR, 2012) compreendendo que a cidade vai além do espaço físico, pois também é um território comunicacional permeado por memórias, narrativas, conflitos de significado e práticas culturais, e essa abordagem colabora para reflexões sobre a territorialidade do Bixiga e especificamente também das controvérsias que o atravessam e o compõe, e que nesta pesquisa são apresentados a partir da mobilização do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai.

A comunicação urbana, segundo Caiafa, é um campo de “estudo e prática”, que investiga as inter-relações entre comunicação, cidade e cultura ressaltando a “pluralidade de olhares sobre a experiência urbana e suas mediações comunicacionais” (2017), assim, compreende o espaço urbano como um território de produção de sentidos, disputas simbólicas e práticas cotidianas. Referindo-se à forma como diferentes atores sociais (moradores, Coletivos, agentes culturais, mercado imobiliário e poder público) constroem, contestam e ressignificam a identidade dos

territórios urbanos, transformando a cidade em um espaço de múltiplas territorialidades e fluxos informacionais.

Conforme Pereira, diferentes grupos sociais expressam suas identidades e constroem coletivamente sentidos para o espaço público, pois o “espaço público não pode ser pensado como um dado em si mesmo, mas sim como produto das práticas e usos que ocorrem nele” (2021, p.9). Além de reiterar que os “espaços públicos, privados, Coletivos devem ser pensados na sua potência política e estética” (BORN, 2013 *apud* PEREIRA, 2021, p, 11), e que, portanto, acabam que por complexificar e tensionar ainda mais as discussões através das “partilhas, vinculações, negociações, escuta do outro e também os dissensos e exclusões” (PEREIRA, 2021, p. 11). Essa abordagem permite analisar como as dinâmicas urbanas contemporâneas são atravessadas por disputas materiais e simbólicas, nas quais a memória coletiva, a identidade e o pertencimento são constantemente negociados e atualizados na territorialidade do Bixiga, imprimindo sua complexidade e resistência.

Autores como Caiafa (2017, 2020), Reguillo (1996, 2021) e Pereira (2021, 2023) destacam que a comunicação urbana engloba tanto os processos de circulação de informações e narrativas quanto as formas de apropriação, ocupação e resistência nos espaços urbanos. Sendo ela, central para compreender as lutas por reconhecimento, direito à cidade e justiça social, especialmente em territórios marcados por desigualdades e processos de apagamento histórico, como o objeto desta pesquisa.

O conceito de territorialidade urbanocomunicacional surge do diálogo entre os estudos de comunicação urbana e as teorias sobre território, identidade e resistência. Para Pereira (2021) e Caiafa (2017), as territorialidades urbanocomunicacionais referem-se à construção de território e “cidade é a convergência de fluxos diversos que provocam um território heterogêneo, o que já configura um espaço comunicacional” (CAIAFA, 2002) e que é reiterado em ser “capaz de construir sentidos de comunicação urbana que conecta – e põe em conflito e negociação – pessoas, convivialidades, ativismos e imaginários políticos urbanos e sociais.” (PEREIRA; CHIOVATTO, 2024). Ou seja, simultaneamente materiais e símbolos, como práticas comunicacionais diversas, como festas, rituais, manifestações culturais, uso de mídias

digitais e mobilizações coletivas, produzem sentidos de pertencimento e identidade coletiva.

Explicados os conceitos de comunicação urbana e territorialidade urbano comunicacional, vamos também utilizar e refletir sobre a Teoria Ator-Rede/ TAR (LATOURE, 2012) para compreender as controvérsias territoriais e sociais sobre o que determina, modifica, transforma, tensiona e resiste no urbano - já que é uma abordagem “que permite estruturar e explicar os elos entre a sociedade e a tecnologia” (KOVACH; RICCIO, 2008, p. 4614). Então, na TAR, conforme Latour (2012) podemos “nomear” cada fator como um “ator” dentro da cidade, sendo definido a partir do papel que desempenha, do quão ativo, repercussivo é, e quanto efeito produz na sua rede e compreendendo que o conhecimento é um “produto social que pode ser visto como resultado de uma rede de entidades heterogêneas, humanas e não-humanas” (KOVACH; RICCIO, 2008, p. 4614)

Essas entidades heterogêneas humanas e não humanas, podem ser definidas como “qualquer elemento capaz de fazer com que a sua presença seja sentida pelos demais atores” (CALLON; LATOUR, 1981 *apud* KOVACH; RICCIO, 2008, p. 4615) e que apesar de os objetos (atores não-humanos) serem considerados recursos passivos, se considerarmos que estes objetos desempenham um papel ativo, a presença deles passa a ser sentida pelos demais atores.

A partir disso, podemos entender que a rede (associações que surgem) crescem em tamanho e força à medida que mais atores são adicionados, podendo ser entidades humanas e não humanas, equipamentos, software, rua, contextos, interesses, instituições e etc, e nada disso é de domínio fixo ou estável, mas sim, são associações provisórias já que os alinhamentos podem vir do constante movimento social sujeitos a mudanças e disputas formado por controvérsias, negociações e reconfigurações, pois segundo Latour, “a cada nova circunstância novos agregados se formam e novas concepções são reformuladas, pois as anteriores já não falam das associações mais recentes”(2012, p. 151).

Olhando para o objeto desta pesquisa, que é o Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, diversos atravessamentos de atores sociais distintos ocorrem. Vamos pensar primeiro no próprio Bairro que é o Bixiga, já explorado no capítulo 1:

Bixiga se revela como uma territorialidade urbano-comunicacional, ou seja, uma territorialidade (física e simbólica) que agrega e conecta redes, fluxos e nós de pessoas, imaginários, bens, meios de transportes, processos comunicacionais e políticos, práticas culturais e sentidos dinâmicos de identidades pela cidade e por fora dela; isso faz do Bixiga uma transterritorialidade que ultrapassa lugares ou fronteiras físicas e que estabelece conexões em várias escalas numa gama de intercruzamentos de processos e práticas, mediações, conexões e circuitos entre ruas e redes, isto é, material e digitalmente" (PEREIRA, 2024, p. 198-199).

Ou seja, essa transterritorialidade que é o Bixiga, segundo Pereira (2024), já é território de intensos conflitos sociais e urbanos, se pensarmos nos desdobramentos que ali acontece, a própria literatura aborda as diversas camadas do bairro desde ser um território de águas, um território que foi um quilombo urbano (conforme estudos arqueológicos e históricos), um território de disputas de narrativas de imigrantes, território de apagamento da história negra, território cultural, território de pessoas ativistas e mobilizações sociais, território de tombamento de patrimônios e muitas outras camadas já foram estudadas ali.

Nesta pesquisa, vamos refletir e analisar o Coletivo Estação Saracura Vai-Vai e suas postagens do Instagram à luz das teorias aqui citadas – comunicação urbana, territorialidade urbanocomunicacional e TAR. Para facilitar a compreensão, estruturamos a análise em cinco “atores” principais, identificados de (a) a (e), nos quais cada item tratará de um aspecto específico que compõe o cenário de disputas e resistências em torno do Coletivo, para percebermos de maneira gradual, os fundamentos que sustentam a resistência do Estação Saracura Vai-Vai frente às transformações urbanas e aos apagamentos históricos:

A) Desapropriação e demolição da quadra da Escola de Samba Vai-Vai: sendo um “ator” não humano, mas que envolve os humanos desta escola de samba;

B) Construção do Metrô da Linha 6- laranja, que envolve “atores” não humanos, pois são institucionais, envolve governo e a “Acciona” empresa construtora do metrô;

C) Achados arqueológicos que são atores não humanos, pois são objetos que revelam a identidade de uma localização e envolvem a instituição da empresa “A Lasca” que foi a responsável pelo estudo arqueológico,

D) Mobilização do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, com tantas controvérsias se erguendo, o território e as narrativas acabam por estarem em disputa e essa é a tensão que mobiliza o social e as associações.

E) @estacaosaracuravaivai: O perfil do Instagram do Coletivo, que funciona como uma memória e registro da resistência de cada momento, acontecimento, vitória e derrotas do Coletivo.

Aqui, vou chamar esses, de “atores-eixos” da controvérsia analisada, vamos pensar, então, que a partir deles, estão sendo construídas redes de relações entre pessoas, objetos, instituições e tecnologias, (Latour, 2012) articulando dimensões históricas, culturais, políticas e afetivas do espaço urbano, pois alguns temas urgem, sendo eles:

1) Memória e narrativas das vozes e do patrimônio afro-brasileiros: Resgate à memória negra do bairro, valorizando a ancestralidade e histórias dali invisibilizadas.

2) Direito à cidade: Resistência frente à gentrificação e exclusão social, além das políticas públicas e representatividade da territorialidade.

3) Redes e colaborações urbanas: Construção de alianças e redes de solidariedade que fortalecem a atuação, engajamento comunitário e capacidade de enfrentamento das controvérsias pelo Coletivo.

Ao longo desta pesquisa, propomos refletir cuidadosamente sobre cada um dos pontos destacados, abordando a partir de estudos sobre a região e das postagens do Instagram do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, partimos do princípio de que ouvir a voz de quem constrói e vive a cidade é fundamental para garantir sentidos que respeitem as narrativas das pessoas. Embora tratemos também do território em sua dimensão geográfica, é importante ressaltar que o território urbano é, antes de tudo, constituído por pessoas; se estas têm suas histórias e memórias desrespeitadas ou apagadas, o poder público falha cotidianamente ao permitir que as obras do metrô avancem sem assegurar, como determina a lei, a proteção de seus direitos.

Assim, esta pesquisa não se apresenta como neutra diante dos acontecimentos, pois busca refletir e analisar criticamente a partir do ponto de vista das narrativas produzidas pelo Coletivo em sua rede social – o Instagram @estacaosaracuravaivai -, reconhecendo o valor das experiências e da memória local na construção de uma cidade mais justa e plural.

1.3. Controvérsia: A Vai-Vai, a construção do metrô, os achados arqueológicos e a criação do Coletivo Saracura Vai-Vai

Agora neste item, acompanhamos os rastros, as vozes, as práticas e os afetos que mobilizam o Coletivo Estação Saracura Vai-Vai reconhecendo a força das memórias orais, das experiências de resistência e das alianças formadas em meio à adversidade do caso, então, exploramos os conceitos de controvérsias que, segundo Latour (2012), podemos compreender como momentos em que diferentes atores, interesses e discursos se tornam visíveis e disputam sentidos sobre o território, a memória e o futuro da cidade. Logo, nesse contexto, as controvérsias são momentos em que as relações e interesses se tornam expostos, possibilitando uma apreensão mais nítida da tessitura dinâmica do território e das memórias em disputa.

A sociologia das associações nos convida a descrever e analisar essas conexões dinâmicas, reconhecendo que “a agência é sempre a agência de uma associação” (LATOUR, 2012, p. 86) e que “qualquer coisa que modifique um estado de coisas por meio de uma série de ações é um agente, ou, mais precisamente, um ator” (idem, p. 108), lembrando que o autor utiliza o termo “agência” para designar a capacidade de agir, transformar e influenciar, própria de qualquer ator, humano ou não humano, que participe de uma rede. Incluindo não apenas sujeitos humanos, mas também objetos, documentos, infraestruturas, objetos arqueológicos e muito mais como participantes ativos dessas redes, ampliamos nossa compreensão do social, acolhendo a complexidade e a sensibilidade necessárias de quem insiste em permanecer, resistir e recontar a história do Bixiga.

Nesse movimento, Latour utiliza a ideia de “tradução”, termo que se refere ao processo pelo qual os atores negociam, mobilizam aliados, redefinem relações e interesses dentro da rede afirmando que é a: “apropriação singular que cada ator faz da rede e na rede” (idem, p. 129) tornando-se o próprio motor da transformação social, permitindo que novas formas de redes se formem, se estabilizem e se transformem, sendo um processo central para a dinâmica social.

Consequentemente, a abordagem das controvérsias proposta por Latour direciona nossa atenção a olhar para o social como momentos privilegiados para a análise sociológica já que a partir de conexões provisórias, múltiplas e em constante transformação, o social torna-se um movimento peculiar de reassociação e

reagregação, onde as associações são constantemente formadas, desfeitas e reformuladas e é neste momento que Latour reafirma que as situações em que as redes sociais se tornam visíveis, instáveis e problematizadas, revelam as múltiplas forças, interesses e agências em disputa.

Neste estudo, tomamos como ponto de partida o Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, cuja trajetória nos permite acompanhar as controvérsias que atravessam o território e evidenciam disputas simbólicas, afetivas e políticas em curso. A partir dessa escuta atenta às tensões, buscamos analisar os impactos dessas controvérsias e as forças de poder nelas implicadas.

Vamos começar analisando as controvérsias acerca da Escola de Samba Vai-Vai, primeiramente, relembremos sua formação, já descrita brevemente no item 1.1, enfatizamos aqui:

A Saracura torna-se Bixiga, o Bixiga torna-se Vai-Vai – a mais popular e tradicional escola de samba de São Paulo, agremiação e núcleo de sociabilidade negra, que se originou do time de futebol e cordão carnavalesco do Cai-Cai em 1930 e em 1972 com a oficialização dos desfiles das escolas de samba, torna-se oficialmente “Grêmio Recreativo Cultural e Social Escola de Samba Vai-Vai” (NERES, 2023, p.8).

Contudo, a trajetória do Vai-Vai está marcada por processos de despossessão e exclusão, conforme afirma Neres (2023). Esses processos se intensificaram com a construção do Elevado Costa e Silva, apelidado atualmente de “Minhocão” e do Viaduto Júlio de Mesquita Filho, entre 1971 e 1972, obras emblemáticas da cidade de São Paulo e associadas a políticas urbanas de caráter eugenista⁴. Parte da Rua 14 de Julho foi expropriada para a implantação do viaduto, resultando no despejo compulsório de famílias negras e na fragmentação do tecido social do bairro.

Em decorrência dessas intervenções, Neres afirma que a prefeitura negociou a concessão de um novo terreno para a sede do Vai-Vai, impondo como condição a oficialização do cordão carnavalesco como escola de samba e a realização de suas

⁴ eugenista - termo que explica práticas políticas que estiveram associadas à discriminação, ao racismo científico e à exclusão social, justificando ações como remoções forçadas, segregação de grupos, esterilização compulsória e até genocídios projetos de controle social, exclusão e violência institucional, frequentemente mascarados sob o discurso de “progresso” ou “modernização”. SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870–1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

práticas em um espaço fechado e recluso. Uma atitude que evidencia uma clara tentativa de expulsão e controle das práticas culturais negras no território.

Neres entrevista Fernando Penteado, baluarte e grão do Vai-Vai, em 2022, onde ele relata as sedes do Vai-Vai e a precariedade dessa negociação:

Nós tínhamos uma casa na Rua 14 de Julho entre 1968-1971, porque até então, o Vai-Vai não tinha escritório, uma sede, era na casa de um qualquer que ficavam os instrumentos, a dona Olímpia nossa matriarca, era responsável pela corte, ficava tudo na casa de dona Olímpia [...] (PENTEADO apud NERES, 2023, p. 9).

E o entrevistado ainda complementa:

Quando a gente teve mesmo que sair a toque de caixa, porquê tinha que sair, descemos lá pra Rua São Vicente, tinha um cercadinho lá, nós entramos, quase que invadimos, depois a prefeitura fez um acordo com a escola de ficarmos lá por 90 anos e a gente foi ficando, ficando, ficando, assim, como a gente sempre fala no samba (PENTEADO apud NERES, 2023, p. 10).

Ou seja, o terreno, embora autorizado pela prefeitura, como uma cessão de uso⁵ nunca foi formalmente cedido ou comprado, e a permanência do grupo esteve a sede da escola foi instalada em um terreno público municipal cedido informalmente, como indicam os relatos, o mais provável é que se trate de uma cessão de uso informal ou precária, sem registro formalizado ou contrato com prazo definido — o que torna a ocupação juridicamente vulnerável. sujeita a constantes ameaças ao longo dos anos:

O terreno era da prefeitura, de ano em ano, sempre aparecia alguém que queria tirar a gente de lá, a gente ia lá (na prefeitura) e resolvia entendeu, e não tinha nada assim oficial, foi tudo na conversa dos prefeitos que passaram [...] A gente ficou lá cinquenta anos, não foi comprado, invadimos o terreno e a prefeitura nos autorizou ficar lá por 90 anos, no final não deu nem 90 mas deu 50 anos (PENTEADO apud NERES, 2023, p. 10).

⁵ Cessão de uso - é ato administrativo pelo qual o poder público autoriza outra entidade (pública ou privada) a utilizar um bem público sem transferir a sua propriedade. A cessão pode ser gratuita ou onerosa, temporária ou por prazo determinado, e é regulamentada por um termo ou contrato. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1/cessao-de-uso> consultado em: 08/05/2025

Essa situação revela os desdobramentos de uma decisão urbana que se impõe sobre a sociedade negra, principalmente, como reitera o autor: “Nota-se que essa negociação tem como objetivo claro a expulsão e eugenia das práticas negras no território” (2023, p. 10).

Em 2021, o terreno foi, mais uma vez, expropriado para a construção da Estação 14-Bis da Linha 6-Laranja do metrô, operada pela concessionária Acciona. A prefeitura, novamente, fez a promessa de uma nova sede, na Rua Almirante Marques Leão, atualmente com as obras embargadas pelo poder público sob alegações de irregularidades no projeto, pois não foi aprovado formalmente, o que impede o avanço da construção.

Com isso, a comunidade do Vai-Vai enfrenta mais uma diáspora urbana em nome do “progresso”, reforçando um ciclo de remoções que afeta diretamente a permanência de práticas culturais negras no centro da cidade.

A análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da obra da linha 6-Laranja, datado de 2011, evidencia a desconsideração do valor simbólico e cultural do território ocupado pelo Vai-Vai. O relatório, muitas vezes genérico, não reconheceu os impactos socioculturais da remoção da sede e classificou o terreno apenas como área pública livre, apta à despossessão.

Esse apagamento institucional, somado à falta de garantias concretas quanto à nova sede, intensifica a sensação de violação de direitos históricos e de pertencimento. “A gente ficou lá cinquenta anos, não foi comprado, invadimos o terreno e a prefeitura nos autorizou ficar lá por 90 anos; no final, não deu nem 90, mas deu 50 anos”, relata novamente Fernando, expressando a precariedade que marcou toda essa trajetória de ocupação.

Observando as figuras abaixo, podemos verificar a localização da Escola de Samba no momento da despossessão:

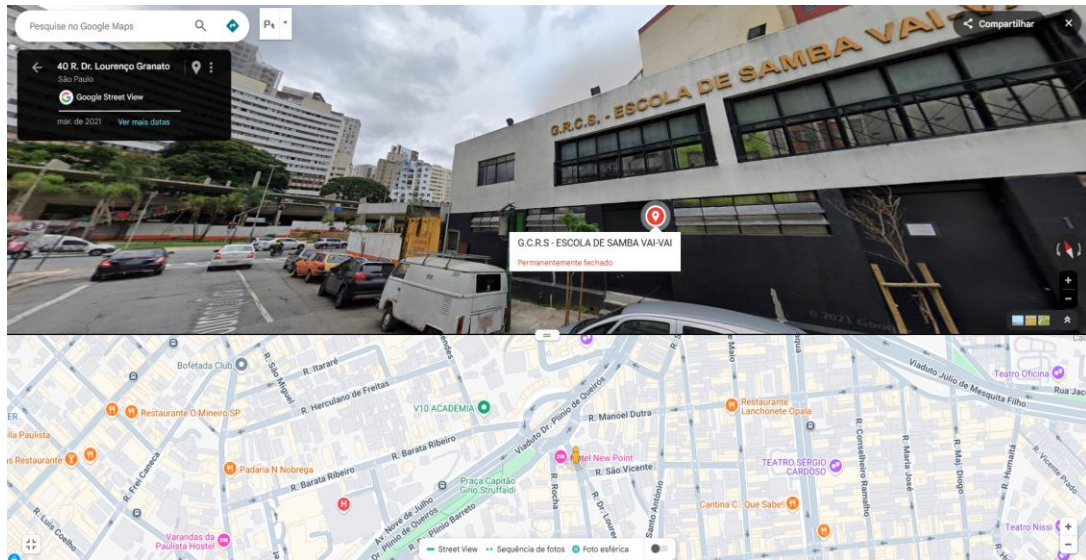


Figura 5 – Google street view (Março de 2021)



Figura 6 – Imagem do Google Earth de 16/10/2024

Essas duas imagens, de 2014 e de 2021, retiradas a partir do modo de mapas do Google, mostram a Praça 14 Bis na Av. 9 de Julho, sobreposta pelo Viaduto Dr. Plínio de Queirós e a quadra do Vai-Vai na rua Lourenço Granato, onde se encontrava em 2021, quando foi desapropriado e demolido para dar lugar às obras da Estação da linha 6 – laranja do metrô, consorciada pela Linha UNI, que tem por objetivo, ligar o bairro da Liberdade na região central ao distrito da Brasilândia na zona norte. O projeto conta com 14 estações, tendo a previsão de transportar cerca de 600 mil passageiros/dia, as estão em curso desde abril de 2022.

E a dúvida que pode ficar é: mas como é que é permitido tudo isso acontecer? Há um documento que se chama Declaração de Utilidade Pública – DUP (ANEEL, 2023), é um instrumento jurídico que reconhece a necessidade de determinado bem ou área para a prestação de serviço público, permitindo que o Poder Judiciário autorize a despossessão ou a instituição de servidão administrativa sobre esse bem, e quando o terreno é escolhido para ser de utilidade pública, a única negociação que resta é a indenização, pois o interesse público prevalece ao interesse privado, e no caso da Vai-Vai, essa cessão de uso, foi revogada.

Isso significa que a DUP é utilizada para implantações de bens públicos, que têm impacto nas grandes massas - como o caso de uma construção de uma linha de metrô, que tem impacto direto para a sociedade – autorizando concessionárias a desapropriar áreas ou impor restrições de uso mediante indenização aos proprietários. Decorrente deste documento é que uma nova diáspora em nome do “progresso” foi imposta à comunidade do Vai-Vai, foram dados os seguintes decretos para a construção da Linha 6-laranja do metrô em São Paulo:

Consulte os imóveis que foram ou estão em fase de desapropriação nos documentos abaixo.










RESOLUÇÃO SPI Nº 010/2025 DE 20/02/2025	
DECRETO 68.831 DE 05/09/2024	
DECRETO 68.453 DE 18/04/2024	
DECRETO 67.818 DE 20/07/2023	
DECRETO 65.492 DE 28/01/2021	
DECRETO 65.244 DE 05/10/2020	
DECRETO 65.467 DE 13/01/2020	
DECRETO 62.159 DE 24/08/2016	
DECRETO 58.025 DE 07/05/2012	

Figura 7 – Página de desapropriações da linha Uni 04/2025

Desapropriação oficial: As ações judiciais de desapropriação são realizadas exclusivamente pela via judicial. Para o processo judicial e acesso à indenização, de acordo com o Artigo 34 da Lei de Desapropriação 3.365, é necessário que o(a) proprietário(a) do imóvel providencie:

- Atualização da Prova de propriedade (matrícula do imóvel)
- Quitação de dívidas fiscais (Certidão de débito negativa do imóvel - IPTU)
- Publicação do edital para conhecimento de terceiros em veículos de grande circulação.

Não há qualquer tipo de negociação fora do âmbito judicial.

Canais oficiais: Qualquer abordagem que não tenha vínculo com a Linha Uni é suspeita, seja pessoalmente ou on-line. Em caso de dúvidas, não hesite em entrar em contato por um de nossos canais de atendimento.

Figura 8 – Página de desapropriações da linha Uni - 04/2025

O decreto municipal de 2012 definiu oficialmente o território da antiga sede da escola de samba Vai-Vai como área destinada à construção da estação da Linha 6-Laranja do metrô, inicialmente nomeada como Estação 14-Bis, mas cuja renomeação para Estação Saracura Vai-Vai passou a ser reivindicada pelo Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, em reconhecimento à memória negra e quilombola do local. No entanto, esse processo de remoção territorial foi facilitado por um fator crítico: a ausência de documentação formal que atestasse a posse do terreno pela escola de samba, já que a ocupação se dava com base em acordos informais como contrato verbal entre antigos dirigentes da agremiação e governantes, sem registros legais que garantissem, judicialmente, o direito de permanência. Como resultado, a remoção ocorreu sem garantias públicas transparentes sobre indenização ou relocação, aspectos que seguem envoltos em sigilo. Esse apagamento físico do território se soma ao risco de apagamento simbólico e memorial, dada a fragilidade documental e a ausência de políticas claras de preservação da memória.

Ao acessar o site da concessionária responsável pela Linha 6, verifica-se a existência de um comunicado oficial sobre procedimentos de desapropriação, que reforça que tais processos se dão exclusivamente pela via judicial, conforme o Art. 34 da Lei 3.365/41, exigindo documentação como matrícula atualizada e certidões negativas de débitos. O aviso também alerta sobre golpes e reforça que não há negociações por fora dos canais oficiais. A partir disso, evidencia-se como territórios desprovidos de documentação formal, mesmo que historicamente significativos,

ambientais, sociais e urbanos decorrentes da implantação da linha de metrô, que conectará bairros periféricos ao centro expandido da cidade, além de propor medidas mitigadoras e condicionantes para a realização das obras. Neste relatório, não é reconhecido os impactos socioculturais da remoção da sede, pois ele fala no geral sobre as localizações da linha inteira e classificou o terreno do Vai-Vai apenas como área pública livre, apta à despossessão. Esse apagamento institucional, somado à falta de garantias concretas quanto à nova sede, intensifica a sensação de violação de direitos históricos e de pertencimento.

Seguindo os atores, conforme Latour (2012), o Vai-Vai recentemente tem divulgado um novo local para seus ensaios, na Quadra da Uirapuru da Mooca, locais fora da territorialidade do Bixiga, como mostra a imagem abaixo:

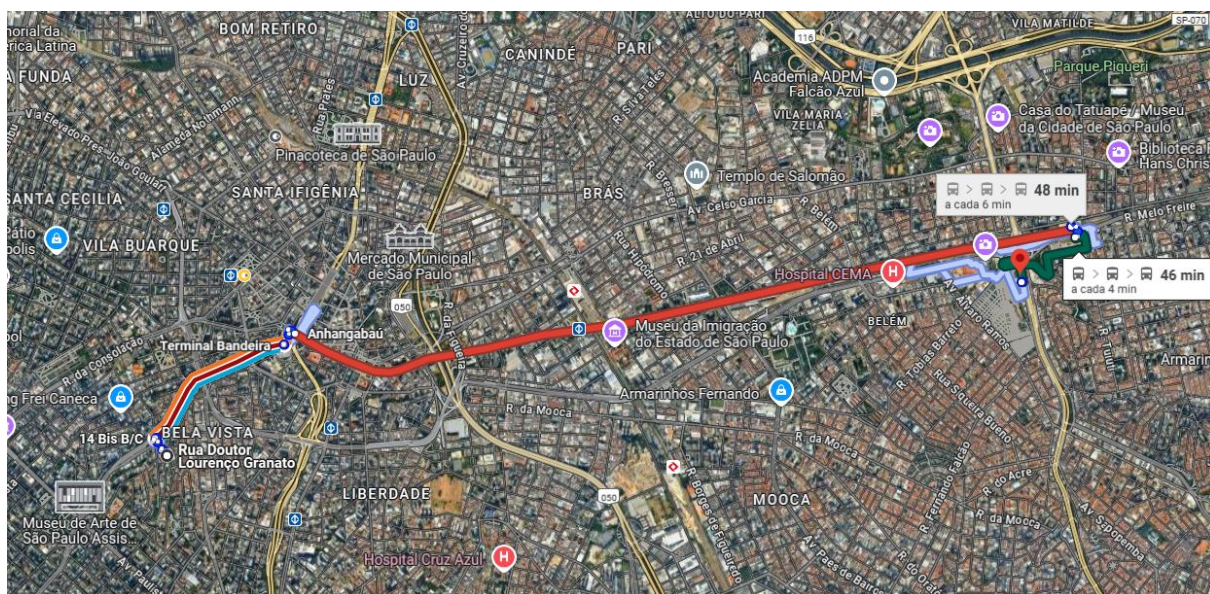


Figura 9 - Trajeto do Terreno desapropriado até o novo local divulgado pelo Instagram do Vai-Vai.

Google street view 2025. 12/05/2025

Para iluminar essa discussão, recorreremos também ao depoimento de Armando Puglisi — conhecido como Armandinho do Bixiga —, fundador do Museu Memória do Bixiga em 1981. Em entrevista concedida à Revista Institucional de Estudos Brasileiros em 1992, Puglisi relata os esforços Coletivos para preservar a identidade do Bixiga diante das ameaças de apagamento e transformação urbana, conforme o trecho abaixo:

A gente teve uma luta muito grande para tentar manter o bairro do Bixiga. De 20 anos atrás, a gente ficou com medo com o que aconteceu no Brás e achou que só divulgando bastante o bairro,

fazendo bastante “buchicho”, as autoridades poderiam perceber o potencial turístico que tem o bairro. Então a gente fazia umas 10 festas por ano, isto só para promover o bairro [...]. Tem eventos fixos - eu estou falando do Bixiga - todo domingo à noite você encontra na quadra do Vai-Vai, na Praça 14 Bis. tem a Rua do Samba, começa às 77 da noite e vai até as 11, por aí. [...] Por que todo mundo fala Bixiga, ninguém fala Bixiga. Em 1933, a palavra Bixiga tinha acabado, tinha virado Bela Vista de novo e a única coisa que a gente guardava era a palavra Bixiga. Eu fui presidente do Vai-Vai quando o Vai-Vai era cordão. Ele não tinha samba enredo, era uma música que a gente cantava sempre, então a música: Quem nunca sambou na vida, primeira vez que conheceu foi no Bixiga (PUGLISI *apud* DICK, 1992, p. 51-8).

Além de Armandinho trazer o nome “Bixiga”, que também foi apagado da cartografia de São Paulo, ainda revela o quanto a comunidade se mobilizou para que ali a memória não fosse apagada, esquecida. Trazemos também a reflexão do sambista, Nei em entrevista ao podcast B13 de 15 de outubro de 2024 – também divulgado pelo perfil do Coletivo:

é, foi muito drástico, acho que não teve nenhum debate, né, não teve nenhuma audiência ou o próprio Estado não conseguiu ou não quis entender a questão cultural, patrimonial do samba naquela região. Então, hoje a gente vê e, e assim, você falou dos projetos, a gente trabalhou na quarta-feira à noite, nós elencamos uma série de coisas, porque é, a gente quer ser a resistência. Nós temos um projeto de fazer ali um centro cultural a céu aberto. Então, diante de tudo que está rolando, diante de tudo que aconteceu, nós acreditamos que a Família Tamarineira é uma resistência e, como você diz, guardião. Quando você fala em guardião, a gente lembra a velha guarda e a velha guarda está junto com a Tamarineira, sempre reverenciando os nossos projetos, as nossas ações que são ações que visam dar uma conscientização à comunidade da importância do samba e do patrimônio cultural afro ali. A gente teve aí maracatu, a gente pretende trazer outros segmentos, afoxé, jongo, batuque de crioula. Então, todos esses segmentos do samba, a gente pretende resguardar ali (B13, 2024).

Complementando, seguindo os atores desta controvérsia, na própria página oficial do Instagram do Vai-Vai, o primeiro destaque é um chamado para assinatura do abaixo-assinado para o Vai-Vai permaneça no Bixiga.



Figura 10 - Print Screen do destaque do perfil do Vai-Vai no Instagram, chamando para assinatura de abaixo-assinado pela permanência da escola no Bixiga, acesso em 10/01/2025.

Diante desse cenário, esses depoimentos, entrelaçam memórias, resistências e mobilização comunitária, iluminando as estratégias de enfrentamento adotadas pelos moradores e Coletivos do Bixiga diante das transformações urbanas, reafirmando a centralidade da cultura negra e do samba como pilares da identidade e da luta pelo direito à cidade.

Atualmente, em 2025, as construções da obra do metrô da linha 6 - laranja, com a estação 14 Bis, como mostram o mapa e a imagem a seguir:



Figura 11 – Mapa do local onde está ocorrendo a construção da Estação de metrô



Figura 12 - Imagem do GoogleEarth - Quadra do Vai-Vai já demolida, acesso em 17/05/2024

E o que o Coletivo traz, frente a esse apagamento? O Coletivo Estação Saracura Vai-Vai tem um papel central na resistência ao apagamento da memória negra e do patrimônio cultural do Bixiga diante dessas controvérsias. Diante do risco de invisibilização histórica, o Coletivo se mobilizou de forma estratégica e articulada, pressionando para a mudança do nome da estação, lançando um manifesto⁷ público em defesa do reconhecimento pleno da história local.

Uma de suas reivindicações é que o nome da estação inclua também a referência à Escola de Samba Vai-Vai, tornando-se “Estação Estação Saracura Vai-Vai”.

No projeto inicial chamaria apenas Estação 14-bis, porém, a partir 10 de junho de 2024 passou a se chamar Estação 14 bis - Saracura⁸, via publicação em diário oficial. No entanto, o Coletivo considerou essa medida insuficiente. Para o Coletivo, omitir o nome Vai-Vai é perpetuar o apagamento simbólico da maior referência cultural negra do bairro e de sua história de resistência e pertencimento e eles seguem com sua reivindicação.

Frente à repercussão das ações do Coletivo, foi necessário que eles reiterassem publicamente que “não somos contra o metrô”, pois parte da opinião

⁷ Manifesto disponível para assinatura em https://docs.google.com/document/d/1QH7moE_U_zba_SQcMBTaKeGXHgNBgLuxzmCoVJRS5qo/edit?tab=t.0, acesso em 15/01/2025.

⁸ Reportagem disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/06/10/governo-de-sp-muda-nome-da-futura-estacao-14-bis-da-linha-6-laranja-para-homenagear-povos-quilombolas.ghtml>, acesso em 15/01/2025.

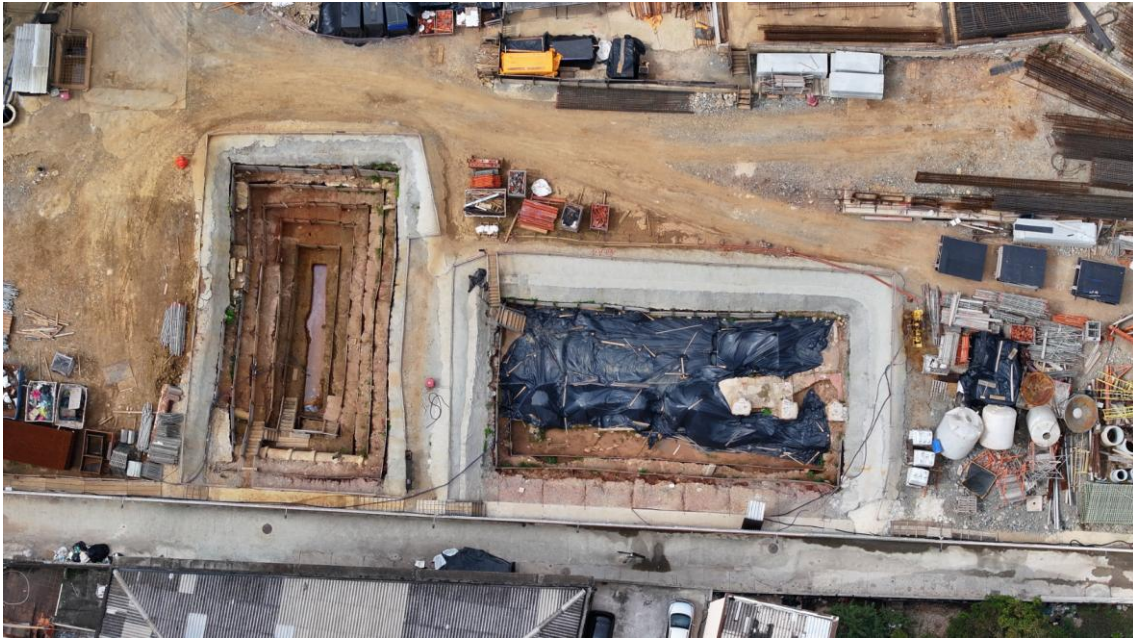


Figura 14 - Escavações - Linha Uni (04/2025)

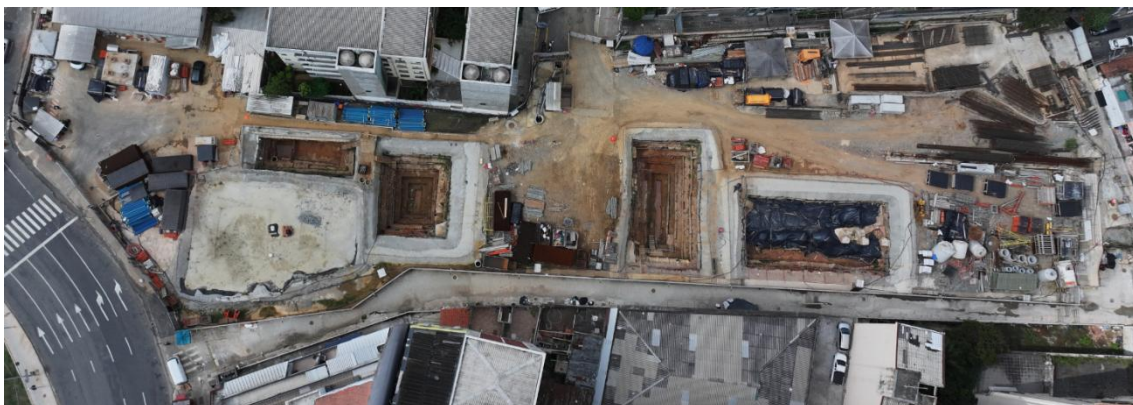


Figura 15 - Escavações - Linha Uni (03/2025)



Figura 16 - Escavações - Linha Uni (04/2025)



Figura 17 - Achados arqueológicos - Linha Uni (03/2025)

Essas imagens ilustram a retomada das obras da estação, autorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, após a conclusão das pesquisas arqueológicas que identificaram vestígios de antigos moradores, incluindo objetos de terreiro e objetos ligados ao antigo Quilombo Saracura.

As escavações foram interrompidas em 2022 devido ao sítio arqueológico do Quilombo Saracura. A liberação do Iphan foi condicionada à adoção de contrapartidas¹⁰, como a elaboração de um projeto de salvamento e musealização dos achados arqueológicos, pautas disponibilizadas no Manifesto do Coletivo, a participação das comunidades interessadas e a exposição de parte dos objetos encontrados dentro da própria estação, além da garantia de acesso dos itens para pesquisa, com todos os custos arcados pela concessionária responsável pela obra. A estação, que ocupa o local da antiga quadra da escola de samba Vai-Vai, é a mais atrasada da linha, com pouco mais de 14% de avanço, e pode ser entregue após as

¹⁰ Conforme reportagem disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/03/06/iphan-autoriza-retomada-das-obras-da-estacao-14-bis-saracura.htm>, acesso em 20/04/2025.

demaís, embora a expectativa seja de que a Linha 6-Laranja comece a operar parcialmente em 2026.

Os primeiros indícios dos achados arqueológicos no Bixiga surgiram de maneira discreta e pouco divulgada. Como relata a historiadora Marília Belmonte no documentário “O Bixiga é nosso” (2024), um arqueólogo local tomou conhecimento da descoberta de um sítio arqueológico que não havia sido amplamente publicizado. Diante dessa situação, foram enviadas mensagens em grupos de WhatsApp para mobilizar a comunidade e articular uma resposta coletiva. Essa convocação resultou em uma reunião com mais de 60 pessoas no Museu do Bixiga, evento que consolidou o caráter plural e intersetorial do Coletivo, que uniu forças contra o apagamento cultural imposto pelas obras do metrô. A escavação arqueológica, que levaria meses para ser reconhecida oficialmente, ganhou visibilidade graças à cobertura do portal Guia Negro e da mídia ativista local – espaço já reconhecido por sua tradição de organização social e ativismo comunitário, onde moradores costumam se engajar até mesmo por questões cotidianas, como buracos na calçada. Narrar e compartilhar essa história, como destaca Belmonte, é também um ato de resistência e de afirmação da vida.

O Coletivo Estação Saracura Vai-Vai é composto por uma diversidade de atores sociais, incluindo moradores e moradoras do entorno do Bixiga, além de pessoas que se identificam com a causa da preservação da memória negra e do território. No documentário *O Bixiga é nosso* (CRISPIM JR, 2024), a professora e pesquisadora Claudia Balthazar destaca que, inicialmente, tanto a construtora quanto a concessionária do metrô trataram os vestígios arqueológicos encontrados como meros objetos, sem reconhecer seu valor histórico e simbólico. Segundo ela, a ausência de uma leitura crítica e racializada por parte das equipes envolvidas nas obras impediu que, de imediato, os achados fossem associados à presença negra no território. No entanto, trata-se de uma descoberta singular: um quilombo urbano, enraizado na história do Bixiga. Claudia reforça que a força do Coletivo está justamente em sua capacidade de “resistir para existir”, mobilizando-se para dar visibilidade a essa herança e reivindicar o reconhecimento do Quilombo Saracura como parte essencial da memória da cidade.

O nome “Saracura Vai-Vai” emerge como estratégia simbólica potente: Saracura referencia o rio/quilombo que nomeou o Bixiga; Vai-Vai, a escola de samba que personifica a cultura negra no bairro. A proposta do Coletivo foi aglutinar essa simbologia para fortalecer o reconhecimento da ancestralidade negra como patrimônio. A luta transcende a arqueologia, englobando debates sobre memória, gentrificação, políticas públicas e visibilidade histórica.

Nas caminhadas memoriais promovidas pelo Coletivo — como a “Caminhada Saracura Vai-Vai” em outubro de 2022 — figuras como Candinho Neto (Carnaval), Claudia Balthazar – UFABC, José Adão (MNU) e outros foram guias em pontos-chave do bairro, evidenciando rios canalizados, antigas passarelas, a Câmara Municipal e o canteiro da futura estação. Essas ações ampliaram a percepção pública, integrando valorização da memória negra à paisagem urbana cotidiana, por exemplo, como mostra o post abaixo:



Figura 18 - Chamada para Caminhada pelo Bixiga (26/10/2022)

O Coletivo concentra suas pautas em quatro frentes principais:

- a) Reconhecer oficialmente o Quilombo Saracura;
- b) Rebatizar a estação 14 Bis para “Saracura Vai-Vai”;

- c) Garantir preservação e musealização dos vestígios arqueológicos, por meio de um memorial;
- d) Defender a permanência da comunidade negra no território.

Entre seus membros, destacam-se nomes como Luciana Joaquim, pesquisadora e arquiteta, Alexandre Ribeiro (Xandão do Vai-Vai), liderança comunitária, e Renata Felinto, artista e professora universitária, além de um Coletivo ampliado de ativistas, pesquisadores e moradores locais. O Estação Saracura Vai-Vai atua na intersecção entre a arte, a memória e o direito à cidade, promovendo rodas de conversa, performances artísticas, caminhadas patrimoniais, ações jurídicas e incidência política junto ao poder público e organismos internacionais de defesa do patrimônio.

Além das assinaturas que continuam sendo recolhidas pelo Coletivo, o próprio Ofício do Manifesto, conforme dados levantados pela pesquisadora, já reúne as assinaturas de:

Assinaturas do Manifesto	
Blocos, Coletivos e Organizações	153
Pessoas Físicas	247
Total Geral	400

Tabela 1 – Assinaturas do Manifesto em 04/2025

O Coletivo Saracura Vai-Vai articulam comunicação urbana que valoriza narrativas contra-hegemônicas, recorrendo à oralidade, audiovisual e presença de campo, em oposição à lógica urbana imposta. O Coletivo atua em eventos comunitários, redes sociais e mídias alternativas para construir contramemórias urbanas.

Nas redes sociais (@estacaosaracuravaivai), o grupo divulga vídeos, transmissões ao vivo e atuações no canteiro da estação para pressionar visualizações públicas e institucionais. Campanhas como “Manifesto Saracura-Vai-Vai: Sankofa” se inspiram em epistemologias africanas para reivindicar o retorno simbólico da memória perdida.

Complementando as redes, o Coletivo dialoga com mídias especializadas: como em reportagens da Agência Brasil, Brasil de Fato, Le Monde Diplomatique, Piauí, Folha, e outros e em debates acadêmicos na UFABC, UNIP e USP. Esse

movimento de mídia expandida confere legitimidade científica e política à narrativa que buscam consolidar. No âmbito acadêmico, pesquisadores analisam a mobilização como caso paradigmático de ativismo territorial e comunicação urbana em torno do “comum”, integrando direitos sociais, patrimônio e identidade cultural. Esse mapeamento fortalece a crítica ao planejamento urbano excludente e oferece subsídios às periferias que enfrentam processos similares em outras metrópoles.

A interação com a Escola de Samba Vai-Vai é central na narrativa do Coletivo, pois o enredo “Quilombo do futuro” de 2001, os símbolos da coroa e café, e o histórico de rituais religiosos ligam a agremiação diretamente às raízes negras do bairro. A remoção da sede histórica em 2021, substituída por um canteiro de obras, foi sentida como uma violência simbólica que atinge a comunidade.

A mobilização do Coletivo também dialoga com a própria escola: conselheiros e sambistas como Fernando Penteado assumiram papel público na luta, fazendo coro ao lema “Respeita a minha história” estampado em camisas e estandartes durante atos públicos. Esse envolvimento legitima ainda mais o caráter vivo da memória como via de legitimação política.

O grupo entende a luta como parte de uma discussão mais ampla sobre justiça urbana e planejamento inclusivo: reivindica moradia negra, permanência da população, e a presença de equipamentos culturais e educativos no território. Participando de audiências públicas com vereadores e autoridades, o Coletivo interpela o poder público sobre planos diretores e instrumentos legais – como áreas de proteção do patrimônio quilombola – para estender o reconhecimento a outras frentes de resistência urbana negra na capital.

Ao tensionar os limites entre cidade oficial e cidade vivida, o Coletivo reconfigura o espaço público como território de disputa simbólica e material, tornando-se referência fundamental nos estudos contemporâneos sobre comunicação e justiça urbana.

A Constituição Federal de 1988, especialmente em seus artigos 215 e 216, ampliou o conceito de patrimônio cultural brasileiro ao reconhecer, de forma inovadora, tanto os bens materiais quanto os imateriais. Nesses artigos, o texto constitucional determina que cabe ao Estado, em colaboração com a sociedade, proteger e promover os bens culturais que sejam referência para os diferentes grupos

formadores da sociedade brasileira. Essa proteção inclui manifestações culturais, modos de criar, fazer e viver, além de práticas e tradições que constituem a riqueza da diversidade nacional.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define patrimônio cultural imaterial como

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003, p. 5).

Essa definição, consagrada pela Convenção da UNESCO¹¹ para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), ratificada pelo Brasil em 2006, reforça a importância das manifestações culturais vivas e da participação das comunidades na identificação e transmissão desses bens.

Os achados arqueológicos são bens culturais de natureza imaterial pois correspondem a práticas, saberes, modos de fazer, celebrações, formas de expressão (cênicas, plásticas, musicais, lúdicas) e a lugares que abrigam manifestações culturais coletivas, como mercados, feiras e santuários. Esses bens não se materializam em objetos físicos, mas sim em manifestações vivas, transmitidas de geração a geração e continuamente recriadas pelas comunidades em função de seu ambiente, de sua história e de suas interações sociais. O patrimônio imaterial é fundamental para a construção de identidades, para a continuidade das tradições e para a promoção do respeito à diversidade cultural.

Pensando nas formas de convívio em campo aberto, esse é o patrimônio imaterial que tem sido atacado pelo poder público, na própria convenção da UNESCO, é colocado que

Reconhecendo que os processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda (IPHAN, 2014).

¹¹ Convenção da UNESCO sobre Patrimônio Imaterial

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf> consultado em 10/01/2025

Nesse ciclo de disputas simbólicas, jurídicas e materiais, as controvérsias apresentam-se mesmo dentro da Lei, por exemplo o papel dos Estados sobre patrimônio imaterial:

Artigo 11: Funções dos Estados Partes Caberá a cada Estado Parte:

- a) adotar as medidas necessárias para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território;
- b) entre as medidas de salvaguarda mencionadas no parágrafo 3 do Artigo 2, identificar e definir os diversos elementos do patrimônio cultural imaterial presentes em seu território, com a participação das comunidades, grupos e organizações não-governamentais pertinentes (Iphan, 2014).

Convivemos, assim, com um paradoxo: ao mesmo tempo em que a legislação reconhece e protege os direitos sociais e culturais, mecanismos como a Declaração de Utilidade Pública (DUP) permitem a tomada institucionalizada de territórios historicamente ocupados, como no caso da Escola de Samba Vai-Vai. Frente a esse cenário, a mobilização do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai revela a potência das narrativas que entrelaçam história, poder e território, constituindo um modelo contemporâneo de ativismo urbano negro. Trata-se de uma prática que ressignifica a presença negra na cidade, reivindicando não apenas espaço físico, mas memória, pertencimento e continuidade.

No horizonte de suas ações, o Coletivo projeta a consolidação de um memorial no entorno da futura estação 14-Bis, como gesto de permanência simbólica e política. Busca, ainda, fortalecer alianças com universidades, artistas e movimentos sociais, ampliando sua atuação em outras frentes de resistência nos quilombos urbanos da cidade de São Paulo. A visibilidade conquistada, nesse sentido, não se esgota na denúncia: transforma-se em plataforma para disputas mais amplas por justiça espacial, influenciando criticamente os sistemas de planejamento urbano e de preservação patrimonial.

CAPÍTULO 2: Tensões e Disputas Urbanas: Quem tem o direito à cidade?

Para compreender as reivindicações e as formas comunicacionais que o Coletivo Saracura Vai- vai defende em sua página do Instagram, é necessário olhar para fora da rede social digital e investigar o panorama das tensões e disputas urbanas no espaço físico e simbólico do território de onde derivam as questões levantadas por esta mobilização social. Latour (2005) destaca que as controvérsias são fundamentais para compreender a construção dos fenômenos sociais, pois todos os envolvidos atuam e contribuem com perspectivas sobre a realidade em disputa.

Nesse contexto, a cidade é concebida como uma rede de "actantes" (Latour, 2007), englobando tanto humanos quanto não-humanos, como estruturas, infraestruturas e objetos urbanos, cada qual desempenhando um papel ativo nas controvérsias sobre o espaço urbano. Santos (1993) concebe a cidade como um espaço dinâmico e em permanente transformação, onde infraestrutura, sociedade e economia se interconectam de maneira complexa. Ele ressalta as desigualdades urbanas e as distintas formas de apropriação do espaço, enfatizando que o ambiente urbano é constituído pela coexistência de fluxos e fixos. Enquanto os fixos correspondem às infraestruturas construídas, os fluxos representam as dinâmicas sociais e econômicas que as atravessam, conferindo movimento e significado ao espaço urbano.

Carlos (2011) nos propõe refletir sobre a relação intrínseca entre sociedade e espaço, destacando que a produção da vida humana no cotidiano não se limita à produção de bens materiais para atender a necessidades, mas também à produção da humanidade do homem por meio das relações de produção, sociais, políticas, ideológicas e jurídicas. Nesse sentido, é possível entender o espaço como um produto dessas lutas, um reflexo das relações criadas e intensificadas pelo desenvolvimento do capital. O espaço urbano, em particular, é moldado pelas aspirações e necessidades de uma sociedade de classes, transformando-se em um campo de disputa, onde os interesses e as tensões são negociados e resolvidos no jogo político das forças sociais.

Lefebvre (2001) e Harvey (2014) argumentam que as cidades não devem ser vistas apenas como espaços de produção e consumo, mas também como lugares onde os habitantes têm direito de influenciar nas decisões políticas, econômicas e

sociais que afetam o seu cotidiano, tendo seus direitos e manutenção das suas identidades culturais afirmados e garantidos, mesmo diante do avanço do capital financeiro. Rolnik (2003) reitera que é direito das populações de participarem ativamente na construção e preservação de seus territórios e memórias, defendendo que a cidade é um bem Coletivo, e que todos têm o seu direito de vivenciar suas culturas e histórias de forma plena, sem exclusão sendo reconhecido e valorizado dentro das diversidades de identidades e culturas que compõem a cidade, sem que sofram a segregação e o apagamento cruel e desrespeitoso da verticalização e mercantilização das cidades.

É evidente que a chegada da construção de uma linha metroviária na cidade traz desenvolvimento urbano e econômico, trazendo transformações no tecido urbano, nas ruas, nos comércios locais, nas moradias, assim como aos indivíduos e às comunidades do entorno. Conforme Harvey (2005) destaca, a indústria do transporte é um dos principais motores da produção de valor, impulsionando a expansão e a concentração geográfica como resultado do esforço contínuo para criar novas oportunidades de acumulação e concentração do capital. Esse processo leva ao crescimento notável dos fluxos espaciais, com um reposicionamento dos locais de produção e dos mercados, impulsionado pela transformação dos recursos de transporte.

Como consequência, antigos centros de produção deterioram-se, enquanto novos centros emergem, adaptados às exigências da acumulação adicional de capital. Com toda esta transformação, as políticas urbanas vão se readequando, tendendo a favorecer os interesses do mercado financeiro e dos investidores globais e deixando de lado as necessidades das populações locais, como afirma Sassen (2018). No Bixiga, o panorama das controvérsias emerge em torno da construção da estação da linha 6 - laranja do metrô da cidade de São Paulo, celebrado como um marco para a mobilidade urbana, mas que acabou tornando-se um ponto de inflexão para questões mais profundas relacionadas ao uso do território e à memória coletiva da cidade, envolvendo poder público, instituições de preservação de patrimônio, ativismos, mobilizações populares, disputas pelo nome da estação - que até o momento está "Estação 14 Bis- Saracura", o Coletivo luta para que seja "Estação Estação Saracura Vai-Vai" - e a luta pela preservação da memória negra associada ao local. Essas

disputas são desencadeadas pela criação de legislações que colocam em xeque a região, revelando a complexa teia de interesses e atores que moldam o território. Harvey (2012) assevera que as cidades não são apenas espaços de convivência, mas também de resistência, onde as tensões sociais e políticas são visíveis nas disputas pelo direito à urbe.

Além disso, Harvey (2012) também critica o capitalismo e sua face urbana - a especulação imobiliária - analisando que as cidades são utilizadas como espaços de acumulação de capital, onde a população vulnerável é deslocada em nome da valorização imobiliária e da transformação do espaço em mercadoria. Portanto, a expansão urbana em São Paulo pode ser entendida como o processo de transformação e reorganização de usos do solo em direção ao crescimento e adensamento da cidade, frequentemente guiado por dinâmicas de mercado, infraestrutura e políticas públicas. Para organizar o crescimento urbano, lugares, territórios, os fluxos e fixos, as legislações são estabelecidas como forma de proteção aos patrimônios, promovendo regulamentação das produções e dos meios de se produzir a cidade.

A história do Plano Diretor de São Paulo começa na década de 1970, conforme afirma Bonduki (2018), quando a cidade, marcada por uma expansão desigual e planejamentos voltados às elites, viu a necessidade de um instrumento para regular o uso do solo de forma integrada. Em 1971, foi sancionado o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município, proposto pelo prefeito José Carlos de Figueiredo Ferraz, que visava organizar o crescimento urbano da capital. Esse plano estabeleceu as bases para a divisão do território e a normatização da ocupação, embora não abordasse questões de inclusão social e função da propriedade, temas que só seriam incorporados em revisões posteriores, especialmente após a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, segundo Bonduki (2018).

Com o passar dos anos, novos planos foram elaborados para responder às demandas sociais e urbanísticas emergentes, conforme Pessoa e at. al (2023). Em 2002, sendo constatado que estava desatualizado, especialmente diante de desafios urbanos como o déficit habitacional, a segregação socioespacial e a expansão desordenada da mancha urbana, segundo Bonduki (2018) e, posteriormente, em 2014, o Plano Diretor passou por revisões significativas que incorporaram a

participação popular e os princípios do Estatuto das Cidades, como a função social da propriedade.

O PDE de 2014, segundo Siemsen (2021), elaborado com ampla participação da sociedade, envolveu debates públicos e contribuições da sociedade civil, regra obrigatória do art. 40 do Estatuto da Cidade, promovendo 100 audiências públicas - sendo que em 2002 haviam sido apenas 23 - ao longo de 2013 e 2014, nas quais entidades da sociedade civil e cidadãos comuns foram escutados para definir uma agenda que refletia as vontades dos paulistanos -, e conferências temáticas sobre temas como habitação, mobilidade e meio ambiente, fazendo com que o PDE não fosse um modelo ideal de cidade, mas sim, passando a ser pensado como um pacto entre os setores da sociedade e os cidadãos (Rolnik, 2003).

A legislação foi aprovada durante a gestão do prefeito Fernando Haddad em 31 de julho de 2014, e foi instituído pela lei nº 16.050 o Plano Diretor Estratégico (PDE) tendo como objetivo planejar o crescimento sustentável da cidade até 2029, visando reequilibrar a ocupação do solo e a distribuição das funções urbanas, considerando aspectos socioambientais, econômicos e culturais. O PDE, segundo Bueno e Freitas (2018) buscava resolver problemas crônicos da cidade de São Paulo, como a desigualdade socioespacial decorrente do processo injusto de urbanização excludente, a sobrecarga de infraestrutura, o desenvolvimento sustentável urbano e a falta de integração das regiões da cidade.

A revisão do PDE, iniciada em 2013, conforme Bueno e Freitas (2018), foi um processo complexo, pelos desafios enfrentados pela dinâmica de produção da cidade. O novo plano, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), propôs diretrizes para priorizar o transporte público, regulamentar instrumentos como as ZEIS¹ (Zonas de Interesse Social) e promover o adensamento em áreas já estruturadas. Conforme Caldana et al (2023), a participação popular foi um marco importante e histórico, com as principais demandas dos movimentos sociais voltadas à ampliação das ZEIS, ao combate à especulação imobiliária e à melhoria das periferias.

Como apontam Lefebvre (2001) e Castells (1997), o espaço urbano é palco de conflitos sociais, sendo indispensável que a gestão pública reconheça a diversidade de atores e interesses que compõem a cidade. No caso de São Paulo, como reitera

Caldana et al (2023), o PDE de 2014 enfrentou a difícil tarefa de mediar as reivindicações de grupos sociais que lutavam por inclusão territorial e justiça social, como os movimentos de moradia, e os interesses do mercado imobiliário, que frequentemente priorizam o lucro em detrimento do bem-estar Coletivo. Essa dinâmica evidenciou a importância de um planejamento urbano participativo e transparente, capaz de dialogar com as complexidades da cidade.

Embora a ampla participação tenha sido um avanço significativo, o processo também expôs as desigualdades que permeiam a cidade e impactam a capacidade de diferentes grupos de influenciar o planejamento urbano, (Caldana et al, 2023). Apesar das audiências públicas e das ferramentas digitais de consulta popular, a desigualdade no acesso à informação e aos espaços de decisão ainda limitou a efetiva inclusão de populações periféricas, que muitas vezes não possuem os mesmos recursos que grupos mais privilegiados para participar desses debates, conforme Bueno e Freitas (2018). Sassen (2018) destaca que as cidades globais enfrentam um paradoxo ao buscar inclusão enquanto mantêm estruturas econômicas que perpetuam exclusões.

Em São Paulo, isso se manifestou na resistência do mercado imobiliário a medidas como a ampliação das ZEIS em áreas centrais e na dificuldade em regulamentar instrumentos que contrariavam a lógica especulativa de valorização do solo urbano, conforme Caldana et al (2023). Assim, o PDE de 2014 não apenas buscou democratizar o planejamento urbano, mas também revelou os desafios estruturais de uma cidade que, como aponta Castells (2018), reflete tensões entre forças econômicas globais e demandas sociais locais.

Fernandes (2016) afirma que quando o texto preliminar foi consolidado pela SMDU com as contribuições populares, o PDE foi enviado à Câmara Municipal de São Paulo para votação, onde se deu mais um momento de intensos debates entre vereadores, setores empresariais (especialmente o mercado imobiliário) e movimentos sociais presentes, havendo conflitos de interesses, já que o setor imobiliário tentou barrar algumas medidas, como o aumento das ZEIS e os limites para o adensamento em áreas já saturadas. Em contrapartida, os movimentos sociais pressionaram para garantir que as áreas centrais fossem incluídas como ZEIS e que o PDE priorizasse o transporte público e a habitação social. As negociações

acaloradas geraram ajustes ao longo das discussões na Câmara, com concessões pontuais para diferentes grupos.

A implementação do Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014 enfrentou forte resistência do mercado imobiliário, como afirma Sassen (2018), que via instrumentos como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e a Outorga Onerosa como ameaças à lógica especulativa que domina o setor. As ZEIS, destinadas à habitação popular em áreas de alto potencial de valorização, e a Outorga Onerosa, que limita o crescimento vertical descontrolado, contrariavam os interesses dos investidores, que buscam maximizar lucros. Como Sassen (2018) aponta, em cidades globais como São Paulo, o espaço urbano é frequentemente tratado como mercadoria, e as decisões sobre sua ocupação são guiadas por interesses financeiros, não sociais. Esses conflitos evidenciam as tensões entre o planejamento estatal e os interesses privados, que pressionam pela flexibilização das normas.

Castells (1997) argumenta que a produção do espaço urbano é resultado de um embate constante entre forças econômicas e sociais, e o caso da cidade de São Paulo ilustra essa dinâmica. A resistência do mercado imobiliário atrasou a implementação do plano e revelou os desafios de enfrentar interesses privados profundamente enraizados, expondo as contradições de uma urbanização guiada por interesses corporativos. Entre as diversas modificações do PDE, uma que trouxe impacto significativo foi o novo zoneamento da região do Bixiga, que até os anos 1970 era uma Zs-200, ou seja, uma zona especial enquadrada e destinada à preservação dos imóveis de carácter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, conforme Pessoa et al (2023). Porém, nos anos 1980, muitos edifícios já foram demolidos por não terem força legal de tombamento² e não terem efetiva proteção legal. Então a sociedade civil se mobilizou criando um conselho municipal de preservação, o Conpresp, em 1985, órgão que ficou responsável pelos estudos técnicos e salvaguarda dos bens culturais tombados no município.

Segundo Pessoa et al (2023) já no início dos anos 2000 as Zs-200 foram substituídas e incorporadas pelas Zepec - Zonas Especiais de Preservação Cultural, elaboradas pelo PDE de 2002, sendo regulamentado somente em 2004, com a subdivisão das categorias na lei que unifica o parcelamento, uso e ocupação do solo (LPUOS). Assim, as áreas que eram apenas Zs-200, passaram a ser Zepec em 2014,

porém, o resultado foi uma configuração fragmentada e desconectada das demais zonas de planejamento urbano. Apesar dessas áreas serem determinadas a serem excluídas da verticalização e das Zonas de Eixo de Estruturação Urbana - ZEU, o que excluía a área do Bixiga de ser um eixo de adensamento do sistema de transporte Coletivo de massa, como o metrô, porém, parte do bairro do Bixiga foi incluído em 2014 como zona destinada a usos residenciais e não residenciais com densidade demográfica e construtiva elevada, causando ameaça aos bens culturais pela sobreposição de zonas conflitantes: Zepec, ZEU e área tombada (Pessoa et al, 2023).

Então em 2016, implicou-se na construção da nova linha do metrô na região, abrindo as possibilidades para o interesse imobiliário no bairro, ameaçando o pacto de preservação estabelecido desde os anos 80. A partir de 2019, segundo Pessoa et al (2023), novos empreendimentos estão sendo aprovados no entorno do interior das áreas de proteção pelo tombamento, edifícios com vários pavimentos de subsolos, sem relação com o conjunto urbano tombado, impactando significativamente a paisagem e o ambiente do bairro.

Entre as mudanças mais relevantes do PDE de 2014, destacam-se a criação de mais ZEIS, incluindo áreas centrais da cidade, o estímulo ao adensamento ao longo de eixos de transporte público - como corredores de ônibus e estações de metrô -, a limitação do número de vagas de garagem em novos empreendimentos para incentivar o uso de transporte Coletivo, a ampliação do uso da Outorga Onerosa, incentivo fiscal que permite ao empreendedor construir além dos limites básicos de aproveitamento do terreno, mediante o pagamento de uma taxa ao poder público.

Essa taxa funciona como uma contrapartida financeira, compensando os investimentos feitos pelo Estado em infraestrutura e serviços públicos que sustentam o desenvolvimento urbano. Segundo Bonduki (2016), assim, os recursos arrecadados com a outorga onerosa podem ser reinvestidos em melhorias na cidade, contribuindo para a função social da propriedade e para a redução das desigualdades, para o autor "a outorga onerosa representa uma forma de reverter parte do lucro obtido com a utilização intensiva do solo para a coletividade, ao exigir que o empreendedor contribua financeiramente para a melhoria da infraestrutura e a realização de políticas públicas de habitação"(Bonduki, 2016) . Ou seja, apesar de estimular um uso do solo urbano para garantir que os benefícios do crescimento econômico sejam distribuídos

de maneira mais equitativa entre toda a população, por outro lado, favorece o mercado financeiro imobiliário.

Qual a relação entre o Coletivo Estação Saracura Vai-Vai e discussões sobre o ZEPEC, ZEIS e o Plano Diretor Estratégico (PDE)? A resposta é simples: o Coletivo enxerga o PDE como uma ameaça à permanência e à memória do Bixiga. Por isso, tem atuado ativamente para que o plano seja revisado com base em uma escuta real da população. Um dos principais esforços foi a solicitação de revisão do PDE, com ampla participação de moradores e movimentos locais, como demonstra a postagem a seguir:

Saracura Vai-Vai

PRESSIONAR

POR NOSSAS EMENDAS NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SP

- PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BIXIGA
- POLÍTICA HABITACIONAL COM CRITÉRIO RACIAL
- VALORIZAÇÃO DO ENTORNO DAS ÁREAS E BENS CULTURAIS
- PROTEÇÃO DE PERÍMETROS TOMBADOS E ÁREAS ENVOLTÓRIAS

AUDIÊNCIAS: 15 E 20/06 | 19H

NA CÂMARA MUNICIPAL (VIADUTO JACAREÍ, 100)

METRÔ SEM DESTRUIÇÃO DA NOSSA HISTÓRIA PRESERVAR O SÍTIO ARQUEOLÓGICO SARACURA

estacaosaracuravai • Seguir

Bixiga

estacaosaracuravai ARRASTA PRO LADO E VAMOS JUNTOS! A audiência pública que discutiu o Bixiga e os impactos do metrô no bairro foi uma das maiores da rodada de debates sobre a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo. Nela, apresentamos a carta que você pode conferir novamente aqui, em parceria com outros importantes movimentos da região e o Vai-Vai. E desses debates foram produzidas quatro emendas ao projeto. No entanto, o relator da Revisão do PDE, vereador Rodrigo Goulart (PSD), recusou-se a incluí-las no substitutivo que apresentou para votação. Da mesma forma, Goulart rejeitou todas as demandas das comunidades que participaram das audiências e acatou unicamente as demandas do mercado imobiliário. Nesta semana se encerram as audiências que precedem o segundo turno de votação, e mais uma vez chamamos a comunidade do Bixiga a participar das audiências públicas onde vamos novamente defender o respeito aos municípios que participaram das audiências, a inclusão de nossas emendas no PDE e a rejeição do texto das incorporadoras e construtoras que Rodrigo subscreve. Participe!

#revisãopde #BixigaNegro #EstaçãoSaracuraVaiVai #NossoChãoNossaHistória #nossospassosvêmdelelonge #religiosidade #quilombo #Bixiga #vivaivai #Saracura #QuilomboSaracuraVive

Editado - 110 sem

giuliviv Ja ocorreu? Estou acompanhando no youtube

109 sem 1 curtida Responder

Ver respostas (1)

xibrito @institutoperegum

155 curtidas

11 de junho de 2023

Adicione um comentário...

Postar

Figura 19 - Post de 11/06/2023

O conteúdo textual do post, denuncia que apesar da audiência pública sobre o bairro ter sido uma das maiores da rodada de debates, com ampla participação de movimentos sociais e representantes culturais como o Vai-Vai, as emendas propostas, construídas coletivamente, foram ignoradas pelo relator do PDE, vereador Rodrigo Goulart. O coletivo critica abertamente o alinhamento do relator às demandas do mercado imobiliário, evidenciando que o texto final apresentado para votação desconsidera completamente os interesses e direitos das populações locais afetadas pelas obras da Linha 6-Laranja do metrô.

O post também mobiliza a comunidade para participar das próximas audiências públicas, reafirmando o compromisso do Coletivo com o direito à cidade, à memória e à permanência das comunidades tradicionais, expondo as contradições de um modelo de urbanismo que privilegia incorporadoras e construtoras em detrimento da justiça social. Esse post trata-se de uma ação de resistência simbólica e prática, articulada por meio das redes sociais, que transforma o espaço urbano e o espaço digital em uma arena política de disputa por visibilidade, escuta e reparação histórica.

Como destacam Lefebvre (2001) e Castells (2018), o planejamento urbano deve priorizar o direito à cidade e a justiça social, e a Outorga Onerosa parece ser uma tentativa de alinhar o desenvolvimento urbano com esses princípios. A aplicação desse instrumento enfrenta críticas, especialmente pela dificuldade de fiscalização e pela falta de transparência na destinação dos recursos arrecadados. Além disso, a pressão do setor imobiliário por valores mais baixos de contrapartida muitas vezes limita a capacidade do município de investir em melhorias urbanas. Assim, embora sejam instrumentos fundamentais para a democratização do espaço urbano, as ZEIS e a Outorga Onerosa refletem os desafios de implementar políticas urbanas em uma cidade marcada por profundas desigualdades sociais e interesses econômicos conflitantes.

A outorga onerosa representa uma ameaça ao Bixiga porque, embora seja prevista como instrumento de planejamento urbano para promover o uso social da terra, na prática tem servido para viabilizar a verticalização e o adensamento construtivo em áreas historicamente frágeis do ponto de vista social e cultural. Esse mecanismo permite que construtoras e incorporadoras paguem uma contrapartida financeira ao município em troca da autorização para construir acima do limite básico permitido, o que, no Bixiga, resulta em aumento do valor fundiário e aceleração dos processos de gentrificação. Ou seja, o território passa a ser visto mais como mercadoria do que como lugar de vida, memória e pertencimento.

Conforme Castells (2018) argumenta, a cidade é palco de disputas entre diferentes agentes sociais, sendo o espaço urbano moldado por conflitos de poder que frequentemente excluem os mais vulneráveis, como o caso do Bixiga, onde a verticalização expulsa os mais vulneráveis da região para áreas mais afastadas ou periféricas da cidade, já que a área fica valorizada pela transformação espacial da

expansão urbana. Em São Paulo, essa situação é justificada sob o pretexto de modernização ou segurança, ignorando o impacto humano e cultural sobre as comunidades que residem, no caso, na região do Bixiga, perpetuando ciclos de exclusão territorial e segregação socioespacial.

Lefebvre (2001) nos lembra que o espaço urbano é construído a partir das vivências e relações sociais das pessoas que nele habitam. Quando comunidades são removidas, não é apenas o espaço físico que é afetado, mas também a memória coletiva, os laços de solidariedade e a identidade cultural que essas comunidades representam.

Por outro lado, as remoções também geram resistência, com movimentos sociais e organizações comunitárias denunciando as violações de direitos humanos e exigindo políticas que respeitem o direito à moradia. Essas lutas evidenciam que, enquanto o PDE tenta democratizar o planejamento urbano, ele ainda opera em um contexto de desigualdades estruturais, onde o capital financeiro muitas vezes prevalece sobre os direitos sociais. Assim, os conflitos urbanos em São Paulo nos desafiam a repensar o modelo de desenvolvimento adotado, buscando alternativas que conciliem crescimento econômico com justiça social e respeito às comunidades locais.

Segundo Lefebvre (2001), a urbanização é um reflexo das disputas sociais e políticas que estruturam a sociedade, e São Paulo ilustrava isso com clareza: enquanto as áreas centrais atraíam investimentos e empregos, as periferias se expandiram sem infraestrutura adequada, perpetuando a desigualdade socioespacial. Esse mecanismo, evidencia como a teoria da gentrificação, originalmente cunhada por Ruth Glass (1964), descreve os processos de transformação urbana em que áreas centrais e populares passam por um aumento no valor imobiliário, frequentemente acompanhado pela substituição de moradores de baixa renda por classes médias ou altas. Em São Paulo, esse fenômeno é particularmente evidente em bairros historicamente ocupados por populações mais vulneráveis, onde as dinâmicas de valorização imobiliária impulsionadas por políticas públicas, como o PDE, criam um ciclo de exclusão e elitização do espaço urbano. A gentrificação não é apenas um processo físico de renovação das construções, mas também um fenômeno simbólico,

que reflete a substituição de culturas locais por novas dinâmicas de consumo e estilos de vida, mais alinhados aos interesses do mercado.

Harvey (2012), ao discutir as dinâmicas do capital e do espaço urbano, complementa essa análise ao destacar que o ambiente construído serve como um mecanismo de acumulação capitalista, sendo moldado por forças que priorizam a lucratividade em detrimento das necessidades das comunidades. Nesse contexto, o PDE, ao fomentar a construção de novas centralidades e estimular a valorização de áreas estratégicas da cidade, frequentemente contribui para deslocar populações de baixa renda, apagando a memória cultural e histórica de bairros inteiros.

Essas práticas culturais e artísticas se mostram como práticas comunicativas na cidade, como explica Rose de Melo Rocha (2013), e transformam os circuitos midiáticos em potentes ferramentas de resistência cultural, apropriando-se de símbolos e narrativas para contestar lógicas de exclusão. Nesse contexto, as manifestações artísticas e populares em São Paulo, especialmente vindas das periferias, trouxeram uma dimensão sensível e humana ao debate, mostrando que o planejamento urbano não é apenas uma questão técnica, mas também cultural e afetual. Assim, o PDE, ao ser influenciado também por essas vozes, incorporou instrumentos como as ZEIS e a Outorga Onerosa, que refletem a luta de comunidades inteiras por reconhecimento e permanência no espaço urbano.

Como ressalta Caiafa (2007), a experiência urbana é carregada de tensões comunicativas, em que os agentes mais vulneráveis encontram dificuldades para reivindicar sua presença simbólica e territorial. Rocha (2013) também aponta que a exclusão nos circuitos comunicacionais reflete as desigualdades estruturais da sociedade, perpetuando a invisibilidade de determinadas populações. Mesmo assim, as formas e sentidos de comunicação e interações na cidade desempenharam um papel transformador, sendo ao mesmo tempo ferramenta de resistência e de criação.

Na interação entre o poder público e a sociedade, a cidade revela sua essência polifônica (Canevacci, 1993), onde diversas narrativas convergem para construir uma São Paulo mais justa, inclusiva e humana. De acordo com a Lei municipal, o objetivo central é "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado e diversificado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes" (Prefeitura

de São Paulo, 2014). No próprio texto legislativo, o inciso 7 estabelece o princípio da gestão democrática, definido como a garantia de participação efetiva dos diversos segmentos da população – seja diretamente ou por intermédio de associações representativas – nos processos de planejamento, gestão, realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Canevacci, 1993; Prefeitura de São Paulo, 2014).

Nesse contexto, torna-se fundamental evidenciar as reivindicações do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai que demanda o direito à cidade. Considerando que a legislação determina ao Estado a proteção da paisagem, dos bens e áreas de valor histórico, cultural e religioso, bem como dos recursos naturais e mananciais hídricos (artigos 6 e 8), a garantia da dimensão cultural é fundamental para assegurar a memória, a identidade e os espaços culturais e criativos essenciais à vida dos cidadãos (Moreira, 2001).

Assim, a questão que se impõe é: em que momento, na prática, a sociedade – representada por Coletivos como o Estação Saracura Vai-Vai – tem sua voz efetivamente ouvida, em vez de ser sistematicamente repelida, mesmo diante dos princípios de gestão democrática consagrados na Lei? Embora essa expansão urbana do PDE tenha boas intenções, há uma série de questões que estão sendo debatidas e críticas que estão vindo à tona na implantação dessas ferramentas de planejamento urbano, que tem o explícito objetivo de promover o desenvolvimento urbano, e acabam por ter consequências práticas contrastantes com as intenções.

O Coletivo, reivindica as seguintes emendas no PDE:

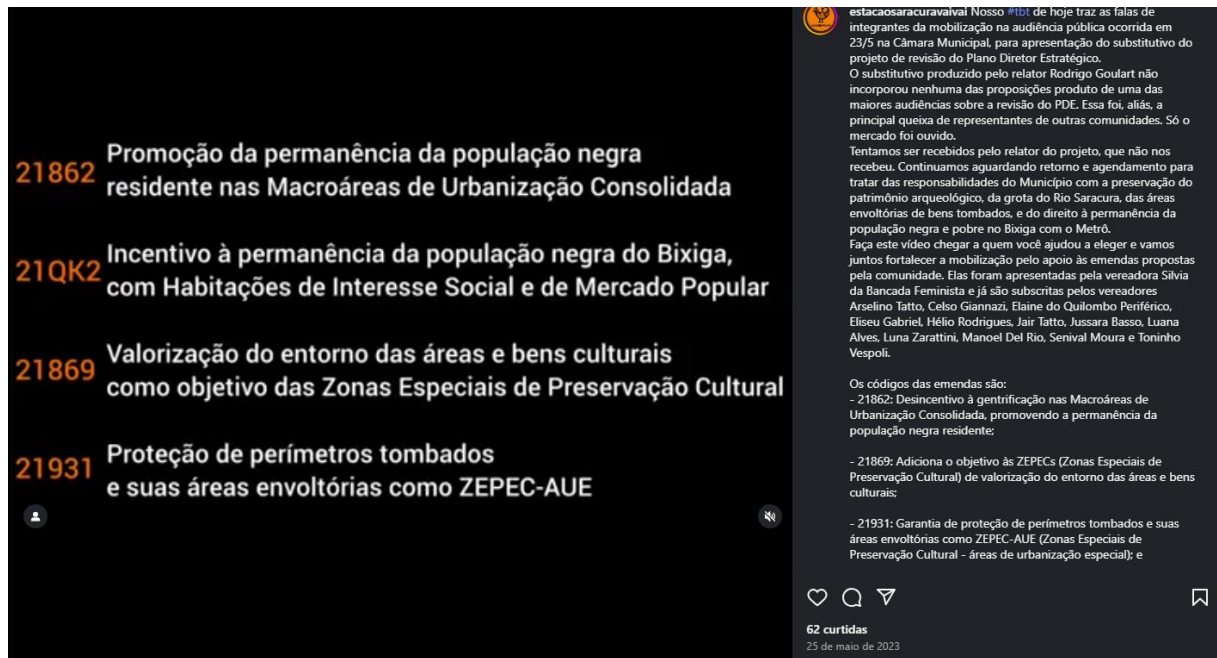


Figura 20 - Emendas do PDE em 25/05/2023

No conteúdo textual da Legenda, os dizeres:

as falas de integrantes da mobilização na audiência pública ocorrida em 23/5 na Câmara Municipal, para apresentação do substitutivo do projeto de revisão do Plano Diretor Estratégico.

O substitutivo produzido pelo relator Rodrigo Goulart não incorporou nenhuma das proposições produto de uma das maiores audiências sobre a revisão do PDE. Essa foi, aliás, a principal queixa de representantes de outras comunidades. Só o mercado foi ouvido.

Tentamos ser recebidos pelo relator do projeto, que não nos recebeu. Continuamos aguardando retorno e agendamento para tratar das responsabilidades do Município com a preservação do patrimônio arqueológico, da gruta do Rio Saracura, das áreas envoltórias de bens tombados, e do direito à permanência da população negra e pobre no Bixiga com o Metrô.

Faça este vídeo chegar a quem você ajudou a eleger e vamos juntos fortalecer a mobilização pelo apoio às emendas propostas pela comunidade. Elas foram apresentadas pela vereadora Sílvia da Bancada Feminista e já são subscritas pelos vereadores Arselino Tatto, Celso Giannazi, Elaine do Quilombo Periférico, Eliseu Gabriel, Hélio Rodrigues, Jair Tatto, Jussara Basso, Luana Alves, Luna Zarattini, Manoel Del Rio, Senival Moura e Toninho Vespoli.

Os códigos das emendas são:

- 21862: Desincentivo à gentrificação nas Macroáreas de Urbanização Consolidada, promovendo a permanência da população negra residente;

- 21869: Adiciona o objetivo às ZEPECs (Zonas Especiais de Preservação Cultural) de valorização do entorno das áreas e bens culturais;

- 21931: Garantia de proteção de perímetros tombados e suas áreas envoltórias como ZEPEC-AUE (Zonas Especiais de Preservação Cultural - áreas de urbanização especial); e

- 21QK2: Promove o incentivo à permanência da população negra do Bixiga quando efetivados empreendimentos de HIS (habitação de interesse social) e HMP (habitação de mercado popular).

São todas emendas que defendem o modo de vida, o tombamento que é parte da identidade do bairro. #BixigaNegro #EstaçãoSaracuraVaiVai #NossoChãoNossaHistória #nossospassosvêmdelonge #religiosidade #quilombo #Bixiga #vaivai #Saracura #QuilomboSaracuraVive

@estacaosaracuravaivai, 2023

O post do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai denuncia a exclusão das propostas da população do Bixiga na revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo, evidenciando que o substitutivo apresentado pelo relator Rodrigo Goulart ignorou completamente as emendas construídas coletivamente durante uma das maiores audiências públicas do processo, atendendo apenas aos interesses do mercado imobiliário. A publicação também tem caráter mobilizador, convocando a comunidade a pressionar vereadores pela aprovação de emendas populares que visam combater a gentrificação, proteger o patrimônio cultural e garantir o direito à permanência da população negra e pobre no bairro. Ao divulgar os códigos das emendas, o coletivo fortalece a articulação política e a resistência comunitária, utilizando as redes sociais como ferramenta de denúncia, mobilização e preservação da memória e identidade do território do Bixiga.

Diante deste cenário, Caldana et al (2023) afirmam que a implementação do PDE exige uma vigilância constante de pessoal instrumentalizado tecnicamente e da mobilização social alerta sobre os efeitos e consequências sociais e econômicas gerados por esse cruel, voraz e faminto mercado de expansão urbana que massivamente avança ambicionando o lucro, tornando a cidade e os territórios produtos que acumulam ainda mais capital de forma predatória e desigual, ao invés de se fazer cidade para as pessoas.

2.1. Apagamento histórico e Cultural Afrobrasileiro

As histórias importam. Muitas histórias importam.
As histórias foram usadas para espoliar e caluniar,
mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar.
Elas podem despedaçar a dignidade de um povo,
mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.
(Adichie, 2009).

A narrativa histórica é fundamental na construção e desconstrução de identidades, pois as histórias – quando contadas com sensibilidade e responsabilidade – podem tanto empoderar quanto desumanizar, conforme exposto por Adichie (2009), as histórias importam não apenas como relatos de fatos, mas como instrumentos que podem espoliar ou reparar a dignidade de um povo, revelando como o poder se inscreve na forma de narrar a experiência humana. Ribeiro (2019) complementa essa visão ao indicar que a condição de “escravo” é uma imposição histórica e não uma característica natural, pois, historicamente, a população negra foi sujeita à escravidão através de ações deliberadas de opressão.

O exercício do poder sobre as narrativas evidencia a forma como a história pode ser apropriada para hierarquizar e desumanizar grupos sociais. Nesse sentido, Munanga (2004) destaca que o cerne do problema reside no racismo, que não só hierarquiza e desumaniza, mas também legitima práticas discriminatórias, ao parasitar todos os conceitos e estruturas sociais existentes. A complexidade dos encontros históricos – que envolvem o tráfico negreiro, as migrações e a colonização – demonstra a persistência de legados que continuam a gerar efeitos perversos nas relações sociais contemporâneas. Esses processos históricos moldaram um território marcado pela diversidade de povos, culturas e línguas, ao mesmo tempo em que acentuaram desigualdades e violaram direitos fundamentais. A legislação, por meio dos dispositivos que protegem as manifestações culturais e tombam sítios históricos (Art. 215, § 1º; Art. 216, § 5º), procura resgatar a memória desses encontros, em contraposição à tendência homogeneizante impulsionada pelo globalismo econômico e cultural (Munanga, 2004).

A superação da exclusão e a promoção da cidadania plena passam pela adoção de políticas afirmativas e pela implementação de uma educação multicultural que valorize as diferenças. Em vez de se proporem a erradicar as identidades raciais,

tais iniciativas visam fortalecer a participação dos historicamente marginalizados na construção de uma identidade nacional plural e democrática. Munanga (2004) defende que o reconhecimento e a afirmação da identidade negra – longe de comprometer a “mistura racial” – são essenciais para a consolidação de um projeto de sociedade que respeite e celebre a diversidade, como também evidencia a importância dos mecanismos de autoafirmação frente à discriminação histórica (Munanga, 2004; Silva, 2016).

Nessa perspectiva, uma outra controvérsia, que impera nas cidades brasileiras, e especificamente na região do Bixiga, é de que a história da população negra é marcada por um processo de marginalização e resistência que, embora imerso em um contexto de exclusão, também gerou formas de solidariedade e resistência cultural. Segundo Rolnik (2007), o negro nas cidades brasileiras, apesar da brutalidade à qual foi submetido, criou espaços de convivência e organização que promoveram uma forma de “devir negro”, caracterizada pela afirmação de uma identidade coletiva, pela solidariedade e pela autopreservação. A marginalização vivida pela população negra nas cidades não se limitava apenas à exclusão física, mas também se manifestava na criação de mídias sociais e culturais de resistência, que se tornaram a base da construção de um espaço urbano alternativo.

Esse processo de afirmação e sobrevivência dos negros nas cidades brasileiras, longe de ser um simples reflexo da dominação, foi também um processo ativo de construção de identidade e fortalecimento da comunidade. A partir da abolição da escravidão, muitos negros libertos ou fugitivos migraram para as cidades, especialmente para o Rio de Janeiro e São Paulo, em busca de liberdade e melhores condições de vida. Em São Paulo, em 1872, a população negra era significativa, representando um terço da população, e uma parte importante desses negros já era livre. De acordo com Rolnik (2007), as cidades ofereciam uma oportunidade de anonimato para os negros fugitivos, tornando-se um espaço propício para o desenvolvimento de redes de solidariedade e uma vida paralela à estrutura escravocrata. Esses negros, ao se instalar nas cidades, começaram a formar núcleos de sociabilidade, em que se viabilizava a troca de saberes, a construção de redes de apoio mútuo e o fortalecimento de laços comunitários, que constituíam um espaço de resistência diante das condições de segregação social e econômica.

Esses núcleos urbanos formados por negros libertos e seus descendentes eram frequentemente chamados de quilombos urbanos. Como destaca Rolnik (2007), a proliferação dos quilombos urbanos ocorreu em meio à crescente urbanização das cidades, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde a diáspora negra se reorganizou em novos espaços de convivência.

O bairro do Bixiga, em São Paulo, por exemplo, é uma das localidades que teve origem em um quilombo urbano, o quilombo Saracura. Esses espaços, em muitos casos, estavam localizados em regiões semi-rurais, ou em áreas centrais da cidade, onde a configuração das moradias coletivas e a produção cultural se assemelhavam a práticas típicas de comunidades afro-brasileiras, como os terreiros de candomblé. Nesses contextos, a vivência comunitária era não só uma forma de sobrevivência, mas também de preservação de uma cultura rica e diversa, que incorporava práticas religiosas, culinárias, musicais e outras expressões culturais que fortaleceram a identidade negra nas cidades.

Esses quilombos urbanos, embora muitas vezes vistos pelos dominadores como espaços marginais, eram, na verdade, núcleos vibrantes de produção cultural e construção de novas formas de sociabilidade. A construção de moradias, a organização de festas populares e as práticas religiosas se tornaram formas de resistência à lógica escravocrata e segregacionista das cidades. Para Vargas (2019), esses espaços urbanos representavam, portanto, uma alternativa concreta à senzala, pois permitiam que a população negra se organizasse de maneira autônoma, resgatando valores e práticas que ajudavam na preservação da identidade cultural. A resistência cultural que florescia nesses espaços estava imbricada com as condições de vida específicas de cada comunidade, incluindo a resistência aos processos de urbanização e as formas de controle social, mas também ao fortalecimento de uma rede de sociabilidade que permitia que a comunidade negra se consolidasse e se expandisse.

Com o tempo, muitos desses espaços começaram a ser absorvidos pela urbanização e pelas políticas de gentrificação, que buscaram transformar as áreas centrais em locais de alto valor imobiliário. Nesse processo, muitos dos quilombos urbanos e das comunidades negras foram removidos ou deslocados para periferias, com suas histórias e memórias sendo apagadas ou distorcidas. A verticalização e o

crescimento desordenado das cidades brasileiras, impulsionados por políticas públicas de renovação urbana, exacerbam esse processo de exclusão e marginalização, como aponta Rolnik (2015). A luta pela preservação de espaços como o Bixiga e outras comunidades negras urbanas se tornou uma luta não só por moradia, mas pela afirmação de um lugar legítimo na cidade, um lugar onde a memória, a cultura e a identidade negra pudessem ser preservadas e celebradas.

Com vistas a todo esse apagamento histórico e cultural afrobrasileiro sendo um fenômeno complexo e persistente que se estende por séculos, desde o período colonial até os dias atuais que marginalizam e invisibilizam as contribuições culturais, sociais e políticas dos povos negros no Brasil reflete uma estrutura racialmente desigual que, ao longo da história, buscou suprimir as raízes e a memória dos afrodescendentes. Como afirma Gomes (2018), o apagamento "é um dispositivo usado para obscurecer a riqueza das culturas afro-brasileiras, perpetuando uma narrativa única e hegemônica da história nacional". Desde a escravização, que promoveu a desumanização de milhões de africanos e seus descendentes, até a ausência de representações negras nas narrativas históricas oficiais, o apagamento se configura como uma ferramenta de manutenção do poder colonial e, posteriormente, do sistema de classes que marginaliza a população negra.

A imposição de um "ideal" de cultura e história nacional, que exclui a diversidade de saberes e práticas afro-brasileiras, perpetua a desigualdade e dificulta a construção de uma sociedade inclusiva e justa. De acordo com Silva (2016), a invisibilidade da contribuição afro-brasileira à sociedade contemporânea reflete não apenas uma exclusão social, mas um processo contínuo de silenciamento. Reconhecer e promover a valorização da história e da cultura afrobrasileira é fundamental para a reparação histórica e a promoção de uma sociedade mais equitativa, que respeite e celebre a contribuição dos negros para a formação do Brasil.

Por fim, é fundamental entender que as cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a ser, ao longo dos séculos, o palco de disputas intensas pela terra, pela memória e pela identidade. Como Rolnik (2007) aponta, a produção desses espaços de resistência não foi apenas uma resposta à exclusão, mas também uma estratégia de afirmação cultural, permitindo que a comunidade negra estabelecesse suas próprias narrativas de pertencimento e de existência no espaço

urbano. Esses movimentos de resistência, muitas vezes invisíveis para os poderes públicos, são fundamentais para compreender a relação entre a população negra e o espaço urbano brasileiro. Além disso, a análise de como esses espaços se configuram dentro da história das cidades e das políticas urbanas permite refletir sobre os desafios atuais da gentrificação, da falta de moradia e da luta por uma cidade mais justa e inclusiva para todos os seus habitantes.

A memória urbana desempenha um papel central na construção da identidade de qualquer cidade, especialmente em contextos marcados por processos de exclusão e resistência, como ocorre nas comunidades negras em São Paulo. A cidade não é apenas um espaço físico, mas também um repositório de memórias e significados que são constantemente ressignificados pelos seus habitantes. No caso das populações negras, essas memórias urbanas são não só sobre o espaço ocupado, mas também sobre a luta constante pela afirmação de sua presença, identidade e direitos. De acordo com Vargas (2019), a memória urbana da população negra de São Paulo é um produto de resiliência, onde a memória coletiva se entrelaça com as práticas de resistência cultural, social e política. A formação de espaços de resistência, como quilombos urbanos e centros de sociabilidade, foi um reflexo dessa memória e da necessidade de afirmação da identidade negra frente às forças da marginalização e segregação.

A cidade de São Paulo, em particular, carrega em seu tecido urbano as marcas profundas dessa história de resistência e transformação. Os bairros que abrigaram os negros libertos, como o Bixiga, surgiram a partir de uma reorganização do espaço urbano que não apenas segregava, mas também permitia a construção de novas formas de sociabilidade. Esses espaços, muitas vezes invisíveis para as políticas públicas, foram espaços de resistência cultural e afirmação da identidade negra, onde se preservaram práticas religiosas, culinárias e artísticas que pertencem ao legado africano. A memória desses bairros e das formas de resistência ali geradas, conforme Vargas (2019), não pode ser apagada pela modernização ou pelas dinâmicas de gentrificação que, frequentemente, excluem as camadas mais pobres e suas histórias.

Nessa perspectiva, a memória urbana da cidade de São Paulo deve ser compreendida não apenas como um conjunto de narrativas passadas, mas como um campo dinâmico de ação e resistência contínua. A teoria da comunicação urbana de

Janice Caiafa oferece uma chave teórica valiosa para compreender o papel da memória e da identidade na cidade. Segundo Caiafa (2011), a comunicação urbana não se dá apenas por meio de discursos oficiais ou mediáticos, mas também por intermédio das práticas cotidianas e das interações que se estabelecem nas ruas, praças, bairros e centros comunitários.

A cidade, portanto, é um espaço de comunicação constante, onde a memória se constrói a partir de uma multiplicidade de vozes e representações, muitas vezes em confronto com as narrativas hegemônicas. No contexto das comunidades negras em São Paulo, essa comunicação é marcada pela luta por um lugar de fala, onde as vozes históricas da resistência ganham visibilidade e se tornam um elemento fundamental para a construção da identidade coletiva. A comunicação urbana, para Caiafa, é um processo que envolve tanto a escuta e a fala quanto a memória e a percepção do espaço. Assim, a construção de memória nas comunidades negras não se dá apenas como uma representação do passado, mas também como uma forma de resistência e afirmação no presente.

Caiafa (2011) também destaca que a memória urbana, especialmente em contextos periféricos ou marginalizados, se organiza muitas vezes em narrativas locais, como aquelas dos terreiros de candomblé, das festas populares e das manifestações culturais. Essas narrativas locais desempenham um papel crucial na construção da identidade dos bairros e das comunidades, pois são essas memórias que sustentam o pertencimento e a coesão social. A experiência de ser negro na cidade de São Paulo, muitas vezes marcada pela ausência de reconhecimento e pela marginalização, se constrói através da participação nessas formas de sociabilidade, que, por sua vez, comunicam uma identidade coletiva resistente. O movimento de memória nessas comunidades é, portanto, um movimento de visibilidade e afirmação, que resgata as histórias de luta e resistência e as torna um ponto de encontro para as novas gerações. Em sua obra, Caiafa (2011) enfatiza que essa memória é fundamental para a construção de um espaço urbano mais justo e plural, onde a cidade se reconhece em sua diversidade e pluralidade de vozes.

A presença de símbolos culturais, como o samba, as religiões afro-brasileiras e as manifestações artísticas, nas cidades brasileiras é uma forma de resistência que resgata as memórias do passado e as projeta no presente. Esses símbolos não são

apenas elementos culturais, mas também formas de comunicação e afirmação de identidade. A memória das comunidades negras é comunicada, portanto, não só por meio de palavras, mas também por meio de ações, danças, festas e celebrações. No caso de São Paulo, o samba e o carnaval são expressões da memória coletiva negra que se mantêm vivas nas ruas da cidade. A importância da festa como forma de resistência e comunicação urbana, conforme Caiafa (2011), vai além da celebração; ela é uma forma de reafirmação da identidade negra em um contexto urbano que muitas vezes apaga ou marginaliza essa história. O carnaval, por exemplo, é um espaço onde as questões sociais e culturais são comunicadas de forma visível, permitindo que a cidade seja reescrita e reinterpretada sob a ótica da resistência.

Porém, a memória urbana das comunidades negras em São Paulo também está marcada pela perda e o deslocamento. A gentrificação e a verticalização das áreas centrais da cidade impuseram um processo de apagamento das marcas de resistência dessas comunidades. Espaços como o Bixiga, que guardavam a memória de um quilombo urbano, estão sendo transformados em áreas de alto valor imobiliário, empurrando os antigos moradores para as periferias da cidade. Esse processo de deslocamento reflete um movimento mais amplo de transformação das cidades brasileiras, no qual as lutas pela preservação da memória urbana se tornam fundamentais para a afirmação do direito à cidade. Como aponta Rolnik (2007), a exclusão social e a marginalização da população negra nas cidades não acontecem apenas pela falta de acesso a bens materiais, mas também pela negação da sua memória e da sua história. Nesse sentido, a teoria de Caiafa (2011) nos permite compreender como a comunicação urbana, ao resistir ao apagamento, também resiste à imposição de um único modo de ser cidade, afirmando a pluralidade das experiências e das histórias que constituem a cidade.

Além disso, a construção da memória urbana nas comunidades negras em São Paulo está intrinsecamente ligada à criação de um espaço público alternativo, que permita o encontro e a troca de saberes, histórias e experiências. A memória e a identidade negra se tornam um ponto de resistência em um espaço onde a desigualdade social é latente e as políticas públicas frequentemente marginalizam esses espaços. A comunicação urbana, conforme Caiafa (2011), deve ser entendida como um processo contínuo de reconstrução do espaço, em que a memória não é

apenas uma relíquia do passado, mas uma prática viva e atual, que continua a moldar o presente e o futuro da cidade. A memória das comunidades negras de São Paulo, portanto, não é apenas um resgate do passado, mas uma ação contínua que define a maneira como essas comunidades se organizam e se afirmam no espaço urbano.

Finalmente, é importante ressaltar que, para que a memória urbana da população negra seja preservada e respeitada, é necessário um esforço coletivo que envolva a participação das próprias comunidades, mas também das instituições públicas e privadas. O espaço urbano deve ser visto como um lugar de convivência e troca, onde as diferenças culturais são respeitadas e celebradas. A teoria da comunicação urbana de Caiafa (2017) aponta para a importância da escuta ativa e da construção de espaços de diálogo, onde a memória das comunidades marginalizadas possa ser reconhecida e valorizada. A cidade de São Paulo, com sua rica história de resistência negra, precisa ser entendida como um lugar de luta e afirmação, onde a memória e a identidade negra são fundamentais para a construção de um espaço urbano mais justo e plural.

Castells (2018) diz que as cidades acabam por se transformar em uma estrutura da força do mercado e da desigualdade social que se amplia à medida que as decisões sobre o espaço são tomadas em esferas externas ao controle local, discutindo em suas análises o impacto dessa dinâmica urbana que revela o quanto as cidades perdem sua capacidade de controle sobre seu próprio desenvolvimento estabelecendo as áreas que serão valorizadas e as áreas que serão negligenciadas. Com isso também podemos refletir o quanto Milton Santos (1996), demonstra em sua teoria que as pessoas das zonas luminosas, ou das zonas favorecidas, privilegiadas são visibilizadas e cristalizadas por esta mercantilização dos usos do espaço da cidade, enquanto que as pessoas das zonas opacas, ou seja, vulneráveis e de baixa renda, marginalizados e pobres, são apagados da memória da cidade, esquecidos de que um dia participaram e contribuíram para a construção dessa cidade, de seus fluxos, caminhos, seus nós e suas controvérsias.

Harvey (2014) propõe sobre a rebeldia urbana a reflexão de que as mobilizações sociais das comunidades que resistem à esse avanço do mercado financeiro imobiliário, à especulação imobiliária e a gentrificação redefine a geografia urbana, transcendendo esse espaço físico em favor dos interesses não financeiros

e sim humanos e relativos à dignidade, qualidade e direitos da população, e constroem trazendo à tona as narrativas das pessoas, dos moradores, dos antepassados, como Haesbaert (2014) diz, resgata identidades históricas invisibilizadas e partem para o reconhecimento da memória e da voz daqueles que estão no passado, no presente e dos que estarão no futuro naquele território, ressignificando o legado histórico e cultural do tecido urbano.

Um grande exemplo da consequência do impacto do plano diretor comentado mais acima, é a Escola de Samba Vai-Vai, que foi desapropriada para que a obra do Metrô acontecesse, enquanto isso, o poder público prometeu à escola um novo local, do qual ainda não foi entregue, o que fez com que a escola realizasse seus ensaios temporariamente na Quadra do Sindicato dos bancários de São Paulo. Pensemos no quanto uma escola de samba representa para a identidade cultural de seu bairro e de seu entorno. No site oficial da escola, é possível ler a frase: “Desde 1930 atravessando gerações”, isso não é apenas uma celebração do tempo, mas um testemunho vivo da conexão entre o passado, o presente e o futuro. Uma escola de samba é, essencialmente, um reflexo da comunidade que a sustenta. Ela expressa suas vitórias e desafios, seus sonhos e lembranças.

Segundo Soares (1999), na década de 1970, o Vai-Vai firmou-se como uma das principais escolas de samba da cidade, sempre se classificando entre as três melhores no desfile, aumentando o número de associados, bem como de simpatizantes. A agremiação continua sendo um grande reduto negro, apesar de seu discurso inclusivo que alega aceitar pessoas de qualquer origem étnica e social. Mais do que um espaço de celebração, uma escola de samba é um verdadeiro guardião da memória cultural. Seus sambas-enredo contam histórias que, muitas vezes, os livros deixam de lado: a resistência de um povo negro escravizado, a sabedoria indígena negligenciada e a força das mulheres que sustentam lares e comunidades. No ritmo do samba, preservam-se as raízes profundas de um Brasil miscigenado, que transforma o carnaval em um ato de resistência e celebração da vida, mesmo diante das adversidades.

“Desde 1930” vai além de um simples registro histórico, carrega a essência daqueles que, ao longo das décadas, lutaram para que a escola existisse e prosperasse. Ela honra as memórias de quem veio antes e inspira os que, hoje,

continuam a carregar essa tradição adiante, onde as novas gerações aprendem que a cultura é a mais poderosa forma de existir, resistir e deixar sua marca. Todo esse conceito está vivo e resistindo às forças do poder do mercado imobiliário, da omissão do poder público em garantir os direitos das comunidades locais que deveriam ter como papel primordial atender e valorizar este pedaço da história e do território do entorno do Córrego Saracura e da atual construção da Estação “14-Bis Saracura”. Lembrando também que a região do Bixiga historicamente é composta por habitantes imigrantes e populações afro-brasileiras, ou seja, populações que têm suas narrativas, histórias, culturas, memórias e formas de estar no mundo apagadas, invisibilizadas e esquecidas.

2.2. Narrativas em Contramão

Ainda sobre a região do Bixiga, território de intensas tensões, negociações, alianças urbano-comunicacionais, políticas e sociais, evidenciadas na disputa travada pelo Coletivo Estação Saracura Vai-Vai com os diversos actantes presentes na cidade (LATOUR, 2012), observa-se, sobre esse cenário, que as mídias atuam como ferramentas que favorecem o apagamento e a perpetuação de um racismo estrutural, resultado de uma história cruel de marginalização.

Conforme apontam Adichie (2009) e Ribeiro (2019), a narrativa eurocêntrica, que historicamente subjugou a população africana, relegou seus saberes e memórias ao esquecimento, contribuindo para a manutenção de crueldades e exclusões. Essa perspectiva reforça a necessidade urgente de se construir novas narrativas capazes de resgatar e valorizar as contribuições daqueles que, com suas mãos, construíram a cidade.

Nesse sentido, o desafio atual consiste em promover uma reescrita histórica que, ao mesmo tempo em que critica o legado de opressão do passado, abra espaço para a pluralidade de experiências e para a afirmação da identidade negra. Ao romper com a tradição de invisibilizar essas trajetórias, novas narrativas podem contribuir para a transformação do espaço urbano e para o fortalecimento de uma memória coletiva emancipadora.

Portanto, é fundamental que os debates e as práticas midiáticas e políticas incentivem o resgate de histórias subalternizadas, ampliando o acesso a saberes

historicamente marginalizados e promovendo a justiça epistêmica e social na configuração da cidade contemporânea. Os conceitos de hegemonia e contra hegemonia, formulados por Antonio Gramsci, são fundamentais para entender como o poder é exercido não apenas pela força, mas também pela construção do consenso cultural. Para Gramsci (1980), a hegemonia não se restringe ao domínio econômico ou político, mas se estende ao campo das ideias, das crenças e dos valores disseminados pela sociedade, de forma que a classe dominante consiga moldar o senso comum de maneira favorável aos seus interesses. Esse processo ocorre por meio das instituições sociais, como a escola, a igreja e, especialmente, os meios de comunicação, que desempenham um papel central na difusão da ideologia dominante. Quando um determinado grupo impõe sua visão de mundo como sendo universal, naturalizando desigualdades e hierarquias, ele reforça sua posição de poder e perpetua as estruturas sociais existentes.

A contra hegemonia, por sua vez, é a resistência a esse processo de dominação cultural. Gramsci (1968) argumenta que os grupos subalternos podem contestar a hegemonia ao criar narrativas alternativas que desafiem o status quo e proponham novas formas de organização social. Esse embate se dá tanto no campo intelectual, com a produção de conhecimento crítico, quanto no campo da comunicação, por meio da disseminação de discursos contra hegemônicos que questionam as verdades estabelecidas. Os chamados “intelectuais orgânicos” – aqueles que emergem das classes populares e articulam uma visão de mundo alinhada aos interesses dos grupos marginalizados – são figuras centrais nesse processo, pois ajudam a estruturar e fortalecer movimentos de resistência cultural e política (GRAMSCI, 1980).

No contexto midiático, a hegemonia se manifesta através da concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos conglomerados que controlam a narrativa pública. Essa concentração garante que determinadas perspectivas sejam amplificadas, enquanto outras são invisibilizadas. Como aponta Moretzsohn (2012), a grande mídia tende a reforçar uma visão de mundo que favorece as elites econômicas e políticas, muitas vezes omitindo ou distorcendo informações sobre grupos subalternos. Essa dinâmica pode ser observada em coberturas jornalísticas que

criminalizam movimentos sociais ou que minimizam as desigualdades estruturais, apresentando-as como problemas individuais e não como questões sistêmicas.

Por outro lado, as mídias contra hegemônicas surgem como um espaço de resistência e de produção de discursos alternativos. De acordo com Rebouças de Andrade e Vidal Nunes (2021), as plataformas digitais possibilitaram a emergência de novos veículos de comunicação que desafiam a narrativa dominante, permitindo que grupos historicamente marginalizados tenham voz. Iniciativas como a Mídia Ninja, os Coletivos de jornalismo independente e as redes sociais são exemplos de espaços onde novas formas de informação são produzidas e compartilhadas, promovendo uma visão mais plural e crítica da realidade. Essas mídias alternativas não apenas contestam as versões dos grandes veículos, mas também criam novas formas de engajamento e participação social, fortalecendo laços comunitários e ampliando o alcance da luta por direitos.

O impacto da mídia de contestação ao status quo vai além da simples disseminação de informação alternativa. Ela desempenha um papel crucial na formação de consciências críticas e na mobilização social. Como Gramsci (1968) apontou, a construção de uma contra hegemonia eficaz exige não apenas a denúncia das injustiças, mas também a elaboração de um novo projeto cultural e político capaz de disputar o consenso social. Isso significa que não basta apenas criticar a mídia tradicional – é necessário construir uma narrativa própria, que seja coerente, bem estruturada e capaz de gerar identificação entre os grupos sociais que buscam transformação.

Assim, a disputa entre hegemonia e contra hegemonia é, acima de tudo, uma disputa pelo sentido da realidade. Enquanto a hegemonia busca consolidar uma visão de mundo que favorece os grupos dominantes, a contra hegemonia propõe novas perspectivas, desafiando as estruturas estabelecidas e abrindo espaço para a construção de uma sociedade mais justa e plural. A democratização da comunicação, nesse sentido, não é apenas um objetivo técnico, mas um passo essencial para garantir que diferentes vozes sejam ouvidas e que a produção de conhecimento e cultura seja acessível a todos. Afinal, como ressalta Rebouças de Andrade e Vidal Nunes (2021), a mídia de resistência e denúncias não se limita a questionar as

narrativas dominantes – ela atua como um instrumento de transformação social, possibilitando que novos discursos e realidades sejam construídos coletivamente.

A literatura e a historiografia europeias, devido à sua longa tradição e ampla disseminação, têm formado a base do conhecimento considerado “universal” na sociedade contemporânea. Esse acervo, muitas vezes visto como referência inquestionável, contribui para a consolidação de uma narrativa hegemônica que marginaliza outras histórias e experiências. Antonio Gramsci (1980) enfatizou que a hegemonia se estabelece não apenas por meio do poder coercitivo, mas, principalmente, através da construção do consenso cultural. Assim, o acesso irrestrito às obras europeias, reproduzidas nas instituições de ensino, nos meios de comunicação e na cultura de massa, faz com que seus valores, normas e visões de mundo pareçam naturais e inevitáveis, enquanto outras narrativas – especialmente as oriundas dos grupos subalternos – permanecem à margem do debate público.

Nesse cenário, a visão contra hegemônica surge como um instrumento de resistência, com o objetivo de resgatar e valorizar histórias que foram historicamente esquecidas ou silenciadas. Essa abordagem propõe a criação de espaços onde novas narrativas possam emergir, oferecendo uma interpretação alternativa da realidade que desafia o consenso dominado pela tradição eurocêntrica. Conforme apontam Rebouças de Andrade e Vidal Nunes (2021), iniciativas como a Mídia Ninja demonstram como as mídias alternativas podem adotar estratégias colaborativas e horizontais para dar voz aos grupos marginalizados, questionando os enquadramentos impostos pela grande mídia e promovendo uma comunicação mais plural e crítica. Essa transformação do campo comunicacional possibilita que as experiências de resistência e luta dos oprimidos ganhem destaque, contribuindo para a democratização do conhecimento.

Um exemplo concreto dessa dinâmica pode ser observado com a reportagem, disponibilizada por meio de um replicador de links do próprio Instagram do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai: “Vai-Vai, Quilombo Saracura e o metrô: obra reacende luta pela memória negra no Bixiga” (Brasil de Fato, 2022), que resgata a história do Quilombo Saracura, espaço de resistência formado por escravizados fugitivos e mantido vivo na memória da comunidade negra, mesmo diante da ausência de registros oficiais. Durante as escavações realizadas para a construção de uma

estação de metrô, foram descobertos vestígios arqueológicos – como cacos de garrafas e peças cerâmicas datadas do início do século XX – que evidenciam a existência desse quilombo, demonstrando como a arqueologia pode contribuir para a reconstituição de histórias esquecidas. Gramsci (1980) já sustentava que a transformação das estruturas culturais ocorre quando os grupos subalternos conseguem expor narrativas alternativas, possibilitando a construção de um novo consenso que reflita suas experiências e desafios.

A valorização de narrativas que desmantelam narrativas hegemônicas, portanto, atua como um antídoto à narrativa dominante, permitindo a emergência de histórias que não se encontram presentes na literatura e na historiografia tradicionais. Essa valorização é essencial para ampliar o repertório cultural e promover a inclusão de vozes que, por muito tempo, foram excluídas dos processos de formação do conhecimento. Como observam Moretzsohn (2012) e Patrícia Paixão (2017), a mídia alternativa não se limita a criticar os discursos hegemônicos, mas constrói ativamente espaços de resistência que estimulam a reflexão crítica e a participação democrática, contribuindo para a transformação das relações de poder na sociedade.

Em suma, a perspectiva contra hegemônica desempenha um papel fundamental na reconfiguração do campo cultural ao promover a ressignificação de narrativas historicamente marginalizadas. Ao desafiar o domínio naturalizado da literatura e da historiografia europeias, essa perspectiva abre caminho para a emergência de novos discursos que refletem a diversidade de experiências e realidades. Essa luta não apenas enriquece o debate público, mas também democratiza o acesso à informação, permitindo que as comunidades marginalizadas reivindiquem seu espaço na construção da memória coletiva e na transformação social (Gramsci, 1980; Moretzsohn, 2012; Rebouças De Andrade; Vidal Nunes, 2021; Paixão, 2017).

A literatura e a historiografia colonial e dominante sempre dominaram a forma como entendemos o mundo, moldando aquilo que chamamos de conhecimento “universal”. Desde a escola até os meios de comunicação, somos bombardeados por essa visão, muitas vezes sem perceber que ela exclui outras narrativas e experiências, conforme Ribeiro (2019) afirma. Antonio Gramsci (1980) nos alerta que

a hegemonia se sustenta não apenas pela força, mas pelo consenso cultural, ou seja, pela forma como ideias e valores se tornam tão naturais que sequer são questionados.

Isso significa que, quando só temos acesso às mesmas histórias e perspectivas, tudo que foge desse padrão acaba sendo visto como menos relevante ou até inexistente. Mas e se começássemos a olhar para além dessa tradição e dar espaço a outras vozes? Aí entra a visão contra hegemônica, um movimento que busca resgatar e dar valor às histórias que foram silenciadas ao longo do tempo. Ao invés de simplesmente aceitar a narrativa dominante, ela propõe um olhar mais crítico, trazendo à tona experiências que ficaram de fora dos livros de história tradicionais.

Como destacam Rebouças de Andrade e Vidal Nunes (2021), veículos de comunicação alternativa desempenham um papel essencial nesse processo, pois criam espaços para que grupos marginalizados possam compartilhar suas vivências e pontos de vista. Isso muda o jogo, pois permite que novas histórias sejam contadas e reconhecidas, desafiando a ideia de que só existe uma única versão da realidade.

Ao valorizar essas histórias de resistências, estamos ampliando nosso repertório cultural e promovendo um conhecimento mais inclusivo e diverso. Moretzsohn (2012) e Patrícia Paixão (2017) apontam que a mídia alternativa não apenas desafia os discursos dominantes, mas cria ativamente espaços onde a população pode refletir criticamente e participar das discussões sociais.

É preciso construir novas formas de comunicação que deem protagonismo a quem sempre foi silenciado. Essa mudança não é apenas teórica, ela tem impacto real. Quando as vozes urbanas são ouvidas, políticas públicas podem ser influenciadas, espaços culturais podem ser preservados e grupos historicamente marginalizados podem reivindicar seus direitos com mais força.

A transformação do Quilombo Saracura em um símbolo de resistência é um exemplo disso. Movimentos sociais pressionaram para que a estação de metrô fosse batizada como "Estação Saracura Vai-Vai", unindo a memória do quilombo à escola de samba que também representa a cultura negra da região. Isso mostra que a contra hegemonia não é apenas sobre contar histórias esquecidas – é sobre mudar realidades e garantir que essas histórias sejam reconhecidas e respeitadas.

Desafiar a hegemonia cultural não significa apagar o conhecimento já estabelecido, mas sim expandi-lo, conforme Santos (2014). O acesso irrestrito à

literatura europeia sempre foi garantido, mas agora é hora de dar o mesmo espaço para outras narrativas que também fazem parte da nossa história. Como já dizia Gramsci (1980), a luta cultural é tão importante quanto a luta política, pois é nela que se decide quais histórias serão lembradas e quais serão esquecidas.

Desde 2015, o Instituto Bixiga, como mais um actante (Latour, 1971) que contribui para a luta político social da região, sendo uma associação contra hegemônica, sem fins lucrativos que promove atividades nos segmentos de formação cultural, cursos, cultura popular, literatura, música, patrimônio histórico e artístico, pesquisa e documentação, em parceria com as Secretarias de Cultura, redes de ensino e escolas, órgãos públicos e organizações da sociedade civil, Coletivos e comunidades, Pontos de Cultura, sempre orientados pelas dimensões cultural, histórica, artística, social e ambiental.

Em uma das reportagens relatam a história de um território Negro e antigo do centro de São Paulo através de variados itens doados por moradores do Bixiga, que está retratada no Museu Memória do Bixiga (MUMBI), localizado na Rua dos Ingleses, Bixiga/Bela Vista “não tem fotos de rainha, rei, príncipe, do poder. Aqui se vê o pedreiro, o sapateiro...”. – “estão os varridos da história”, enfatizando quem construiu aquela territorialidade. Além dos textos e reportagens, o acervo exibe imagens do Vale do Saracura – o córrego que delineia as margens de uma rica história negra e quilombola. Nesse espaço, grande parte dos moradores, tradicionalmente formada por lavadeiras, quituteiras, vendedores de ervas e pequenos comerciantes, utilizava as águas para garantir sua sobrevivência e sustentar suas atividades laborais, perpetuando modos de vida e saberes ancestrais.

Na reportagem “Escavando Memórias nos Vestígios Arqueológicos do Quilombo Saracura”, é enfatizado que as margens do Saracura foi um refúgio crucial para escravizados fugitivos, protegido por irmandades religiosas negras e movimentos abolicionistas, como os “Caifazes”, utilizada como rota de fuga e referência histórica, sofreu estigmatização, e foi transformada com a expansão cafeeira e industrial de São Paulo, que levou ao deslocamento da população negra devido à canalização do Rio Saracura na década de 1920.

No texto ainda se revela que apesar dessas mudanças e tentativas de apagamento, manifestações culturais de matriz africana persistem no bairro, tendo a

Escola de Samba Vai-Vai, fundada em 1930, exemplificando essa resistência e adaptação, mantendo suas raízes históricas mesmo diante das intervenções urbanas e desapropriações com as obras da Linha 6-Laranja do metrô.

Quando foram encontrados vestígios arqueológicos do Quilombo, durante as escavações do metrô, a comunidade e movimentos culturais se mobilizaram e reivindicam a preservação da memória negra e a renomeação da Estação 14 Bis para Estação Saracura/Vai-Vai. O caso da luta do Coletivo em torno da preservação do Quilombo Saracura reflete, então, um problema recorrente em cidades marcadas por processos de gentrificação e pelo avanço do mercado imobiliário, onde memórias de populações subalternizadas são constantemente ameaçadas pela especulação e pela descaracterização dos territórios históricos. A reportagem aponta como as lutas por reconhecimento e preservação não dizem respeito apenas à arqueologia ou à história, mas também à inclusão da comunidade na construção de sua própria narrativa.

A defesa do Quilombo Saracura, portanto, não se limita tão somente à reivindicação de um espaço físico, mas envolve a valorização de uma cultura que moldou a identidade do Bixiga e de São Paulo como um todo. Nesse contexto, os achados arqueológicos funcionam como evidências concretas de uma história que por muito tempo foi silenciada, reforçando a necessidade de políticas públicas que garantam a proteção desse patrimônio e a inclusão efetiva da população negra nas decisões sobre o futuro da cidade.

2.3. Ações de resistir e lutar pelo território, memória, identidade cultural e história

Sim, nós constituímos uma comunidade, mas uma comunidade de um tipo bem particular, reconhecível pelo que ela é, pelo que ela foi; que, apesar de tudo, se constituiu em uma comunidade: primeiramente, uma comunidade de opressão sofrida, uma comunidade de exclusão imposta, uma comunidade de discriminação profunda. Bem entendido, e em sua honra, ela é uma comunidade de resistência contínua, de luta tenaz pela liberdade e de indubitável esperança. (Cesarie, 2010, pág. 108)

De acordo com Cesarie, o processo de resistência e luta pelo território, memória, identidade cultural e história tem sido uma constante para os povos

afrobrasileiros, que desde o período colonial, enfrentam as tentativas de apagamento e marginalização de suas contribuições à sociedade, e que a libertação não assegurou automaticamente a plena cidadania dos ex-escravos, conforme afirma Leite (2017), que tiveram de se organizar em movimentos de resistência para reivindicar seus direitos e enfrentar os estigmas, o racismo e os preconceitos persistentes na sociedade de classes brasileira. Conforme em reportagem, Leite (2017) reitera a resistência sobreviveu apesar da repressão, e não desapareceu com a abolição. Pois, com a extinção da instituição escravocrata, impõe-se aos ex-escravos a necessidade de lutar contra o preconceito racial e pelo reconhecimento de direitos relacionados à cidadania, durante séculos negados. Ou seja, a negativa dos direitos fundamentais de existência e cidadania à população negra provocou a emergência de uma resistência que se manifesta no próprio ato de (re)existir, constituindo uma afirmação existencial frente à opressão.

Como destaca Silva (2016), "os movimentos sociais e as organizações comunitárias afro-brasileiras têm sido, ao longo da história, os principais agentes de resistência contra a homogeneização cultural e territorial promovida pelo Estado". A luta pelo território está profundamente ligada à preservação da memória coletiva e à afirmação da identidade cultural, elementos essenciais para que as comunidades negras possam se reconhecer e afirmar suas raízes. O Brasil envolveu-se plenamente nessa trágica aventura da escravidão. Presume-se que tenham sido trazidos forçadamente para o nosso país cerca de 40% dos africanos vitimados pela escravidão moderna. Foram eles e seus descendentes que constituíram a quase total força de trabalho existente durante os mais de trezentos anos em que vigorou a instituição escravocrata brasileira. Assim, a escravidão acabou por penetrar todos os aspectos da sociedade brasileira durante esse período.

Os afro-brasileiros deram vida e fizeram movimentar "engenhos, fazendas, minas, plantações, fábricas, cozinhas e salões" (Reis e Gomes, 1996, p.19) e deixaram suas marcas em outros elementos da vida material e cultural do Brasil, "agricultura, culinária, religião, língua, música, artes, arquitetura. (Leite, 2017) Leite (2017), ainda afirma que as marcas deixadas pelos povos trazidos forçadamente para o Brasil deram vida e fomentaram a economia, desafiaram o sistema escravocrata, mas também estabeleceram formas de organização social e cultural além de ter sido

fundamentais para resistência e a luta pelo território, memória, identidade cultural e história que influenciam até os dias atuais a sociedade brasileira.

Conforme Gomes (2018) observa "as práticas de resistência de grupos afrobrasileiros, como a preservação de territórios quilombolas e a realização de eventos culturais, têm sido fundamentais para a manutenção e fortalecimento de suas tradições e histórias". Portanto, desde o período colonial, os quilombos representaram espaços de resistência contra a escravidão e a opressão, onde as comunidades negras preservaram suas tradições, culturas e histórias. Sendo assim, Leite (2017) reitera são os movimentos organizados durante o processo de escravização- fugas e formação de quilombos - que revelam a dimensão da resistência à escravidão, assim como os movimentos ocorridos depois da Abolição, são os que melhor explicam a luta dos ex-escravos por liberdade, respeito, dignidade e direitos no Brasil.

A luta pela preservação da memória histórica, ao ser ligada ao território, configura-se como uma ferramenta de afirmação da identidade negra e de reivindicação por justiça social. A valorização da cultura afro-brasileira e a defesa dos territórios quilombolas são, assim, ações fundamentais na construção de um futuro mais inclusivo e equitativo, onde a história e a identidade de um povo sejam reconhecidas e respeitadas. Por isso, a própria legislação brasileira estabelece diretrizes fundamentais para a promoção da igualdade racial e a valorização da cultura afro-brasileira, ao reconhecer a importância histórica e cultural das sociedades negras, dos clubes e demais formas de manifestações coletivas através da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, definida como Estatuto da Igualdade Racial.

Nesse contexto, os artigos determinam que o poder público promova o reconhecimento desses grupos como patrimônio histórico e cultural, em consonância com os dispositivos constitucionais pertinentes; reforçam o compromisso ao assegurar aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestações religiosas, exigindo uma atenção especial à conservação dos documentos e sítios que carregam a memória dos antigos quilombos (BRASIL, 2010).

Além de também de reconhecer a valoração das manifestações culturais afrobrasileiras ao promover a celebração de personalidades e datas comemorativas do samba e de outras expressões culturais, integrando esse reconhecimento e

protegendo a capoeira como um bem imaterial fundamental para a identidade cultural brasileira, determinando medidas normativas para a preservação de seus elementos tradicionais em âmbito internacional. Assim, a legislação configura-se como um instrumento de fortalecimento da diversidade cultural, reafirmando o compromisso do Estado com a igualdade racial e a preservação da memória e das tradições afrobrasileiras.

Ademais, a preservação da memória afro-brasileira é essencial para a afirmação da identidade cultural e histórica desse povo. Iniciativas como a criação de museus, centros culturais e eventos que celebrem a herança afro-brasileira auxiliam na valorização e reconhecimento das contribuições dos negros à formação do Brasil. Essas ações não apenas resgatam a história, mas também fortalecem a autoestima das comunidades negras e promovem o respeito à diversidade cultural. Portanto, a população negra foi compelida a reconfigurar suas estratégias de resistência, deslocando o foco da luta contra o sistema escravagista para a garantia de direitos fundamentais e da cidadania plena. Nesse novo cenário, a mobilização visou enfrentar as múltiplas dimensões da exclusão social, dos estereótipos e dos preconceitos raciais, processo que se materializou na organização de diversos movimentos sociais, os quais, tanto no passado quanto na atualidade, constituem expressões legítimas de resistência e afirmação da identidade afro-brasileira. Logo, a defesa do território é uma extensão da luta pela dignidade, pelo reconhecimento e pela reparação histórica das injustiças sofridas. Abaixo, segue a imagem do replicador de links da página do Instagram do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, que é um exemplo dessa resistência e luta pelo reconhecimento da cultura local afro-brasileira:

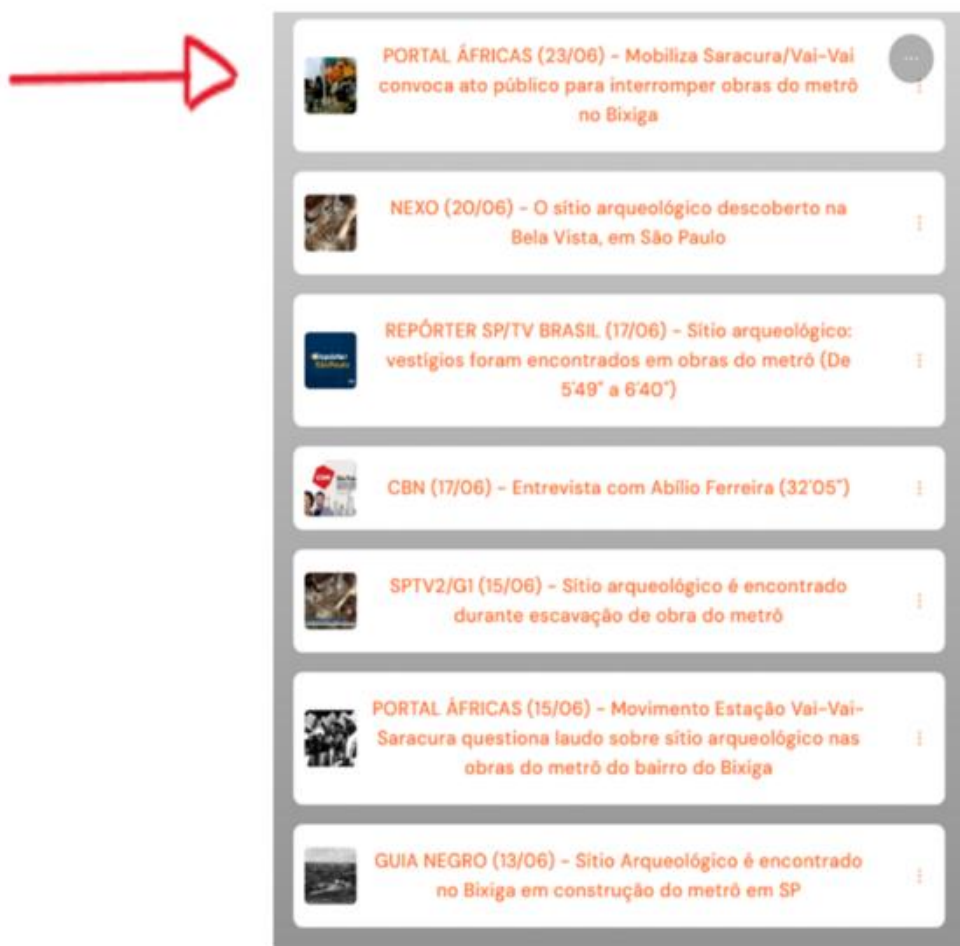


Figura 21 – Convocação para ato público. 23/02/2025

Tomemos então, como base, o objeto deste estudo, o Coletivo Saracura Vai Vai, para refletir sobre a questão da luta e resistência. Em um replicador de links de seu próprio Instagram, há entre as primeiras reportagens uma convocação para um ato público na região do Bixiga pela defesa do legado e da memória do Quilombo Saracura.

Logo na manchete, quando abrimos o link, já nos deparamos com os dizeres: “Ato cobra preservação de sítio arqueológico do Quilombo Saracura, no Bixiga. Moradores, movimento negro e artistas se unem pela preservação da memória negra de São Paulo”, explicam ainda que o objetivo do Coletivo e do ato é o de proteger o sítio arqueológico que abriga objetos do quilombo do Saracura, encontrados embaixo da antiga quadra da escola de samba Vai-Vai, durante as obras de construção da estação do metrô, até o momento “Estação 14 Bis- Saracura”. Durante a reportagens,

alguns moradores foram abordados, como é o caso de Luciana Araújo, moradora do Bixiga há 15 anos, integrante do MNU (movimento negro unificado) e da Marcha de Mulheres Negras: "É preciso preservar e dar conhecimento dessa história a toda a população do Bixiga, de São Paulo e do Brasil, como reparação dos crimes do racismo do Estado brasileiro", defende Luciana, "Por isso, queremos um memorial ao quilombo do Saracura e à Vai-Vai ali, onde o quilombo existiu, como na Liberdade aqui pertinho existem vários memoriais da imigração japonesa. E no nosso caso não foi nem imigração, foi sequestro e escravização, então o estado nos deve isso."

Em abril de 2022, a empresa A Lasca - Arqueologia solicitou por meio de nota oficial e laudo técnico ao IPHAN autorização para o salvamento emergencial do sítio Saracura/14 Bis, destacando sua alta relevância e o risco iminente de destruição devido às obras da Linha 6 – Laranja do Metrô.

O estudo aponta a forte ligação do local com a memória afro-brasileira, indicando ocupação de comunidades negras e práticas cotidianas. Investigações arqueológicas identificaram vestígios históricos, como fragmentos de louça e vidro, reforçando a importância do sítio, propondo a continuidade do monitoramento arqueológico, priorizando a preservação dos materiais e sua destinação a instituições de pesquisa. A iniciativa visa compatibilizar as obras do metrô com a conservação do patrimônio, servindo de base para futuras pesquisas e políticas de preservação histórica em São Paulo.

Em suma, as ações de resistência e luta dos afro-brasileiros pelo território, memória, identidade cultural e história são essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, da qual, a própria legislação brasileira orienta e defende, portanto, a resistência para o reconhecimento e valorização se dá como um passo fundamental para a reparação histórica e para o fortalecimento da democracia no Brasil.

2.4. Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro

Apesar de todos os processos de gentrificação que atingiram o bairro ao longo dos anos, provocando a dispersão da população negra, o Bixiga é um quilombo urbano, como tantos outros

territórios afrodiaspóricos comprimidos entre o racismo e a especulação imobiliária das cidades. (Carvalho e Bastos, 2024, página 84)

Observando o dito acima, e unindo aos conceitos trabalhados neste capítulo, podemos pensar o que a expansão urbana acomete na sociedade, e que, portanto, o patrimônio cultural deve ser protegido, pois possui uma dimensão simbólica e material que se manifesta na dinâmica das reivindicações sociais. A cultura pode ser entendida como um conceito dinâmico, que surge como uma arena de disputas onde se afirmam identidades e se promovem transformações. Cardoso (2012) enfatiza que o povo negro brasileiro carrega consigo um conjunto singular de valores e influências resultantes da diversidade dos grupos étnicos que edificaram as civilizações africanas. Nesse sentido, a cultura emerge como resistência à homogeneização imposta pela indústria cultural hegemônica, servindo de base para a transformação dos valores éticos e morais da sociedade, como abordamos neste capítulo. Conforme Soares, Lima e Conceição (2019) devido a história ter sido contada por pessoas brancas, o sofrimento da população negra foi suprimido e a sua resistência camuflada.

Apesar de sua profunda ligação com a memória e a identidade, o reconhecimento do patrimônio cultural material afrodescendente enfrenta inúmeros obstáculos na sociedade brasileira, já que como é colocado na citação acima, a história foi contada por pessoas brancas, então a partir daí a resistência já se estabelece. E a dificuldade favorece a predominância da valorização do patrimônio branco colonial, evidenciando a persistente influência do privilégio da branquitude, conforme apontado por Bento (2022). Para os antigos quilombos, a Constituição preconiza o tombamento, isto é, a identificação, a proteção e o automático reconhecimento do valor cultural, reforçando a importância de um olhar que valorize a herança dos grupos historicamente marginalizados.

Diversas iniciativas do início do século XXI têm contribuído para valorizar esse patrimônio por meio do registro arqueológico de terreiros de matriz africana, locais de culto como o candomblé e a umbanda, antigas senzalas, quilombos, comunidades tradicionais e cemitérios. Entretanto, observa-se uma notória resistência por parte das instituições estatais, que frequentemente desqualificam os registros da identidade

negra. Como ressalta Bastos (2011, p. 9), a relação do registro arqueológico – ligado às categorias de memória social, cidadania e conhecimento arqueológico libertário – sempre encontrou dificuldades para ocupar um espaço relacional dentro da disciplina, evidenciando os desafios impostos por uma tradição de pesquisa que se mostra autoexplicativa.

Muniz Sodré (1988, p.50) amplia essa perspectiva ao conceber o patrimônio como uma metáfora do legado de uma memória coletiva, transformando-o num território onde se reúnem a herança dos antepassados e os valores compartilhados por um grupo, definindo-o como um espaço com localização, limites e especificidades sociais que o distinguem de outros territórios.

Essa perspectiva reforça a ideia de que o patrimônio simbólico do negro brasileiro – a memória cultural da África – é um elemento essencial para a transmissão e preservação de sua identidade, configurando-se como território político-mítico e religioso. Nesse contexto, a proposta da comunidade é que o nome da estação do metrô venha a ser Estação Saracura Vai-Vai, como forma de reparação simbólica. Essa iniciativa busca reconhecer e valorizar a memória e a identidade da comunidade negra, promovendo um ato de justiça simbólica que contrasta com a invisibilização histórica imposta pelas estruturas de poder. Essa proposta reflete a urgência de incorporar aos debates públicos o reconhecimento dos espaços e dos bens culturais associados à herança afro-brasileira. Além disso, há também os achados arqueológicos, que segundo laudo técnico dialogam com os antepassados, sendo tão importantes quanto os atos simbólicos, contudo, é a preservação material da história.

Ou seja, o Coletivo, luta pela salvaguarda do patrimônio cultural imaterial do Bixiga, incluindo o Quilombo Saracura e a Escola de Samba Vai-Vai, sendo fundamental para além da preservação de práticas culturais e saberes tradicionais, como também como forma de reconhecimento das identidades coletivas historicamente marginalizadas na construção da cidade de São Paulo.

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003), patrimônio imaterial compreende práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que comunidades reconhecem como parte integrante de sua herança cultural. Nesse sentido, o território do Bixiga abrigou e abriga manifestações culturais afro-brasileiras que articulam

oralidade, performance, religiosidade e resistência, constituindo um legado simbólico que desafia os processos históricos de apagamento e exclusão territorial.

A salvaguarda do Quilombo Saracura e da Vai-Vai se justifica como uma medida reparadora diante das sucessivas violações de direitos urbanos e patrimoniais, agravadas pelas transformações promovidas por projetos como a expansão da Linha 6-Laranja do metrô.

Esses processos têm impulsionado a gentrificação, a descaracterização do espaço urbano e o deslocamento de populações negras, comprometendo a continuidade das práticas culturais que ali se desenvolvem. Preservar o patrimônio imaterial do Bixiga é, portanto, um ato político e ético que reconhece a importância da memória coletiva e da permanência territorial como dimensões inseparáveis da justiça social e do direito à cidade. A salvaguarda não se restringe à conservação de elementos culturais, mas implica a valorização dos modos de vida, o convívio social e das lutas históricas que sustentam essas expressões, garantindo sua transmissão às futuras gerações.

Assim, a proposta do Coletivo contempla a construção da futura estação do metrô de maneira a ampliar seu escopo de atividades e funções, integrando a preexistência da comunidade negra local por meio da criação de um “memorial”. Esse espaço, com exposição permanente dos achados arqueológicos e culturais, se somaria a outros equipamentos museológicos existentes, como o Museu Memória do Bixiga, e promoveria, ainda, a ressignificação dos córregos Saracura Açu e Saracura Mirim – cujos nomes evocam a identidade da comunidade preexistente. Essa articulação entre o simbólico e o material é fundamental para a construção de políticas públicas que, ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural, contribuam para a transformação social e a preservação do patrimônio nacional.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, constitui um marco histórico na proteção do patrimônio cultural brasileiro. Ao definir o patrimônio nacional como o conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação é de interesse público – seja por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil ou pelo excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico – o diploma estabelece critérios rigorosos para sua preservação. Adicionalmente, o Decreto-Lei amplia o conceito tradicional de patrimônio, equiparando aos bens culturais também os monumentos

naturais, os sítios e as paisagens que, por sua notável feição natural ou por terem sido transformados pela intervenção humana, merecem proteção especial. A norma se aplica tanto aos bens pertencentes a pessoas naturais quanto aos de direito privado e público, demonstrando uma abordagem abrangente e inclusiva. Embora complementado por legislações posteriores, como a Lei nº 6.292, de 1975, que organiza de forma mais específica a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, o Decreto-Lei nº 25/1937 permanece fundamental para a consolidação de políticas de preservação da memória e da identidade cultural do país.

Ainda, o Artigo 216 estabelece que o patrimônio cultural brasileiro engloba tanto os bens materiais quanto os imateriais que refletem a identidade, a ação e a memória dos diversos grupos que compõem a sociedade nacional. Nesse sentido, abrange desde formas de expressão e modos de vida até criações científicas, artísticas e tecnológicas, além de obras, documentos, edificações e espaços que servem como palco para manifestações culturais. Adicionalmente, o dispositivo inclui conjuntos urbanos e sítios que possuem relevância histórica, paisagística, arqueológica, entre outras, demonstrando a abrangência do conceito de patrimônio.

O artigo também impõe ao Poder Público, em conjunto com a comunidade, a responsabilidade de promover, proteger e preservar esses bens culturais por meio de medidas como inventários, registros, vigilância, tombamento e desapossessão. A gestão da documentação governamental, a criação de incentivos para a produção e o conhecimento de bens culturais, e a punição de danos e ameaças ao patrimônio estão igualmente previstas na norma. Destaca-se, ainda, a proteção específica dos documentos e sítios com reminiscências históricas dos antigos quilombos, evidenciando o compromisso estatal com a valorização da memória dos grupos historicamente subalternizados.

A memória e o patrimônio se entrelaçam de forma inseparável, pois é através dos vivos que a memória se renova e se mantém pulsante, conforme destaca Cardoso (2012), “os que nascem é que são sempre vivos”, sugerindo que o maior patrimônio são as pessoas e, por extensão, as tradições e saberes que elas transmitem. Nesse sentido, o patrimônio cultural negro assume um papel fundante na construção da humanidade, uma vez que a África não somente legou os primeiros seres humanos, mas também aportou conhecimentos primordiais – tais como a agricultura, a medicina,

a metalurgia e a filosofia –, que se manifestam nas religiões e culturas africanas (CARDOSO, 2012). Muniz Sodré (1988, p.50) amplia essa perspectiva ao conceber o patrimônio como uma metáfora de legado, um território onde se materializam não só os bens herdados, mas também a memória coletiva de um grupo. Segundo o autor, o patrimônio pode ser entendido como um espaço com localização definida, características sociais específicas e limites que o distinguem de outros territórios. Dessa forma, o patrimônio simbólico do negro brasileiro – a memória cultural da África – se afirma como um território político-mítico e religioso, essencial para sua transmissão e preservação.

A cultura, por sua vez, é um conceito dinâmico e em constante movimento, cuja complexidade é especialmente marcante quando se trata da cultura negra. Cardoso (2012) argumenta que o povo negro brasileiro, descendente de diversos grupos étnicos que construíram civilizações na África, carrega em sua essência um conjunto de valores e influências culturais que desafiam a homogeneização imposta pela indústria cultural hegemônica. Assim, a cultura emerge não como um campo neutro, mas como uma arena de disputas onde se afirmam identidades e se promovem conflitos que podem transformar os valores éticos e morais da sociedade. Bastos (2012) enfatiza que, independentemente da abordagem – seja através dos direitos culturais, da memória ou do território – o sentimento de “pertença” está no cerne do conceito de patrimônio. Esse sentimento se manifesta tanto na valorização dos bens registrados e inventariados pelo Estado quanto na crítica às práticas ideológicas que, por meio de livros de proteção cultural, aparecem como instrumentos de aparelhamento do poder estatal.

Ainda Canclini (1998, p.160) propõe que o patrimônio seja visto como um repertório fixo de tradições condensadas em objetos, os quais necessitam de um “palco” que os contenha e exhiba, ampliando sua visibilidade e valor simbólico. Adicionalmente, o patrimônio arqueológico – expresso por sítios, objetos e restos biológicos – revela as dificuldades de registrar a complexidade do passado, evidenciando a necessidade de uma abordagem que ultrapasse as narrativas dos conquistadores e integre múltiplas perspectivas. Bastos (2012) ressalta que o patrimônio histórico-cultural não é somente um testemunho do passado, mas também um retrato do presente e uma expressão das possibilidades políticas dos diversos

segmentos sociais, fundamentando o direito à informação e a reparação dos danos causados pelo Estado ou por terceiros. Em síntese, a preservação do patrimônio, entendida tanto em suas dimensões materiais quanto imateriais, é fundamental para a construção e a manutenção da identidade de um povo. A partir da compreensão da formação socioespacial brasileira – marcada por processos de conquista, escravidão, industrialização e modernização –, emerge a necessidade de valorizar a diversidade cultural e a memória coletiva, especialmente dos grupos historicamente marginalizados. Essa valorização, ao mesmo tempo em que resiste às imposições hegemônicas, propicia alternativas para a transformação social e o fortalecimento dos direitos culturais, evidenciando a importância de políticas públicas que garantam recursos e apoio para a preservação do patrimônio nacional (ALVES, 2020; CARDOSO, 2012; SODRÉ, 1988; BASTOS, 2012).

CAPÍTULO 3: Coletivo Estação Saracura Vai-Vai

Este capítulo aglutina todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa, analisando os dados levantados e produzidos a partir da página do Instagram do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, utilizado como um espaço digital de ativismo, resistência e reconstrução de narrativas urbanas relacionadas à memória, território e identidade negra. Investigamos como estratégias comunicacionais, tais quais o ciberquilombismo, a midiatização e o afro perspectivismo, bem como práticas digitais cotidianas, operam na disputa simbólica pela preservação do Quilombo Saracura e pela valorização do patrimônio afrobrasileiro no Bixiga. Conceitos como “terreiro digital”, mediação sociotécnica, lugar de memória, redes colaborativas e ativismo digital são mobilizados para compreender novas formas de engajamento, produção de sentido e protagonismo negro nas lutas urbanas contemporâneas.

A análise organiza-se em três categorias temáticas das postagens: “Disputas de poder e território: o Instagram como ferramenta de mobilização”, “Ativismo e memória afrobrasileira: estratégias de comunicação e memória” e “Colaborações e redes: dinâmicas de ativismo e articulação social”, evidenciando como o Instagram funciona como um “terreiro digital”, em que a memória se transforma em instrumento de resistência contra o apagamento histórico. Ao articular essas dimensões, demonstramos como o ativismo digital do coletivo contribui para ressignificação das narrativas urbanas dominantes, reforçando a importância das mídias sociais como ferramentas de mobilização e protagonismo social negro.

Retoma-se, aqui, a questão que sustenta o eixo analítico desta pesquisa: como as narrativas urbanas sobre memória, território e identidade são disputadas, produzidas e ressignificadas pelo Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, sobretudo nas ações de ativismo digital no Instagram, diante das dinâmicas de poder, apagamento histórico e tensão entre a urbanização e a preservação do patrimônio afrobrasileiro no Bixiga?

Então, para refletir sobre isso, utilizamos como lente interpretativa inicial o conceito disparador desta análise, uma frase de um depoimento de um integrante do Coletivo dita em uma das lives realizadas na página oficial do Coletivo em 2023: “O Instagram é nosso terreiro digital. Aqui a memória vira arma contra o apagamento” (@estacaosaracuravaivai, 2023), sintetizando de forma potente a apropriação das

redes sociais como espaço de resistência, reconstrução identitária e preservação da memória afrobrasileira pelo próprio Coletivo, evidenciando a transposição simbólica de espaços tradicionais de sociabilidade e espiritualidade da cultura negra, como os terreiros de candomblé ou quilombos, para o ambiente virtual, no qual a comunidade negra recria vínculos, produz saberes e reafirma suas narrativas.

Portanto, é fundamental superar a compreensão tradicional de quilombo enquanto mero refúgio de negros escravizados e fugitivos, para reconhecê-lo como um espaço simbólico de comunhão, solidariedade e resistência coletiva das populações negras da diáspora (SANTOS, 2019; NASCIMENTO, 2019). Nessa perspectiva, o conceito de quilombo ganha densidade existencial e política: “quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO apud SANTOS, 2019, p. 78).

A partir dessa resignificação, emerge o conceito de “quilombismo digital”, que se refere à apropriação das tecnologias digitais por pessoas negras como forma de luta antirracista, construção de pertencimento e fortalecimento de redes de solidariedade. Nesse ambiente, a internet se torna um território de afirmação identitária e disputa simbólica contra o racismo estrutural, retomando os princípios de coletividade e autonomia típicos dos quilombos históricos.

Essa resignificação também pode ser nomeada como “ciberquilombismo” (FRANCO, 2022), o termo que amplia o conceito de quilombo para o ciberespaço, compreendendo as redes digitais como espaços de refúgio, organização política e produção cultural negra. Trata-se de uma prática político-comunicacional que transforma o ambiente online em território de resistência e visibilidade para narrativas negras, descolonizando a comunicação e promovendo justiça epistêmica.

Também pode ser nomeado como “Aquilombamento Virtual Midiático” (ANDRADE, 2023), conceito que descreve os processos de formação de comunidades virtuais negras que se articulam por meio das mídias digitais. São formas de “aquilombamento” que acontecem em redes sociais, plataformas e ambientes virtuais, onde sujeitos negros compartilham vivências, fortalecem identidades e constroem estratégias coletivas de enfrentamento ao racismo, resgatando a lógica ancestral dos quilombos em sua versão contemporânea e

mediática (SANTOS, 2019; BESSA, 2024; FRANCO, 2022; ANDRADE, 2023) como chave interpretativa para compreender formas contemporâneas de resistência e organização negra nas redes.

Esses termos designam práticas de acolhimento, preservação da memória e denúncia racial no ambiente digital, configurando uma analogia potente entre os quilombos históricos e os espaços virtuais de luta e identidade. Nesse sentido, Santos (2023) afirma que o ciberquilombo é uma atualização do quilombo ancestral, um território sem fronteiras físicas, mas com redes de proteção e ancestralidade. Assim, os quilombos virtuais constituem-se como espaços de ativismo político, fortalecimento cultural e empoderamento das comunidades negras, atualizando, no ciberespaço, as estratégias históricas de resistência afro-brasileira.

A metáfora do "território sem fronteiras físicas" sublinha a característica do ciberespaço¹², em que a conexão entre pessoas negras se dá por meio de códigos culturais, afetos compartilhados e estratégias coletivas de preservação da memória. Trata-se de uma territorialidade construída menos pela delimitação geográfica e mais pela articulação de sentidos, ancestralidade e práticas de cuidado comunitário em rede.

além de ser um espaço de comunicação, o ciberquilombo é também um dispositivo político e cultural, onde a ancestralidade opera como princípio organizador das relações, das narrativas e das tecnologias de resistência, fazendo com que plataformas digitais, como o Instagram, se tornem territórios de disputa simbólica frente às estruturas excludentes do mundo e de *(re)existência* negra - termo utilizado por coletivos e ativistas negros que une as palavras resistência com existência, reafirmando que o modo de existir está atrelado ao resistir.

Se os quilombos históricos foram territórios de resistência física à escravidão e ao colonialismo, os ciberquilombos se configuram como territórios de resistência à

¹² Para Pierre Lévy (1999), o ciberespaço é um espaço social e simbólico emergente da interconexão global dos computadores, que representa uma profunda mutação cultural nas formas de comunicação, conhecimento e organização social. Longe de ser apenas um ambiente técnico, trata-se de um território construído pela linguagem, cultura e interação dos sujeitos, onde significados e práticas sociais circulam de forma dinâmica. Central à sua concepção está o processo de virtualização — que não anula o real, mas amplia suas possibilidades de existência no digital — e a noção de inteligência coletiva, na qual o saber é produzido de maneira descentralizada, colaborativa e horizontal, desafiando estruturas tradicionais de poder e promovendo novas formas de autoria, ensino e aprendizagem.

exclusão, ao racismo estrutural e ao epistemicídio¹³ no ambiente virtual: “as postagens no Instagram também não são estruturas isoladas, mas aparecem em conjunto com outras informações visuais e baseadas em texto” (LEAVER, HIGHFIELD E ABIDIN, 2020, p. 16), o que evidencia que a plataforma não se configura como um espaço neutro.

Essa apropriação, portanto, se dá de maneira estratégica, já que “não se trata apenas do que é postado, mas também do que isso representa para cada um de nós individualmente” (idem, p. 55). Assim, as publicações compõem um ecossistema visual e textual que influencia diretamente a construção de sentidos. Mais do que o conteúdo em si, importa o que ele significa para cada sujeito, revelando como os ciberquilombos atualizam práticas de memória, resistência e identidade em um cenário marcado pela fluidez e performatividade da modernidade digital.

Cabe destacar que o Coletivo Estação Saracura Vai-Vai utiliza seu perfil no Instagram como um espaço ativo de documentação da resistência e de reterritorialização simbólica. Além de realizarem a clipagem de reportagens, pareceres técnicos, podcasts e outros registros informativos, o coletivo também documenta, por meio de suas postagens, as ações realizadas nas ruas. Dessa forma, evidencia-se uma dinâmica de retroalimentação entre o espaço digital e o físico: a rua repercute nas redes e, simultaneamente, as redes reforçam e amplificam a presença do coletivo no território. Por meio de narrativas textuais e visuais, constroem e reconstroem a identidade negra e histórica da região, reivindicando o direito à cidade e desafiando estereótipos e apagamentos históricos, em sintonia com a luta ancestral do Quilombo Saracura.

À luz da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour (2012), compreende-se que a agência não está restrita aos sujeitos humanos, mas é distribuída entre humanos (moradores, ativistas, pesquisadores) e não humanos (imagens, algoritmos, hashtags), que juntos co-produzem novas territorialidades e narrativas de luta por

¹³ Epistemicídio é o termo utilizado para descrever o aniquilamento sistemático de saberes, culturas e formas de conhecimento que não se enquadram na lógica dominante ocidental, branca e eurocentrada. Ocorre quando saberes tradicionais, indígenas, africanos ou populares são deslegitimados pela ciência ocidental, silenciados pelas instituições de ensino e pela academia, apagados da história oficial, substituídos por conhecimentos considerados “superiores” por critérios coloniais e racistas. O epistemicídio contribui para o racismo estrutural e o colonialismo do saber, pois impede a diversidade epistêmica e mantém um único padrão de conhecimento como válido e universal (SANTOS, 2000, p. 18).

espaço, patrimônio e pertencimento. Nesse contexto, mediar significa produzir transformações: qualquer elemento da rede, seja uma imagem, seja uma hashtag, seja um post, tem o potencial de agir sobre os demais, provocar mudanças e induzir novos movimentos. A mediação, portanto, não é neutra nem linear, mas um processo dinâmico e contínuo, em espiral, em que cada interação altera os elementos envolvidos.

Já a midiatização refere-se ao modo como a própria estrutura da plataforma, o Instagram, atua como agente ativo, organizando, influenciando e moldando as relações sociais, as formas de visibilidade e os modos de produção de sentido. A midiatização interfere diretamente na percepção e alcance das memórias, narrativas e identidades coletivas, ampliando ou limitando os efeitos políticos e sociais da mobilização.

O uso estratégico da plataforma permite ao Coletivo Saracura Vai-Vai documentar ações, articular redes de apoio, tensionar narrativas oficiais e disputar os sentidos sobre o território que ocupam e defendem, especialmente em relação aos impactos da obra do metrô sobre o sítio arqueológico do antigo Quilombo Saracura. Cada postagem não apenas transmite uma informação, mas transforma a rede, estimulando engajamentos, ampliando visibilidades e provocando reações e configurando, assim, um processo ativo de mediação.

Por outro lado, a midiatização evidencia o papel da própria plataforma enquanto agente que estrutura e influencia as formas de interação, percepção e circulação de conteúdo. O Instagram não é neutro: seus filtros algorítmicos, recursos visuais, lógica de engajamento e estética influenciam quais narrativas ganham visibilidade, quais memórias são reforçadas e como os públicos se conectam às causas do Coletivo. Dessa forma, o ambiente digital molda tanto o conteúdo quanto a forma da resistência, o que exige estratégias comunicacionais conscientes, como o uso de linguagem visual forte, mobilizações em datas específicas, hashtags organizadas e narrativas que dialoguem com a estética da plataforma.

Assim, o uso do perfil no Instagram pelo Coletivo não se configura como uma ferramenta passiva, mas como uma verdadeira arena de disputa simbólica e política, voltada à preservação da memória e à articulação de redes de resistência. O Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, ao utilizar o Instagram, constrói uma complexa rede de

apoio e alianças formada por diferentes atores sociais, políticos e culturais, articulando-se em torno da resistência à marginalização e ao apagamento do Quilombo Saracura. A atuação do Coletivo não apenas amplia a circulação de suas demandas, mas também contribui para reconfigurar os modos de produção, registro e partilha das memórias urbanas. Por meio dessa plataforma, o Estação Saracura Vai-Vai promove uma nova narrativa sobre a cidade, mais inclusiva, sensível à diversidade histórica e cultural do território, e atenta às vozes que tradicionalmente foram silenciadas.

Como destaca Marcelo Domingues (2021), o Instagram pode ser entendido como um “lugar de memória” contemporâneo, em que as lembranças circulam em fluxos digitais mediados por algoritmos, hashtags e interfaces visuais. Assim, a construção da memória no Coletivo ocorre em fluxos fragmentados, dinâmicos e sempre atualizáveis, refletindo tanto os desafios quanto as potências da ação política, cultural e comunitária em meio às novas temporalidades do universo digital. Conforme Cristiano dos Santos e Renata da Silva afirmam, “as redes sociais, ao modificarem as mentalidades e os processos culturais, alteraram a percepção de espaço público, consolidando-o como espaços de comunicação controle dos detentores do poder” (2019, p. 82).

Diante da complexidade desse fenômeno, foi fundamental trabalhar com uma perspectiva interdisciplinar, como já dito nos capítulos anteriores, articulando aportes da comunicação urbana, do urbanismo, da geografia, dos estudos de mídia, incluindo cibercultura e mídias digitais, da antropologia e da sociologia, além de adotar como abordagem metodológica o mapeamento sociotécnico¹⁴ de redes e práticas comunicacionais, com ênfase na plataforma Instagram.

Essa perspectiva compreende que as interações comunicacionais nas mídias sociais são moldadas pela interdependência entre elementos sociais (usuários, coletivos, discursos, performances) e técnicos (dispositivos, algoritmos, formatos visuais, lógicas de visibilidade). Inspirada nas contribuições de Leaver, Highfield e

¹⁴ –“O mapeamento sociotécnico de redes e práticas comunicacionais estuda as relações entre pessoas, tecnologias e conteúdos em ambientes digitais, observando como essas relações moldam a comunicação, a circulação de sentidos e as dinâmicas de poder, sendo uma abordagem que busca compreender como as tecnologias e os atores sociais se relacionam e se influenciam mutuamente na construção e circulação da comunicação em ambientes digitais ou híbridos (online e offline)” (LEAVER; HIGHFIELD; ABIDIN, 2020, p. 96).

Abidin (2020), a análise busca compreender o Instagram não apenas como um repositório de conteúdos visuais, mas como um ecossistema de construção de sentidos, onde a curadoria, a temporalidade relativa das postagens, o uso estratégico de hashtags e o “vernáculo da plataforma”¹⁵ são aspectos centrais. Dessa forma, a metodologia observa as postagens em seu contexto ampliado, as imagens, as legendas, os comentários, as hashtags e padrões de engajamento etc., de modo a identificar práticas de comunicação, disputas simbólicas, estratégias de visibilidade e redes de sentidos em circulação.

A partir disso, foi utilizada a abordagem pragmática proposta por Tiago Salgado nos seguintes termos: “a análise de ações em redes sociais online busca descrever e caracterizar os modos de ação online por meio dos rastros deixados pelos actantes, que se associam e agem conjuntamente nesses ambientes”(2018, pp.175-6). Justamente por isso, partiu de uma decisão consciente e fundamentada a escolha do Instagram do coletivo como campo de análise, pois ali ele concentra suas ações de rua (evidenciando as controvérsias do bairro), suas narrativas (contra o apagamento histórico afrobrasileiro e seus legados) e também sua resistência (a agenda política que o coletivo assume). Então, a partir desse perfil, os rastros de ação ficam evidentes, pois ali estão de certa forma “materializadas digitalmente”, funcionando como potencializador para a visibilidade das ações do coletivo e ampliando o alcance de suas campanhas, articulando a luta local a redes mais amplas de solidariedade e mobilização.

Para realização desta pesquisa, foram coletadas todas as postagens do perfil do coletivo (@estacaosaracuravaivai) de 19 junho de 2022 a 31 de maio de 2025, de forma manual, utilizando ctrl+c/ctrl+v e o recurso *printscreen*, pois a privacidade da plataforma não permite ter acesso aos dados dos perfis. Nesse processo, foram elaboradas quatro planilhas com as postagens de cada ano – lembrando que o ano

¹⁵ O vernáculo da plataforma é a “língua” informal e coletiva que os usuários desenvolvem ao usar uma plataforma digital, como o estilo visual e estético dominante (ex: filtros, poses, enquadramentos típicos do Instagram); os tipos de conteúdo recorrente (ex: selfies, reels, stories, desafios, carrosséis); a linguagem e vocabulário próprios (uso criativo de emojis, abreviações, gírias digitais); as normas de comportamento implícitas (o que “pega bem” ou mal postar); os padrões de engajamento (como curtir, comentar, repostar ou usar hashtags). O termo refere-se ao conjunto de estilos, normas, práticas e lógicas próprias que emergem dentro de uma plataforma digital específica, como Instagram, TikTok, Twitter (X), entre outras. É uma forma de linguagem culturalmente construída pelos próprios usuários em interação com as regras e funcionalidades técnicas da plataforma (cf. LEAVER; HIGHFIELD; ABIDIN, 2020, p. 40-1).

de 2025 ainda está em curso e, portanto, a recolha de postagens encerrou-se em maio.

A partir dessas planilhas, observando as imagens, as legendas, as hashtags e o engajamento (curtidas, comentários e compartilhamentos), foi elaborada uma categorização temática das postagens sendo elas: disputas de poder e território, ativismo e memória afrobrasileira e colaborações e redes. Essas categorias surgiram a partir dos assuntos levantados pelos posts.

Primeiramente, é importante compreender que o Instagram se configura como uma plataforma gratuita de rede social que viabiliza interação entre usuários e múltiplas formas de engajamento num ambiente virtual (Instagram, 2020). Essa dinâmica permite a criação de acervos visuais e textuais por meio dos quais os usuários difundem narrativas e promovem uma interação dialógica com diferentes públicos e grupos dependendo de como o perfil é montado.

Na própria "central de ajuda" da plataforma (Instagram, 2020), o usuário é orientado a criar sua conta, a partir dos 13 anos de idade. O processo de criação envolve a inserção de uma breve biografia, uma imagem de perfil e a possibilidade de destacar imagens ou vídeos. O perfil exhibe, ainda, o número de postagens realizadas, de contas seguidas e de seguidores. A partir dessas configurações, o usuário pode optar por tornar seu perfil "privado", restringindo as interações apenas àqueles que forem previamente autorizados, ou "público", permitindo que qualquer usuário da rede interaja com seu conteúdo. Neste último caso, os perfis tornam-se também acessíveis por meio de marcadores conhecidos como hashtags, os quais funcionam como palavras-chave que organizam e agregam publicações em torno de interesses temáticos comuns.

A imagem de perfil do Coletivo Saracura Vai-Vai é o símbolo de Sankofa – explicado no manifesto disponibilizado pelo replicador de links que fica na bio do Coletivo –, que deriva de uma palavra do idioma twi do povo akan de Gana, e seu significado literal é "voltar e buscar". Frequentemente representado por um pássaro mítico que voa para a frente, mas com a cabeça voltada para trás, expressa a importância de olhar para o passado na trilha do futuro e se alimentar daquilo que não pode ser esquecido.

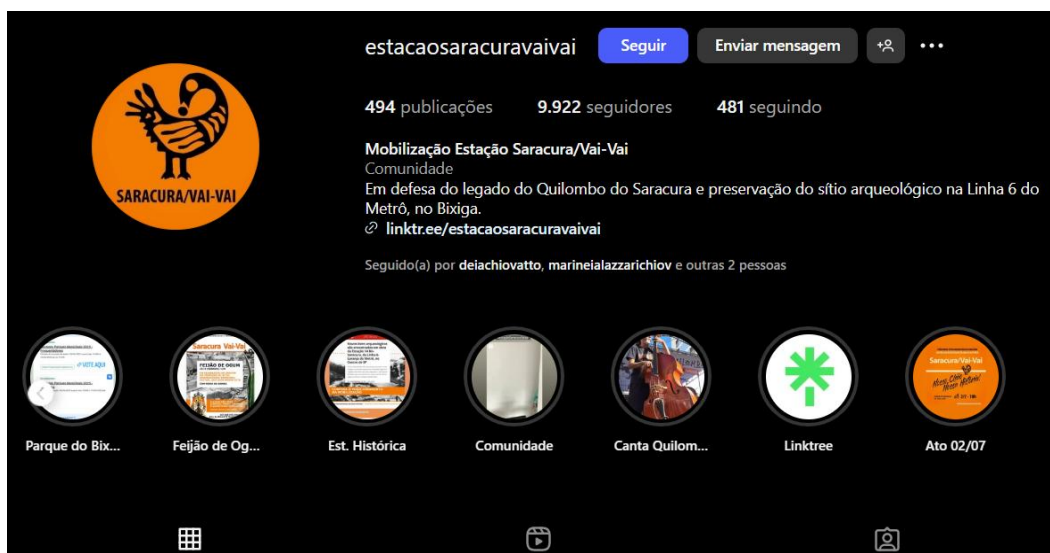


Figura 22 - PrintScreen da página inicial do perfil do Coletivo

A análise do perfil do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai no Instagram, em 20 de junho de 2025 (último *printscreen* realizado), revela uma presença digital significativa: são 494 postagens, 9 922 seguidores e 481 contas seguidas. Essas métricas evidenciam tanto o ritmo de produção de conteúdo quanto o alcance da mobilização online, indicando um esforço contínuo de engajamento com um público diversificado.

Na biografia do perfil, o nome “Mobilização Estação Saracura Vai-Vai” aparece acompanhado da palavra “Comunidade” e da descrição: “em defesa do legado do Quilombo do Saracura e preservação do sítio arqueológico na Linha 6 do Metrô, no Bixiga”. Logo abaixo, um link único, como exige o design do Instagram, que reúne, via ferramenta de replicador, materiais de apoio à causa: notícias sobre a construção da estação, reportagens, petição para assinatura de manifesto e demais documentos institucionais.

Os destaques de *Stories*, por sua vez, funcionam como arquivos temporários transformados em elementos permanentes de navegação e memorização digital. Entre eles, destaca-se o registro do ato inaugural da mobilização, em 2 de julho de 2022; o bloco “Canta, Quilombo”, dedicado a iniciativas culturais do coletivo; o “Comunidade”, que agrega ações culturais e ativistas da população local; e “Estação Histórica”, que documenta a persistência da luta contra o apagamento da memória. Outros destaques – “Feijão de Ogum” (eventos culturais) e “Parque do Bixiga”

(processo eleitoral de gestores comunitários) – reforçam o caráter multifacetado da atuação do coletivo, demonstrando como o Instagram é instrumentalizado não apenas para difusão de informação, mas também para a construção de um arquivo digital de resistência, memória e participação cidadã.

A articulação do Coletivo Saracura Vai-Vai no Instagram exemplifica como as redes sociais digitais podem ser operacionalizadas para documentar e potencializar lutas por território, interligam colaborações e afirmam memórias e identidades afrobrasileiras, promovendo uma resistência comunicacional e simbólica ancorada na visualidade e na interatividade da plataforma digital. Portanto, o uso do Instagram pelo coletivo fortalece a memória e a identidade do movimento Estação Saracura Vai-Vai ao transformar a plataforma em um espaço de resistência, valorização do patrimônio e construção de novas redes de solidariedade, tornando visíveis histórias e identidades que, de outra forma, permaneceriam à margem da memória oficial da cidade.

Para compreender sistematicamente como o Coletivo Saracura Vai-Vai mobiliza o Instagram, adotamos uma abordagem de análise de conteúdo qualitativa e quantitativa. Reitere-se que a coleta foi realizada manualmente, com o registro individualizado de cada postagem e de suas respectivas informações (data, conteúdo textual, hashtags, número de curtidas, comentários e compartilhamentos), método necessário em função das restrições impostas pela política de privacidade do Instagram, que não permite o acesso automatizado a dados por meio de ferramentas externas. As alternativas possíveis, por meio de plataformas pertencentes a terceiros, eram serviços cobrados pouco transparentes e, assim, apresentavam limitações quanto à confiabilidade. Além disso, o acesso ao Instagram Insights – o painel interno da plataforma que oferece métricas detalhadas sobre alcance, impressões, salvamentos e perfis alcançados (Instagram, 2020) – é restrito exclusivamente aos administradores da conta, o que inviabilizou a obtenção desses dados diretamente do perfil do coletivo.

Assim sendo, o processo manual de coleta de dados contou com o suporte de uma planilha estruturada com colunas de datas, imagens, conteúdo textual, hashtags, curtidas, comentários e compartilhamentos, como mostra o exemplo da tabela a

seguir:



Data	Imagem	Conteúdo textual	Hashtags	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos
31/12/2022		Nesta virada, desejamos que 2023 seja de alegrias e conquistas, e que a preservação da nossa memória, da nossa história, seja assegurada para fortalecer ainda mais nossa caminhada contra o racismo e subjugação de pessoas. Salve a memória negra do Bixiga! Salve o Quilombo do Saracura! Vale do Saracura Grande, com roupas em varais e quardores (atividade realizada por mulheres negras desde os tempos do Quilombo), em registro de 1920, por Geraldo Horácio de Paula Souza. Arquivo do Centro de Memória da Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP.	#anonovo #BixigaNegro #EstaçãoSaracuraVaivai #NossoChãoNossaHistória #nossospassosvêmdelonge #religiosidade #quilombo #Bixiga #vaivai #Saracura #QuilomboSaracuraVive #MetrôSemApagamentoHistórico	29	4	_____
30/12/2022		Hoje trazemos de volta as contribuições da historiadora Marília Belmonte e do arqueólogo Rossano Bastos ao debate sobre a luta em defesa da memória negra e quilombola do Bixiga. Em entrevistas ao @jornaldagazeta, os dois expressaram as perspectivas do movimento amparadas em análises técnicas de suas profissões. Assista em https://www.youtube.com/watch?v=aGuVs_sKkJU ou em nosso Linktree.	#BixigaNegro #EstaçãoSaracuraVaivai #NossoChãoNossaHistória #nossospassosvêmdelonge #religiosidade #quilombo #Bixiga #vaivai #Saracura #QuilomboSaracuraVive	18	1	_____

Tabela 2 - Registros das postagens, com hashtags e métricas de engajamento

Foram também coletadas as métricas de engajamento visível: curtidas, comentários e compartilhamentos.

Os níveis variados de engajamento sugerem que diferentes tipos de conteúdo ressoam com facetas diversas do público ou atendem a necessidades distintas (por exemplo, informações urgentes *versus* afirmação cultural). Estratégias investigativas futuras poderiam aprofundar-se na análise de outros formatos comunicacionais da plataforma, como os comentários das postagens, lives e conteúdos efêmeros disponibilizados nos *stories*, que não foram contemplados no escopo desta pesquisa.

Também foram calculadas as médias de curtidas, comentários, compartilhamentos e engajamento total para cada uma das três categorias – disputas de poder e território, ativismo e memória afrobrasileira e colaborações e redes –, permitindo uma comparação do desempenho médio, conforme mostra a tabela a seguir:

Ano	Categorias Temáticas					
	Total de Postagens	Disputas de poder, território e cidade	Ativismo e memória afro-brasileira	Colaborações e Redes	Hashtags	Menções (@)
2022	99	34	29	17	62	44
2023	113	41	38	24	77	61
2024	144	48	53	32	105	89
2025	31	13	15	9	37	21

Tabela 3 - Categorias Temáticas e Uso de Hashtags e Menções X ano

Cabe destacar que se optou por excluir e desconsiderar na análise as publicações voltadas à comercialização de camisetas ou que não apresentavam

conteúdo textual associado, por não atenderem aos critérios de relevância estabelecidos para os objetivos desta pesquisa, centrados nas dimensões narrativas e políticas das postagens, resultando num total de 387 postagens categorizadas.

Diante da amplitude do corpus, optou-se por uma análise panorâmica das categorias identificadas, complementada por um exame aprofundado de quatro postagens selecionadas a partir de critérios combinados: relevância do conteúdo, índice de interação e uso de hashtags. A escolha desses recortes dialoga com a compreensão de que, no Instagram, o que implica considerar os elementos simbólicos, afetivos e performativos envolvidos nas práticas comunicacionais.

As postagens analisadas, discutidas nas próximas seções, visam iluminar como esses fatores se articulam na construção de sentido da luta do coletivo no ambiente digital do Instagram.

A seleção das postagens a serem analisadas foi realizada de forma intencional e fundamentada em critérios metodológicos de abordagem qualitativa com suporte em métricas descritivas, conforme discutido por Trunfio e Rossi (2021), reconhecem a importância das manifestações comportamentais observáveis no ambiente digital (como o número de interações) como indicadores de relevância comunicacional que articulam engajamento visível (curtidas, comentários e compartilhamentos) e a densidade das narrativas marginais (VIERA; ESTEVES JR, 2018).

Sendo assim, observa-se a comunicação do perfil no Instagram do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, entendida com a presença de elementos discursivos relevantes com potencial de desafiar o discurso oficial da cidade, para a construção de memória, identidade e resistência territorial, articulando oralidade, escrita, performance e ocupação simbólica dentro do espaço urbano. Assim, escolhemos as postagens com maior visibilidade e potência narrativa para a análise aprofundada, pois melhor conjugam repercussão pública e pertinência simbólica com nossos objetivos analíticos quanto ao contexto das lutas urbanas e do ativismo negro digital, como mostram as tabelas abaixo:

Postagens X Engajamento						
ANO: 2022						
Categoria Temática	Nº de Postagens	Curtidas (média)	Comentários (média)	Compartilhamentos (média)	Hashtags diferentes	Menções (@)
Disputa de Poder e Território	34	174	3,2	5,1	26	15
Ativismo e Memória Afro Brasileira	29	139	2,1	3,8	22	14
Colaborações e Redes	17	161	2,9	4,7	14	15
Total	80				62	44

Tabela 4 - Postagens X Engajamentos 2022

Postagens X Engajamento						
ANO: 2023						
Categoria Temática	Nº de Postagens	Curtidas (média)	Comentários (média)	Compartilhamentos	Hashtags diferentes	Menções (@)
Disputa de Poder e	41	152	3	4	30	21
Ativismo e Memória Afro	38	141	2	4	28	20
Colaborações e Redes	24	164	3	5	19	20
Total	103				77	61

Tabela 5 - Postagens X Engajamentos 2023

Postagens X Engajamento						
ANO: 2024						
Categoria Temática	Nº de Postagens	Curtidas (média)	Comentários (média)	Compartilhamentos	Hashtags diferentes	Menções (@)
Disputa de Poder e	48	387	4	8	42	31
Ativismo e Memória Afro	53	425	5	12	38	35
Colaborações e Redes	32	201	3	6	25	23
Total	133				105	89

Tabela 6 - Postagens X Engajamentos 2024

Postagens X Engajamento						
ANO: 2025						
Categoria Temática	Nº de Postagens	Curtidas (média)	Comentários (média)	Compartilhamentos	Hashtags diferentes	Menções (@)
Disputa de Poder e	13	326	174	498	15	8
Ativismo e Memória Afro	15	431	725	6	14	9
Colaborações e Redes	9	268	25	4	8	4
Total	37				37	21

Tabela 7 - Postagens X Engajamentos 2025

A análise dessas métricas de engajamento do perfil @estacaosaracuravaivai revela transformações significativas nas dinâmicas de mobilização digital e na consolidação do ciberativismo como ferramenta de resistência territorial e preservação da memória afrobrasileira. Os dados quantitativos apresentados permitem compreender não apenas a evolução da presença digital do coletivo, mas também as estratégias comunicacionais que sustentam sua atuação política no contexto urbano paulistano.

O crescimento exponencial das métricas de engajamento entre 2022 e 2025 não pode ser compreendido apenas como fenômeno técnico-algorítmico, mas como indicador da eficácia das estratégias de "ciberquilombismo" implementadas pelo coletivo. A média geral de curtidas por postagem, que evolui de aproximadamente 158 em 2022 para 337 em 2024, revela a construção progressiva de uma comunidade digital engajada com as pautas de preservação patrimonial e direito à cidade. Esse padrão indica uma transformação qualitativa do engajamento: de uma comunicação predominantemente unidirecional para um espaço de debate e construção coletiva de sentidos, confirmando as proposições de Castells (2015) sobre o potencial das redes digitais para a formação de contra-poderes.

O crescimento sustentado do engajamento, particularmente nas categorias relacionadas à memória afrobrasileira, sinaliza a consolidação de um público comprometido com as pautas de preservação patrimonial e justiça urbana. Mais do que dados estatísticos, essas métricas revelam a construção de um "arquivo afetivo digital" que ressignifica as relações entre passado e presente, individual e coletivo,

local e global. O perfil @estacaosaracuravaivai configura-se, assim, não apenas como ferramenta de comunicação, mas como dispositivo sociotécnico de resistência que contribui para a reinvenção das formas contemporâneas de luta pelo direito à cidade e à memória, conforme previamente apresentado como hipótese desta pesquisa.

Dessa forma, podemos também ampliar a discussão para a análise que culminou em três categorias temáticas interconectadas, formando uma narrativa de luta e resiliência. A categoria "Ativismo e Memória Afrobrasileira" fornece a base histórica e cultural que legitima e fortalece as "Disputas de Poder e Território". A memória dos quilombos e a celebração da cultura negra sublinham por que o território vale a pena ser defendido e quem está lutando. A categoria "Colaborações e Redes" serve como o mecanismo prático para amplificar tanto as "Disputas" (formando alianças para protestos ou campanhas) quanto o "Ativismo/Memória" (associando-se para eventos culturais ou iniciativas educacionais). Elas são o tecido conjuntivo que expande o alcance e os recursos do movimento.

A estratégia digital mais eficaz para @estacaosaracuravaivai reside não em priorizar uma categoria sobre as outras, mas em compreender e alavancar a relação sinérgica entre elas. A memória alimenta o ativismo, que por sua vez fortalece a argumentação para as disputas de poder, enquanto as colaborações ampliam todas as três. Trata-se de uma estratégia de conteúdo equilibrada, que intencionalmente conecta esses temas, criando uma presença digital que fomenta um compromisso com o ativismo. Se as categorias fossem vistas como silos independentes, a estratégia poderia perder oportunidades.

A análise da categoria "Ativismo e Memória Afrobrasileira" consolida-se como a de maior ressonância, apresentando um crescimento expressivo nas médias de curtidas – de 139 em 2022 para 425 em 2024 e 431 em 2025. Tal incremento evidencia a centralidade da memória quilombola como elemento mobilizador, corroborando as reflexões de Nora (1993) sobre os "lugares de memória" e sua capacidade de produzir identificação coletiva. O pico de 725 comentários médios em 2025 para essa categoria sinaliza uma participação ativa da comunidade na construção dialógica da narrativa histórica.

Na categoria "Disputas de Poder e Território", há um engajamento consistente, com destaque para o extraordinário número de 498 compartilhamentos em 2025 (em

média), indicando que os conteúdos relacionados às tensões urbanas possuem forte potencial de viralização e mobilização política. A evolução das curtidas médias – 174 em 2022, 152 em 2023, 387 em 2024, 326 em 2025 – sugere a consolidação de uma base engajada, interessada nas questões territoriais do Bixiga, com picos significativos coincidindo com momentos de maior tensão, como em datas de audiências públicas.

Na categoria “Colaborações e Redes” as métricas apresentam-se mais moderadas, porém constantes, tendo em média 161 curtidas em 2022, 164 em 2023, 201 em 2024 e 268 em 2025, confirmando sua função estratégica de articulação e construção de alianças, mais do que de mobilização massiva. Também o crescimento das menções, de 15 em 2022 para 35 em 2024, demonstra a expansão da rede de parceiros institucionais e o movimento de ampliação das coalizões políticas. Um pico dessa categoria aconteceu em 12 de março de 2025, com uma postagem em vídeo do rapper Emicida, cujo alcance foi de 8902 curtidas, 189 comentários e 1209 compartilhamentos:



Figura 23 - Print Screen de vídeo de Emicida falando sobre o movimento Saracura Vai-Vai

A análise aprofundada das postagens de alto engajamento do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai no Instagram revela que a eficácia comunicacional é impulsionada por características recorrentes, alinhadas à metodologia de análise do discurso digital e afroperspectivismo, que se constitui como proposta epistemológica e política para descolonizar o conhecimento, valorizar saberes ancestrais e combater o racismo epistêmico. Sua força está na pluralidade de perspectivas, na ligação com a ancestralidade, na defesa do corpo e na necessidade de criar filosofias ligadas à experiência e à luta das populações negras, indígenas e afrodiaspóricas.

As legendas demonstram clareza e um direcionamento específico, frequentemente incorporando chamados à ação ou declarações de identidade e resistência. A ressonância emocional é um fator chave, com postagens que exploram

solidariedade, orgulho e urgência, reforçando um enquadramento centrado na comunidade que posiciona "Saracura" como sujeito coletivo.

A integração de recursos visuais impactantes é essencial para amplificar a mensagem, enquanto a profundidade narrativa conecta questões imediatas a contextos históricos e culturais mais amplos, demonstrando a sinergia entre as categorias de disputas territoriais e memória afrobrasileira na estratégia de comunicação do coletivo.

A categorização das postagens seguiu critérios qualitativos, em que cada postagem foi lida e atribuída à categoria mais representativa de seu conteúdo principal, baseados em uma série de fatores diversos. Assim, conduzimos uma análise do conteúdo visual para identificação de temas (protestos, manifestações culturais, documentos oficiais, achados arqueológicos); da composição visual, com a observação da organização dos elementos visuais e sua relação com o texto; dos elementos textuais como as legendas, estudando o conteúdo textual das postagens, incluindo tom, linguagem e argumentação empregada, e do uso de hashtags, com a identificação e categorização das utilizadas como indicadores temáticos, além dos elementos interacionais, como as marcações de perfis enquanto indicadores de redes de colaboração ou confronto; e, para encerrar, a geolocalização, isto é, a utilização da localização como elemento de contextualização territorial.

As análises realizadas a partir das postagens do Coletivo Saracura Vai-Vai evidenciaram que o perfil do Instagram do coletivo opera como um território digital de resistência, onde comunidades historicamente marginalizadas produzem e veiculam suas próprias narrativas. Ao deslocar as disputas por território do campo físico para o comunicacional, o coletivo reafirma sua presença política e afetiva na cidade, reconfigurando os sentidos de pertencimento, memória e representação. Essa atuação reafirma o que autores como Highfield (2016) e Salgado (2019) vêm apontando sobre o papel das redes sociais como infraestruturas sociotécnicas nas quais emergem novas formas de visibilidade e agência política, sobretudo entre sujeitos e coletividades não contempladas pelos meios tradicionais de comunicação.

Além disso, os dados confirmam que o ativismo negro encontra nas redes sociais um espaço fértil para rearticular narrativas históricas e contestar apagamentos institucionais. A capacidade do coletivo de articular memória, estética e denúncia em

suas postagens mostra que o êxito do ciberativismo não depende apenas do número de seguidores ou curtidas, mas da densidade simbólica e política do conteúdo produzido. A correlação entre os picos de engajamento digital e os avanços institucionais, como a discussão pública sobre o nome da Estação Saracura Vai-Vai, indica que o engajamento qualificado pode gerar impactos concretos, fortalecendo alianças, pressionando políticas públicas e reposicionando a comunidade negra como protagonista da cidade. Essa dinâmica contribui de forma decisiva para os estudos contemporâneos sobre comunicação urbana, mobilizações em rede e justiça espacial.

O crescimento contínuo do engajamento, especialmente nas postagens relacionadas à memória afrobrasileira, indica a formação de uma audiência comprometida com pautas de preservação patrimonial e justiça urbana. Mais do que simples métricas quantitativas, os dados revelam a constituição de um arquivo afetivo digital (HIGHFIELD; LEAVER, 2016), em que as interações não apenas registram, mas também ressignificam as relações entre passado e presente, entre experiências individuais e identidades coletivas, e entre contextos locais e circuitos globais.

O perfil @estacaosaracuravaivai, nesse sentido, ultrapassa a função de ferramenta comunicacional, configurando-se como um dispositivo sociotécnico de resistência (LATOURE, 2012; LEMOS, 2013), operando ativamente na produção de visibilidade, memória e pertencimento. Assim, reforça-se a hipótese inicial desta pesquisa de que as redes sociais digitais podem ser mobilizadas como arenas de disputa simbólica e política, especialmente no contexto das lutas urbanas por memória, território e reconhecimento da população negra, e especificamente do Bixiga.

Conclui-se que o perfil do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai no Instagram se configura como um “terreiro digital” ou um “quilombo virtual” de ativismo comunicacional e disputa simbólica, que articula práticas de ciberquilombismo, mediatização e afroperspectivismo para reivindicar memória, território e identidade negra frente aos processos de apagamento e urbanização no Bixiga, produzindo novos sentidos de pertencimento e fortalecendo a luta pelo direito à cidade e à memória, à luz da teoria ator-rede de Latour (2012) e das contribuições de Caiafa (2002, 2017), Rocha (2007) e Pereira (2021, 2023).

Nas próximas seções, apresentam-se dados e análises que examinam como o ativismo digital do coletivo, em permanente diálogo entre a rua e o Instagram, mobiliza audiências, amplia redes de solidariedade e inscreve a experiência negra nos debates públicos urbanos, consolidando o perfil como um território estratégico da comunicação urbana e da resistência negra na contemporaneidade.

3.1. Análise da categoria Disputas de poder e território: O Instagram como Ferramenta de Mobilização

O método adotado para a construção desta seção retoma os referenciais teóricos discutidos no Capítulo 2, que fundamentam a análise das disputas territoriais na cidade de São Paulo. Com base nas contribuições de autores como Latour (2005), Santos (1993), Carlos (2011), Lefebvre (2014) e Harvey (2018), compreende-se que o espaço urbano é atravessado por dinâmicas complexas de poder, interesses econômicos e processos de mercantilização que produzem exclusões, deslocamentos e desigualdades socioespaciais.

A discussão é aprofundada com a inclusão de um olhar voltado para as questões raciais e culturais, a partir das contribuições de Adichie (2009), Munanga (2004), Ribeiro (2019) e Caiafa (2011). Esses autores ajudam a compreender como expressões afrobrasileiras, tais quais o samba e as religiões de matriz africana, funcionam como formas de resistência, pois a luta por território é também uma luta por memória e identidade, o que fundamenta a análise das ações do Coletivo Saracura Vai-Vai, especialmente diante dos processos de gentrificação e apagamento da memória negra no Bixiga.

Conforme Dos Santos (2019):

pensaremos as comunidades virtuais formuladas por coletivos negros que se utilizam do ambiente virtual na promoção e potencialização de questões de identidade, de resistência e de ativismo [...] – solidariedade, identificação, união, altruísmos e integração – para mostrarmos [sic] como os negros as transportaram até o espaço online, tornando esse espaço ambiência de resistência cultural, de empoderamento e de ativismo.

No que se refere ao conteúdo textual, foram consideradas legendas que mobilizaram vocabulário relacionado a conflito, resistência e denúncia,

frequentemente associado a temas como gentrificação, remoções compulsórias, urbanização excludente e apagamento da memória negra. Já na análise da imagem, foram identificados elementos visuais como registros de manifestações, escavações arqueológicas, documentos oficiais ou peças gráficas que reforçam o caráter de denúncia. As hashtags desempenharam papel central para a categorização, pois funcionam como marcadores semânticos, permitindo compreender os enquadramentos dados pelo coletivo às suas postagens (#BixigaNegro, #QuilomboSaracuraVive, #cidadeantirracista, #direitoacidade, entre outras). Por fim, as menções (@) a órgãos públicos e instituições privadas, como @prefsp, @metrosp_oficial, @iphangovbr e @ministerioigualdaderacial, revelaram a dimensão de interpelação e responsabilização direta, característica de um ativismo digital que busca tensionar os agentes institucionais envolvidos. Todos esses elementos foram cruciais para que o corpus de análise, pois:

a análise sociotécnica leva em consideração a descrição da articulação permanente entre contexto e conteúdo, entre objeto e ambiente, entre o interior e o exterior. De fato, quando se opta pela noção de “rede”, os pares mencionados são conjugados. Não há contexto de um lado e conteúdo de outro, objeto de um lado e ambiente de outro, interior e exterior. Todos esses elementos se articulam e são produzidos em ação. A noção de “rede” enfatiza a distribuição da ação entre seus diferentes componentes, como frisa Akrich (1991) ao atentar para a relação entre humanos e objetos técnicos (SALGADO, 2018, p. 173).

Para Tiago Salgado, a realização de uma análise sociotécnica não separa os elementos como contexto e conteúdo, ou objeto e ambiente, mas os aglutina como componentes interconectados, nos moldes da noção de “rede”.

Assim sendo, esses critérios permitiram identificar, organizar e analisar um subconjunto de postagens que explicitam diferentes camadas do conflito urbano: denúncias de irregularidades nas obras do metrô e das ameaças ao patrimônio arqueológico do Quilombo Saracura; registros de protestos e atos públicos de resistência; contextualizações históricas sobre a presença negra no Bixiga; e denúncias do apagamento histórico e cultural.

Foi fundamental considerar os objetivos das postagens para que a categorização ocorresse de maneira imparcial, organizando postagens de 2022 a

2025, reconhecendo as diferentes frentes que o perfil do Instagram do coletivo abrange em suas publicações. Assim, a organização das postagens ficou definida da seguinte forma:

- a) Conteúdo Textual - as legendas utilizadas nas postagens com a presença de vocabulário relacionado a conflito, denúncia, resistência e disputa, imagens de protestos ou convocações, escavações e documentos oficiais.
- b) Imagem - a imagem principal utilizada, como imagens de manifestações, documentos oficiais, legislações e etc.
- c) Hashtags - palavras-chave para compreensão do post como #BixigaNegro #QuilomboSaracuraVive #estacaosaracuravaivai #NossoChãoNossaHistória #SalveGrotadoBixiga #salvesaracura #riosurbanos #SOSBixiga #revisãopde #cidade #cidadeantirracista #mobilizasaracuravaivai #cidadeemdisputa #porcidadesantirracistas #escoladopovo #memorianegra #justiça #nossochãonossahistória #racismo #críticaaoplanejamentourbano #lutadeclases #urbanização #economiapolitica #questãoracial #clovismoura #particulaidadebrasileira #lutaeresistencias #produçãodoespaço #lutanacidade #direitoacidade #racismomata #metrôcompreservação #metrosemapagamentohistórico #territoriosnegros.
- d) Menções através do “@” a perfis de órgãos públicos e instituições privadas, como @prefsp, @metrosp_oficial, @acciona, A lasca, @dph_sp @conpresp @camarasaopaulo @prefsp @condephat @assembleiasp @governosp @iphangovbr @ministerioigualdaderacial @minc

A primeira postagem analisada, datada de 14/02/2025, mostra a articulação entre linguagem visual e textual, com a legenda enfatizando a importância de preservar o sítio arqueológico Saracura Vai-Vai e reforçando a ideia de que a

infraestrutura urbana, representada pela obra do metrô, não pode se sobrepor à memória, permanência e valorização da história negra na cidade.

A imagem do post intensifica o posicionamento do coletivo, explicitando o conflito com atores institucionais como a ACCIONA e o IPHAN, e utilizando expressões marcantes que denunciam o risco de destruição de estruturas fundamentais para a história negra local. O uso de hashtags conecta o debate local a redes mais extensas de mobilização e identificação coletiva.



Figura 24 – postagem de 14/02/2025

Na legenda, temos o seguinte texto:

Seguimos na luta pela preservação do sítio arqueológico Saracura Vai-Vai, cientes de seu valor histórico e firmes na ideia de que a infraestrutura urbana não deve se opor à história negra dessa cidade, à memória e à permanência no bairro. Estação com preservação é possível e é um direito da população! (@estacaosaracuravaivai, 2025)

No post ainda são utilizadas as hashtags: #estacaosaracuravaivai #bixiganegro #quilombodosaracura #nossochaonossahistoria #quilombodosaracuravive. O engajamento total até a data da recolha dos dados foi de 603 curtidas, 27 comentários e 146 compartilhamentos.

No conteúdo da imagem, há o seguinte texto, em integralmente redigido em capitulares:

ACCIONA MENTE E PRESSIONA IPHAN PARA DESTRUIR TODAS AS ESTRUTURAS ENCONTRADAS NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO SARACURA VAI-VAI! QUEREMOS METRÔ COM PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NEGRA DO BAIRRO. ESTRUTURAS DE CANALIZAÇÃO DO RIO SARACURA, DE CASAS ASSOCIADAS A RELIGIÕES AFRO SÃO MARCAS DA HISTÓRIA NEGRA DO BIXIGA (@estacaosaracuravaivai, 2025).

E, mais abaixo: “METRÔ SEM DESTRUIÇÃO DA NOSSA HISTÓRIA” E “PRESERVAR O SÍTIO ARQUEOLÓGICO SARACURA VAI-VAI” (idem).

Essa postagem articula as linguagens visual e textual para afirmar uma narrativa de resistência frente ao processo de apagamento da memória negra no bairro do Bixiga. Com alto índice de engajamento em relação a outras postagens da mesma temática, o conteúdo se destaca não apenas por sua visibilidade, mas pela potência política de sua mensagem.

Métricas de engajamento como essas não apenas quantificam a visibilidade, mas evidenciam a capacidade da publicação de acionar afetos, promover debates e ampliar o alcance da mensagem a partir de conexões horizontais e circulações em rede (LEAVER; HIGHFIELD; ABIDIN, 2020).

O conteúdo textual explicita o posicionamento do Coletivo em defesa da preservação do sítio arqueológico Saracura Vai-Vai, argumentando que o desenvolvimento da infraestrutura urbana não pode se sobrepor ao direito à memória, à permanência e à valorização da história negra na cidade de São Paulo.

A imagem utilizada no post reforça esse posicionamento, evidenciando a tensão entre agentes institucionais (como a empresa ACCIONA e o IPHAN) e os moradores e ativistas locais. Termos como “ACCIONA mente”, “pressiona IPHAN” e “metrô sem destruição” revelam o embate em curso, no qual interesses econômicos e institucionais confrontam a luta por reconhecimento e justiça histórica. Nesse sentido, a postagem se insere em uma ecologia comunicacional mais ampla (LEMOS, 2013; BRAGA, 2012), em que a disputa pela cidade passa também pela disputa de narrativas no ambiente digital.

Do ponto de vista da análise espacial, é possível acionar Lefebvre (2014) para compreender essa comunicação como parte da produção social do espaço, em que diferentes agentes e discursos competem pela definição do uso legítimo do território.

O post também dialoga com a ideia de "lugar de memória" (NORA, 1984) ao convocar o passado negro do Bixiga como elemento central da luta política atual, promovendo a ressignificação simbólica de um território ameaçado pela gentrificação e pela lógica de mercantilização urbana (HARVEY, 2018; SANTOS, 1993).

Nesse contexto, o Instagram opera como um dispositivo sociotécnico de resistência (LEAVER; HIGHFIELD; ABIDIN, 2020), possibilitando a circulação, o fortalecimento e a mobilização que desafia os processos institucionais de apagamento. Portanto, a publicação em análise não apenas informa, mas performa uma ação política ao inscrever a memória negra nos circuitos digitais, reafirmando o direito à cidade (HARVEY, 2018; LEFEBVRE, 2014) como um direito também à narrativa, ao pertencimento e à permanência.

A segunda postagem, publicada em 29 de abril de 2024, apresenta o formato de carrossel, recurso que possibilita a exploração de uma sequência de imagens que compõem uma narrativa visual, ampliando o potencial expressivo da narrativa visual:



Figura 25 – postagem carrossel de 29/04/2024

A legenda traz o seguinte texto complementar:

Vamos novamente mobilizar o bairro para assegurar que a futura estação do metrô preserve a memória do Quilombo do Saracura e do Vai-Vai, com as estruturas de canalização do rio no projeto arquitetônico? Será uma estação histórica – a primeira no Brasil, a exemplo de mais de 20 que existem na Europa e na Ásia. A manifestação da comunidade é fundamental no diálogo com o poder público para garantir o metrô sem apagamento histórico. Contamos com você! Assine e passe aos amigos e familiares, por gentileza. O link da petição também está na bio” (@estacaosaracuravaivai, 2024)

A postagem ainda conta com 794 curtidas, 11 comentários e 384 compartilhamentos, o que evidencia a capacidade da plataforma de operar como um dispositivo de mobilização e construção de redes, conforme apontam Jenkins (2009) e Braga (2012), ao articular circulação de afetos, discursos e ações políticas a partir de um espaço digital. O texto das imagens no carrossel traz o seguinte:

ASSINE A PETIÇÃO. PELA PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO SARACURA NO FUTURO METRÔ E DO POVO NEGRO NO BIXIGA. A MANIFESTAÇÃO DA COMUNIDADE É FUNDAMENTAL NO DIÁLOGO COM O PODER PÚBLICO PARA GARANTIR O METRÔ SEM APAGAMENTO HISTÓRICO. ASSINE A PETIÇÃO. CONTAMOS COM VOCÊ! ASSINE E PASSE AOS AMIGOS E FAMILIARES, POR GENTILEZA. [HTTPS://CHNG.IT/WHYB8sXhHr](https://CHNG.IT/WHYB8sXhHr) . ASSINE A PETIÇÃO. SERÁ UMA ESTAÇÃO HISTÓRICA A PRIMEIRA NO BRASIL, A EXEMPLO DE MAIS DE 20 QUE EXISTEM NA EUROPA E NA ÁSIA. VAMOS NOVAMENTE MOBILIZAR O BAIRRO PARA ASSEGURAR QUE A FUTURA ESTAÇÃO DO METRÔ PRESERVE A MEMÓRIA DO QUILOMBO DO SARACURA E DO VAI-VAI, COM AS ESTRUTURAS DE CANALIZAÇÃO DO RIO NO PROJETO ARQUITETÔNICO? (@estacaosaracuravaivai, 2024).

A quinta imagem do carrossel mostra as estruturas do sítio arqueológico como prova material do apagamento em curso, reforçando visualmente a legitimidade das demandas do coletivo. Na legenda e nas imagens que compõem o carrossel, observa-se a convocação direta da comunidade para a assinatura de uma petição pública, associada à defesa da memória negra do bairro do Bixiga e da preservação material das estruturas arqueológicas do Quilombo do Saracura, além de também mobilizar ações na rua e na rede, convocando a sociedade à luta e insistindo na urgência do assunto.

A ideia de “estação histórica” conecta a reivindicação local a exemplos internacionais, inscrevendo a luta em um circuito global de reconhecimento patrimonial e valorização da memória dos povos afrodescendentes, como sugerido por Ribeiro (2019) e Munanga (2004). Conforme discute Lemos (2013), as práticas comunicacionais digitais ampliam o repertório de ação coletiva, permitindo que coletivos articulem disputas simbólicas e materiais sobre o espaço urbano. Nesse contexto, o Instagram não apenas documenta, mas ativa redes de solidariedade e pertencimento, constituindo um campo de disputa onde a memória se inscreve como direito ao território.

A terceira postagem que analisaremos também recorre ao formato carrossel para obter efeito semelhante:

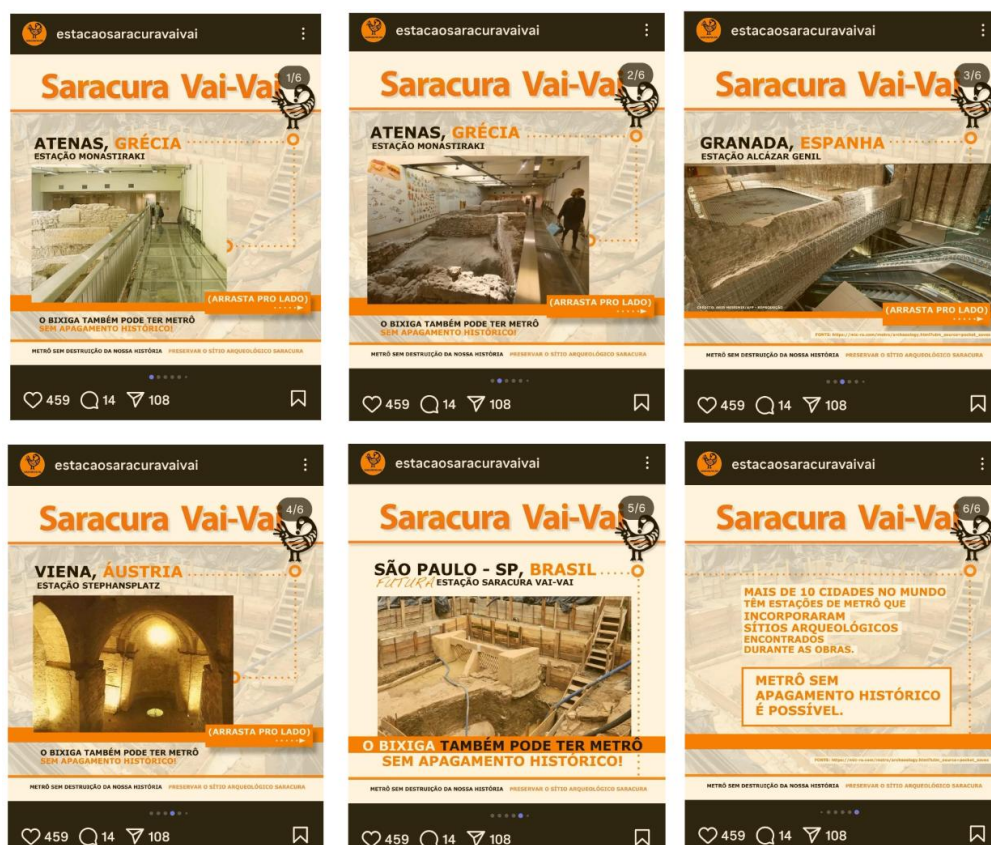


Figura 26 – Printscreen da postagem de 01/03/2024

Sua legenda é a seguinte:

É SOBRE DIREITOS E ANTIRRACISMO: metrô que incorporam memórias históricas das sociedades existem em diversos países (Argélia, Áustria, França, Espanha, Grécia, Holanda, Itália, México, Tchecoslováquia, Turquia). No Brasil, na capital mais rica da América Latina, no coração da cidade de São Paulo, ao lado na Avenida Paulista, também é possível. E rejeitar isso tem nome e sobrenome: racismo estrutural. Metrô sem apagamento histórico é uma realidade no mundo. E queremos aqui também, com o nome correto da estação, que não deve ser "14 Bis" e sim Saracura/Vai Vai (@estacaosaracuravaivai, 2024)

Datada de 01/03/2024, a postagem tem por objetivo central mobilizar a comunidade para garantir que a futura estação de metrô preserve a memória do Quilombo do Saracura e do Vai-Vai, com as estruturas arqueológicas incorporadas ao projeto, estabelecendo diálogo direto com a postagem anterior, exemplificando a viabilidade de integrar sítios arqueológicos a obras de infraestrutura urbana, ou seja,

a legitimidade das reivindicações do coletivo é reforçada pelo uso estratégico de elementos visuais e pela contextualização internacional.

O texto de legenda da postagem emprega o conceito de racismo estrutural(, isto é, aquele que se manifesta não apenas em ações individuais, mas em práticas institucionais sistemáticas que perpetuam desigualdades raciais (ALMEIDA, 2019). A frase "rejeitar isso tem nome e sobrenome: racismo estrutural" opera como diagnóstico político que desloca a discussão do campo técnico-administrativo para o campo da justiça racial, territorial e histórico (SANTOS, 1993; HARVEY, 2018; LEFEBVRE, 2014).

A referência à "capital mais rica da América Latina" e à proximidade com a "Avenida Paulista" posiciona geograficamente a demanda num dos centros econômicos nacionais, questionando por que práticas adotadas globalmente não seriam aplicáveis no contexto brasileiro.

A ênfase na construção da "estação histórica" articula a luta local com experiências internacionais de preservação em sistemas metroviários da Argélia, Áustria e França, reforçada pela curadoria visual apresentada no carrossel, cujas imagens operam como evidência material das possibilidades de integração entre desenvolvimento urbano e preservação patrimonial. Mostrar imagens das estações Monastiraki (Atenas), Alcázar Genil (Granada) e Stephansplatz (Viena) desestabiliza argumentos de inviabilidade técnica ou econômica, frequentemente mobilizados para justificar o apagamento histórico. A inclusão da fotografia do sítio arqueológico do Saracura junto às imagens internacionais produz um efeito de equivalência, além de equiparar os vestígios encontrados no Bixiga como valor patrimonial àqueles que seriam preservados em contextos europeus.

Tal estratégia legitima a necessidade de um olhar atento e respeitoso para esse espaço, demonstrando que a preservação patrimonial em obras metropolitanas não apenas é viável como se trata de prática recorrente em diversos contextos globais. Como ressalta Santos,

devemos olhar esses espaços como portos seguros, onde indivíduos negros conectam-se em busca de segurança, acolhimento, solidariedade e força, a fim de que a luta contra as amarras racistas de silenciamento, invisibilidade e submissão prossigam" (2019, p. 90).

A postagem reúne 459 curtidas, 14 comentários e 108 compartilhamentos – até a última data de coleta de dados. O engajamento sugere um consenso ou coesão narrativa, o que potencializa o post como instrumento de convergência política, funcionando como ferramenta de circulação social e de pressão política (JENKINS, 2009).

Além disso, a postagem demonstra como atores não-humanos, no caso as fotografias, os dados técnicos e as comparações internacionais, articulam as percepções da disputa pelo território do Quilombo Saracura.

Logo, exemplifica também as estratégias de comunicação urbana discutidas por Caiafa (2017), demonstrando como coletivos periféricos utilizam plataformas digitais para disputar sentidos sobre desenvolvimento urbano e memória coletiva, sendo uma articulação entre denúncia local e legitimação, configurando uma narrativa contra-hegemônica que desafia tanto o apagamento histórico quanto as hierarquias culturais, influentes sobre as políticas urbanas.

Assim, a postagem representa um momento de síntese na trajetória comunicacional do Coletivo Saracura Vai-Vai, articulando diagnóstico estrutural (racismo), proposta concreta (preservação integrada), legitimação técnica (exemplos internacionais) e mobilização social (engajamento digital).

A argumentação e a visualidade evidenciam um movimento estratégico, que consegue simultaneamente educar, apresentando alternativas técnicas, denunciar o racismo estrutural e mobilizar a partir da taxa de compartilhamentos engajando o público nas lutas por direito à cidade e justiça racial no contexto urbano paulistano.

A quarta postagem analisada é de 26 de junho de 2022, marcando simbolicamente o início da mobilização pública do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai:



Figura 27 – printscreen da postagem de 26/06/2022

A legenda configura-se como uma convocatória ao primeiro ato em defesa do sítio arqueológico Saracura:

Todas, todos e todes em ritmo de "esquenta" para nosso primeiro ato em defesa do sítio Saracura. Vai ter tambor, vai ter axé, vai ser ecumênico, vai ter crianças e pessoas mais velhas com dignidade e respeito. Vai ter segurança sanitária. Venha e traga sua família. Preservar a nossa história é preservar o nosso futuro! Queremos o metrô no nosso bairro, mas não deixaremos a história do Saracura, do Bixiga e do povo negro ser apagada. Por isso, é necessário que as obras do metrô parem até que sejam formalizados: - a manutenção dos achados no bairro com um projeto educacional para nossas crianças e jovens; - a construção de um memorial ao Quilombo do Saracura no local; - que a futura estação será batizada como Saracura/Vai-Vai. Esperamos vocês lá! (@estacaosaracuravaivai, 2022)

Ao mobilizar expressões como “vai ter tambor, vai ter axé, vai ser ecumênico”, atribui potência afetiva e política à linguagem (BRAGA, 2018), promovendo uma “mobilização sensível” que converte o convite em experiência de acolhimento, pertencimento e diversidade religiosa.

Esse evento inaugural foi motivado pela descoberta de vestígios arqueológicos do Quilombo Saracura sob a antiga quadra da Escola de Samba Vai-Vai, durante as

obras da Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo. A demolição da quadra da Vai-Vai em 2021, uma referência da cultura negra, foi um catalisador para a criação do Coletivo, pois os moradores a interpretaram como um ato de racismo e apagamento simbólico e físico da memória negra. O sítio arqueológico, localizado entre as ruas Dr. Lourenço Granato e Manoel Dutra e a Praça Quatorze Bis, inicialmente foi descrito como tendo apenas materiais típicos de descarte de objetos utilitários do início do século XX.

A postagem explicita os objetivos da mobilização e as reivindicações do Coletivo, convocando a comunidade para uma defesa ativa de sua memória coletiva e seu direito à cidade (SANTOS, 1993; LEFEBVRE, 2014), buscando uma reparação histórica e a garantia do direito à memória e à permanência:

1. Paralisação das Obras do Metrô: o coletivo não se opôs à expansão do transporte público, mas exigiu a garantia de que o desenvolvimento respeitasse e valorizasse as identidades e memórias;

2. Manutenção e Projeto Educacional dos Achados: o coletivo defende a manutenção dos achados no bairro com um projeto educacional para as novas gerações, perpetuando assim a memória local;

3. Construção de um Memorial: uma das principais exigências é a construção de um memorial ao Quilombo do Saracura no local, a fim de abrigar uma exposição permanente dos achados arqueológicos;

4. Renomeação da Estação de Metrô: a demanda central é que a futura estação seja "batizada como Saracura/Vai-Vai". Embora o governo do Estado tenha alterado o nome para "14 Bis-Saracura" em junho de 2024, o Coletivo considerou a medida insuficiente por omitir a Escola de Samba Vai-Vai, que nasceu ali e continuou o legado do Quilombo.

O slogan "Preservar a nossa história é preservar o nosso futuro!" conecta diretamente a valorização do passado com a construção de um futuro mais justo para a comunidade negra, que traz na imagem o símbolo do Sankofa, com o texto: "Nosso chão nossa história! PRESERVAR SÍTIO ARQUEOLÓGICO SARACURA. METRÔ SEM DESTRUIÇÃO DA NOSSA HISTÓRIA. Saracura/Vai-Vai. ENTRADA DO CANTEIRO EM FTE À PÇA 14 BIS. Ato 2/7 às 10h".

Essa postagem vai além de um mero anúncio de evento; trata-se de um documento significativo que sintetiza as principais reivindicações, a estratégia comunicacional e a dimensão política do movimento. Além de ter ressonância com o conceito de salvaguarda do patrimônio imaterial defendido pela Convenção da UNESCO (2003), ao buscar não apenas preservar vestígios físicos, mas proteger e transmitir saberes, práticas e memórias historicamente ameaçadas pela lógica de urbanização excludente e apagamento institucional.

Além disso, a ação do coletivo na rua e na rede estabeleceram bases para uma mobilização contínua que, por meio de ações jurídicas, campanhas de comunicação, participação em audiências públicas e articulação com outros movimentos, têm avançado na garantia da proteção do patrimônio e da inclusão efetiva da população negra nas decisões sobre o futuro da cidade.

A postagem de 26/06/2022, embora apresente métricas de engajamento de 434 curtidas e 6 comentários e nenhum compartilhamento, foi um momento importante para catalisar a luta do coletivo, consolidando a estratégia de resistência e denúncia na rua e na rede digital.

As hashtags utilizadas, como #quilombo, #QuilomboSaracuraVive, #BixigaNegro, #negrosim, #EstaçãoSaracuraVaiVai, #NossoChãoNossaHistória, #Bixiga, funcionam como uma marca identitária e afirmação de pertencimento, conectando o passado quilombola ao presente das lutas urbanas diante das ameaças representadas pela urbanização excludente.

Conclui-se que o Instagram, mais do que uma simples vitrine informativa do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, consolida-se como uma arena estratégica na luta pela preservação do território e da memória negra no Bixiga, potencializando a circulação de afetos, a formação de alianças e a construção de narrativas contra hegemônicas. Dessa forma, a plataforma evidencia seu papel como espaço híbrido de resistência cultural e política, articulando o virtual e o físico na disputa pelo reconhecimento e pela justiça urbana.

As análises das postagens demonstram também que o ativismo digital do coletivo une práticas comunicacionais, estratégias visuais e argumentações políticas, evidenciando como a disputa pelo direito à cidade se dá simultaneamente no espaço

físico e no digital, reafirmando a importância da memória, identidade e permanência no território frente às dinâmicas econômicas e institucionais excludentes.

3.2. Análise da categoria Ativismo e memória afro-brasileira: Estratégias de Comunicação e Memória do Instagram do Coletivo

Neste subcapítulo, assim como no item 3.1, serão analisadas quatro postagens da categoria “ativismo e memória afro-brasileira”. O objetivo desta análise é refletir sobre as estratégias comunicacionais do Coletivo, considerando o capital cultural e a memória histórica afro-brasileiros no ativismo digital, bem como a forma que as postagens podem funcionar como ferramentas de educação política, disputa simbólica e construção de narrativas que conectam a rua e a rede.

Para analisar as postagens do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai na categoria "Ativismo e Memória Afro-Brasileira", utilizou-se uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo digital, com suporte em métricas descritivas de engajamento. O período de coleta de dados abrangeu de junho de 2022 a maio de 2025, com o registro individualizado de cada postagem, incluindo imagens, legendas, hashtags e métricas de engajamento (curtidas, comentários e compartilhamentos).

Para a definição desta categoria temática, utilizamos como critérios de identificação: vocabulário relacionado à ancestralidade, tradição e resistência cultural; imagens de manifestações culturais, fotografias históricas e achados arqueológicos; uso de hashtags como #SaracuraVive, #MemóriaNegra e #BixigaNegro; e referências a datas comemorativas do movimento negro.

A partir desses critérios, separamos postagens que evidenciam diferentes dimensões do ativismo da memória afro-brasileira, tais como:

- a. A valorização cultural, com celebração de manifestações artísticas, musicais e religiosas afro-brasileiras;
- b. A memória quilombola, por meio de postagens de resgate histórico de pesquisas do Quilombo Saracura e suas práticas comunitárias;
- c. Rodas de samba, documentando eventos culturais que atualizam tradições ancestrais;
- d. Figuras históricas, com homenagens a personalidades negras do Bixiga.

Neste momento da análise, observa-se que o Instagram do coletivo @estacaosaracuravaivai também atua como um arquivo vivo de suas lutas e conquistas, especialmente no que se refere ao conteúdo de “Memória”. Esse registro digital contribui para a preservação histórica e oferece subsídios para futuros esforços de mobilização, enfatizando o papel multifacetado da plataforma.

Fica evidente, ainda, que este perfil do Instagram opera como uma forma de “ciberquilombismo” (FRANCO, 2022), pois como Franco reitera:

O quilombismo traz essa proposta de resgate da memória negra, dessa conexão com as nossas histórias, por ter o propósito, inspirado no pan-africanismo, da centralidade do negro, da afrocentricidade, a oposição do que nos foi imposto nestas terras, desde o sequestro dos ancestrais, e com pouca alteração até os dias de hoje. (2022, p.56)

Assim, na medida em que a plataforma se transforma em um “quilombo digital” (Dos Santos, 2019) voltado à luta política contra o apagamento sistemático, acaba que o perfil do Instagram do Coletivo materializa o que Dos Santos descreve como:

novos territórios de sentido, [...] servindo como uma dimensão dialógica entre as relações livres, coletivas e solidárias entre populações negras da diáspora e o sistema econômico vigente. [...] pode-se pensar na aproximação do conceito com a ideia de comunidade, como possibilidade de partilha e troca, como comunidade de sentido para além dos territórios e das instituições [...] utilizaremos características próprias à comunidade, elencados por Paiva (2003): solidariedade, identificação, união, altruísmo e integração - para mostrarmos como os negros transportara, até o espaço online, tornando esse espaço ambiência de resistência cultural, de empoderamento e de ativismo. (2019, p.78-79)

Portanto, essa perspectiva permite compreender o perfil do coletivo não apenas como um repositório de informações ou memórias, mas como uma verdadeira ambiência de resistência cultural e política, em que práticas de empoderamento e ativismo se manifestam e se atualizam.

Nesse sentido, o perfil do Instagram do Coletivo evidencia-se como alternativa contra-hegemônica à lógica dominante do sistema econômico vigente, funcionando como espaço de produção de sentido, de fortalecimento identitário e de mobilização política. A plataforma, ao ser apropriada pelos coletivos negros, deixa de ser apenas

um dispositivo tecnológico e passa a atuar como um quilombo digital, um território simbólico e afetivo de enfrentamento ao apagamento sistemático da memória negra.

A fim de aprofundar a compreensão das estratégias comunicacionais do Coletivo, é necessário, primeiramente, situar os conceitos de ativismo, memória afro-brasileira e coletividade, para então avançar na descrição da metodologia utilizada na análise das postagens.

O ativismo pode ser compreendido como um conjunto de ações e práticas desenvolvidas por indivíduos ou grupos sociais com o objetivo de, conforme Dos Santos (2019), lutar pela redução do poder hegemônico e pela ampliação da representatividade nos espaços de decisão. Historicamente, indivíduos e coletivos marginalizados sempre se uniram na defesa de seus direitos e na contestação de estruturas autoritárias.

Além disso, Dos Santos (2019) destaca que o ativismo se consolidou no período de ascensão da internet, nos anos 2000, à medida que coletivos sociais, caracterizados pela ausência de liderança centralizada e pela renovação das formas de militância, passaram a promover eventos, palestras e passeatas em espaços públicos. Dessa maneira, as práticas ativistas passaram a retroalimentar a rua e a rede, em consonância com a perspectiva da Teoria Ator-Rede de Latour (2012).

Assim, permitiu-se que novas vozes ativistas pudessem promover, resistir ou transformar determinadas realidades sociais, políticas, econômicas ou culturais.

No cenário contemporâneo, as mídias digitais, como o Instagram, emergiram como espaços discursivos e de embates ideológicos, sendo ocupadas por movimentos sociais para o que se denomina "ativismo digital".

No contexto do Coletivo Saracura Vai-Vai, o ativismo se manifesta como prática de resistência e ressignificação do espaço urbano e da memória coletiva. A plataforma digital é utilizada tanto para denunciar processos de apagamento histórico e disputas territoriais quanto para construir uma narrativa própria sobre o território, mobilizando a comunidade e ampliando sua voz diante das estruturas de poder que tentam silenciá-la.

Nesse sentido, a atuação do coletivo dialoga com a definição de von Bülow (2022), segundo a qual o ativismo digital corresponde a práticas de indivíduos ou coletivos que, por meio da apropriação ou transformação de tecnologias digitais,

avançam causas contenciosas e exercem agência política na interface com infraestruturas como algoritmos e plataformas digitais.

De acordo com Rolnik (2007), a presença negra nas cidades brasileiras, mesmo diante de intensas violações e marginalização, resultou na criação de espaços de convivência e organização marcados por um “devir negro” fundamentado na afirmação identitária, na solidariedade e na autopreservação coletiva. A necessidade de ativismo em torno da memória afro-brasileira surge do histórico "racismo estrutural" e da "ideologia do branqueamento", que sistematicamente tentaram anular ou subalternizar as contribuições das populações negras na formação da sociedade brasileira. A memória afro-brasileira abrange o conjunto de histórias, saberes, fazeres, tradições, manifestações culturais e identidades das populações negras no Brasil, desde o período da escravidão até a contemporaneidade.

A memória afro-brasileira pode ser entendida como o conjunto de elementos construídos por africanos e seus descendentes na formação social e cultural do Brasil, conforme o IPHAN (2013):

As memórias constituem a nossa capacidade de perceber e reunir experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar. Elas são essenciais a um grupo porque estão atreladas à construção de sua identidade. São o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de continuidade e de experiência, isto é, de identidade.

Essa memória, sistematicamente apagada, marginalizada ou subalternizada (Almeida, 2019; Silva, 2016) pelas narrativas oficiais e eurocêtricas, é fundamental para a reconstrução da identidade nacional e para o reconhecimento do papel da população negra na produção cultural, econômica e territorial do país.

No caso do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, o ativismo desempenha um papel central no resgate e na valorização da memória afro-brasileira, na medida em que confronta políticas de apagamento, o racismo estrutural e os mecanismos de exclusão simbólica. Assim, o ativismo por memória não se restringe à celebração do passado, mas reivindica o direito ao futuro, ao problematizar desigualdades históricas e ao afirmar-se como instrumento fundamental para a reparação histórica, a luta por direitos e a construção de uma sociedade plural e democrática.

Conforme Avelar,

Yudice também explica que compreender a cultura como campo de luta e disputa (Gramsci, 1971), em nossos tempos faz com que reivindicações da diferença e da cultura sejam convenientes à medida que são possibilidades de outorgar visibilidade e cidadanias culturais a um grupo ou comunidade. Além da perspectiva do uso da cultura como recurso, a defesa do legado do quilombo também pode ser percebida pela perspectiva das teorias das identidades –sempre dinâmicas e performativas (Hall, 2003)– articulada à resistência contra o apagamento das histórias do povo preto e suas lutas antirracistas ao longo do tempo. (2023, p. 64)

A reflexão de Avelar (2023) pode ser diretamente associada às práticas comunicacionais do Coletivo Saracura Vai-Vai em seu perfil no Instagram. A plataforma se torna um espaço privilegiado para a disputa cultural e simbólica, pois as postagens funcionam como instrumentos de visibilização e de reivindicação da diferença, outorgando cidadania cultural à comunidade negra do Bixiga. Assim, a memória quilombola é acionada não apenas como preservação histórica, mas como recurso político que reivindica presença e direito à cidade.

Nesse processo, a dimensão identitária ressaltada por Hall (2003) também se evidencia, já que as postagens atualizam, performam e reconfiguram identidades negras de forma dinâmica, tensionando o apagamento histórico e reinscrevendo narrativas contra-hegemônicas no espaço digital.

Dessa maneira, o Instagram do Coletivo opera como arena de resistência, em que a cultura é, simultaneamente, memória e luta, e em que o legado quilombola se projeta como parte da disputa contemporânea por reconhecimento e justiça urbana sendo uma força política em sua capacidade de articular diferenças, potencializar lutas e criar repertórios novos de participação, resistência e mobilização.

Em vista disso, inicia-se a análise da primeira postagem selecionada, datada de 23 de abril de 2025:



Figura 28 - Post “Feijão de Ogum” - 23/04/2025

No conteúdo textual/ Legenda:

Nossa luta está avançando e tem direção. O reconhecimento oficial do Sítio Arqueológico do Quilombo do Saracura, de que ali funcionou um antigo espaço de práticas de religiões de matriz africana, a mudança (ainda incompleta) do nome da estação - de 14Bis para 14 Bis-Saracura, e que ainda reivindicamos que seja Saracura/Vai-Vai - são conquistas importantes da comunidade. Ainda há um caminho longo pela frente, para garantir a preservação efetiva, a musealização adequada e a educação patrimonial permanente para que nosso povo conheça e reconheça sua história. Mas em meio à caminhada, é momento de celebrar o senhor daquele terreiro, que junto com Exu, a quem aquele solo também é consagrado, tem nos guiado. @estacaosaracuravaivai, 2025

Dia 23 de abril é dia de Ogum, mensageiro da paz e cavaleiro das batalhas vitoriosas. Por isso, no próximo sábado, dia 26, vamos resgatar a tradição do Feijão de Ogum para celebrar com o bairro. Será um ajeum coletivo com muito axé!

@estacaosaracuravaivai, 2025

Sem uso de hashtags, com 1248 curtidas, 22 comentários e 340 compartilhamentos. A postagem de 23/04/2025, intitulada “Feijão de Ogum”, pode se

destacar como uma estratégia de ativismo cultural e memória afro-brasileira, pois o conteúdo textual celebra conquistas parciais do movimento, como o reconhecimento oficial do Sítio Arqueológico do Quilombo Saracura e a mudança - ainda em disputa - do nome da estação para “14 Bis-Saracura”.

Além de promover o pertencimento coletivo comemorando as reivindicações institucionais, mas na vivência de tradições, afetos e ancestralidade, pois ilustra a contínua progressão da luta do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai pela memória afro-brasileira no Bixiga.

O convite ao “Feijão de Ogum”, rito afro-brasileiro de partilha e celebração religiosa, confere à postagem uma dimensão de performatividade identitária (Hall, 2003) e de mobilização sensível, transformando o território em terreiro simbólico de resistência, sendo uma estratégia de ativismo cultural que mobiliza a ancestralidade e a espiritualidade como armas contra o apagamento histórico. Ao destacar Ogum, entidade associada à religiosidade de matriz africana ligada à luta e à justiça, o Coletivo articula religiosidade, política e territorialidade.

O engajamento de 1248 curtidas, 22 comentários e 340 compartilhamentos evidencia a ressonância pública dessa comunicação afrocentrada e reafirma o Instagram como “arquivo afetivo digital” (Leaver; Highfield; Abidin, 2020), no qual práticas culturais e rituais se tornam estratégias discursivas de reconhecimento identitário, coesão comunitária e mobilização política (Castells, 2015).

A postagem evidencia como o ativismo digital, articulado às mobilizações presenciais, pode gerar resultados concretos na preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro. Ao mesmo tempo, ressalta que a luta do coletivo permanece, cobrando a preservação efetiva dos artefatos arqueológicos, a musealização adequada e a implementação contínua de políticas de educação patrimonial.

A segunda postagem a ser analisada é uma postagem feita no formato reel em parceria com o jornal guia negro, e que reflete sobre a destinação dos 40 mil artefatos arqueológicos encontrados:



Figura 29 - Post em vídeo do dia 30/10/2024 em parceria com o jornal guia negro

Na legenda, o conteúdo textual, também disponível nas falas do vídeo:

Quando a Linha 6-Laranja do metrô começou a ser construída desapropriou a escola de samba Vai Vai para erguer na sua antiga sede a estação 14 Bis. O que o governo do estado e a Aciona, empresa que administra a obra, não imaginavam é que encontrariam ali um sítio arqueológico com mais de 40 mil peças remanescentes do Quilombo da Saracura que ali funcionou. São conchas, artefatos religiosos, louças, sapatos, entre outros. Não dá para mexer em fundamentos dos orixás sem eles virem a tona, não é mesmo? O que os movimentos pedem agora é que a estação tenha o nome de Saracura VAI-VAI, seja um museu e que a Aciona promova educação patrimonial para mais gente conhecer essa história. Viva a história da Saracura VaiVai. Viva o afroturismo! @estacaosaracuravaivai, 2024

Com as hashtags #saracura #vaivai #bixiga #linhauni #linhalaranja #saopaulo #metro #afroturismo #guianegro e um engajamento relevante de 4048 curtidas, 157 comentários e 1223 compartilhamentos, a postagem em vídeo de 30 de outubro de 2024, realizada em parceria com o Jornal Guia Negro, citando a desapropriação da escola de samba Vai-Vai para a construção da estação do metrô 14 Bis, contextualizada pela descoberta arqueológica de mais de 40 mil peças vinculadas ao Quilombo da Saracura. O engajamento desta postagem evidencia a eficácia da estratégia comunicacional que mobiliza afetos, política, memória e denúncia.

Conforme Bastos (2024): “o sítio arqueológico Saracura/Vai-Vai é uma das descobertas arqueológicas mais relevantes sobre o passado da população negra de São Paulo” (p. 84). O post revela a riqueza do sítio arqueológico que inclui além de objetos diversos, artefatos religiosos fundamentais para as tradições dos orixás.

A reivindicação para que a estação receba o nome Saracura Vai-Vai e se transforme em um museu reflete a demanda por reparação simbólica e educação patrimonial, fortalecendo o lugar da memória afro-brasileira no cenário público e cultural, conforme reitera Bastos,

“A incorporação social, cultural, histórica e ambiental da iniciativa da construção da estação Catorze Bis do metrô poderá promover ainda a apropriação desses significados do quilombo Saracura e da escola de samba Vai-Vai ao nomeá-la. Nesse sentido, evidenciamos a proposta da comunidade para que o nome da estação do metrô venha a ser Saracura/Vai-Vai, como forma de reparação simbólica.” (2024, p.95)

Essa articulação evidencia um ativismo que combina dimensão afetiva, cultural e política, resgatando a história do Quilombo como parte integrante da identidade local e da resistência urbana.

O elevado engajamento — 4048 curtidas, 157 comentários e 1223 compartilhamentos —, amplificando o alcance e mobilizando sentimentos de pertencimento e solidariedade, sobretudo por meio da hashtag #afroturismo, que insere a luta em uma perspectiva de valorização econômica e cultural do legado negro (Castells, 2015; Leaver et al., 2020). Assim, o post atua como instrumento coletivo de resistência, educação e disputa na cena contemporânea da construção do espaço público urbano.

A postagem em vídeo realizada em 30 de outubro de 2024, fruto de uma parceria estratégica com o Jornal Guia Negro, constitui um potente enunciado crítico e simbólico ao denunciar a ameaça da desapropriação da escola de samba Vai Vai pela construção da estação do metrô 14 Bis, situada num locus carregado de significados para a memória urbana negra em São Paulo. Essa articulação comunica, com densidade semiótica e político-cultural, a descoberta arqueológica de mais de 40 mil peças correlacionadas ao Quilombo da Saracura, revelando um rico sítio material que se entrelaça com práticas religiosas fundamentais, como as tradições dos orixás, denunciando a indissociabilidade entre patrimônio material e imaterial, intimamente

ligados à luta pela visibilidade e pelo reconhecimento da cultura negra no espaço urbano (Munanga, 2004; Hall, 2003).

A convocatória para que a estação incorpore o nome "Saracura Vai Vai" e se constitua em um museu simboliza uma demanda por reparação simbólica e educação patrimonial crítica. Tal proposta é um resgate identitário estratégico, inserido no campo da memória cultural afro-brasileira que, através de uma narrativa ativista, reafirma a história do Quilombo da Saracura como componente crucial da identidade local e resistência urbana. A articulação dessas dimensões — afetiva, cultural e política — reverbera nas reflexões sobre a produção de sentidos em torno do lugar, semelhante ao conceito de atores-rede de Bruno Latour, em que humanos, objetos arqueológicos, práticas religiosas e espaços sociais interagem como agentes coletivos na construção e disputa do significado urbano (Braga, 2018; Almeida, 2019).

De acordo com a teoria ator-rede de Latour (2012), a postagem articula uma rede heterogênea de atores humanos e não humanos, como o coletivo, os participantes do vídeo, a escola de samba, os artefatos arqueológicos, as tradições religiosas, o bairro do Bixiga e os usuários da rede social, que, por meio das práticas comunicativas digitais, produzem narrativas de memórias ressignificadas, reivindicações reparatórias e afirmação de pertencimento, expandindo o campo de visibilidade para além do material e do imaterial tradicionais.

Portanto, a postagem em questão constitui uma operação comunicativa complexa e multifacetada que, apoiada nos princípios da comunicação urbana ativista e na abordagem da teoria ator-rede, consolida uma narrativa que articula a dimensão histórica do patrimônio material e imaterial negro com a disputa simbólica contemporânea pela preservação, reconhecimento e educação patrimonial em uma metrópole marcada por tensões sociais, raciais e espaciais.

A terceira postagem a ser analisada é datada de 18 de agosto de 2023, num formato carrossel, que são imagens sequenciadas, no caso, foram dez imagens sequenciadas:



Figura 30 - Post Carrossel de 18/08/2023

Na legenda textual, observa-se que os dizeres:

O reconhecimento, neste dia 17, do território sagrado coloca em outro patamar o debate sobre a dispensa do licenciamento da obra. As responsabilidades pela destruição do sagrado serão cobradas, já estão sendo. Participem da nossa atividade da #jornadadopatrimonio2023 neste sábado e do nosso ato. @estacaosaracuravaivai

As hashtags: #BixigaNegro #EstaçãoSaracuraVaiVai #NossoChãoNossaHistória #nossospassosvêmdelonge #religiosidade #quilombo #Bixiga #vaivai #Saracura #QuilomboSaracuraVive e o engajamento de 572 curtidas, 2 comentários e 146 compartilhamentos.

No conteúdo das imagens sequenciadas, estão os dizeres:

1)SARACURA VAI-VAI / NOVOS ACHADOS RELIGIOSOS REFORÇAM A NECESSIDADE DE REVISÃO URGENTE DO LICENCIAMENTO DA LINHA 6-LARANJA

2)IPHAN RECONHECE: “PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM ANDAMENTO ATESTARAM QUE NESSA REGIÃO, HOVE A CONSAGRAÇÃO DE UM ESPAÇO SAGRADO DE RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA, HAVENDO A NECESSIDADE DO CONVITE E PERMISSÃO DA REALIZAÇÃO DE RITUAIS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS, NA AREA DO CANTEIRO DAS OBRAS”

3)A PERÍCIA DO MPF JÁ TINHA ORIENTADO: “A REAVALIAÇÃO/REVISÃO CONCLUSIVA PELO IPHAN QUANTO À TRAMITAÇÃO DO PROCEDIMENTO VINCULADO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL É IMPRESCINDÍVEL PARA QUE SEJAM CONSIDERADAS AS RESPONSABILIDADES DEVIDAS PARA A PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, NOTADAMENTE PORQUE NÃO PODE NEGLIGENCIAR SUA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO PARA QUE SEJAM EFETIVADOS

4)NESSE PROCEDIMENTO, A MITIGAÇÃO DOS DANOS EVENTUAIS E A EXECUÇÃO DE PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. ESSA REAVALIAÇÃO IMPORTA NÃO SOMENTE AO SÍTIO SARACURA/VAI-VAI, MAS TAMBÉM OS DEMAIS SÍTIOS JÁ CADASTRADOS E OS QUE AINDA PODEM VIR A SER RECONHECIDOS.” / O QUE FALTA PARA O IPHAN FAZER O QUE DEVE SER FEITO?

5)MEXER COM O SAGRADO EXIGE RESPONSABILIDADE, RESPEITO à LEGISLAÇÃO DOS HOMENS E PREPARAÇÃO PARA AS CONSEQUÊNCIAS DE VILIPÊNDIO.

6)É PRECISO PARAR A MOVIMENTAÇÃO DE MAQUINÁRIO PESADO ATÉ QUE O CONJUNTO DO SÍTIO SEJA ESTUDADO COM O RIGOR NECESSÁRIO, SOB OS RISCOS DE DESTRUIÇÃO DE UM DOS ASPECTOS MAIS IMPORTANTES DO QUILOMBO: SEU VÍNCULO ANCESTRAL! / PELA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DA COMUNIDADE NEGRA DO BIXIGA

7)NÓS, MOVIMENTO SARACURA VAI-VAI, REFORÇAMOS NOSSO COMPROMISSO COM A LUTA QUE TEMOS TRAVADO DESDE JUNHO DE 2022: NÃO SOMOS CONTRA O METRÔ, MAS ELE NÃO PODE PASSAR POR CIMA DA MEMÓRIA E DO FUTURO NEGRO NO BIXIGA.

8)SEGUIMOS NA LUTA PELA MUDANÇA DO NOME DA ESTAÇÃO DE 14-BIS PARA SARACURA VAI-VAI; PELA PRESERVAÇÃO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS NA REGIÃO; PELA CRIAÇÃO DE UM MEMORIAL NO LOCAL; PELA PERMANÊNCIA DO VAI-VAI E DA POPULAÇÃO NEGRA NO BIXIGA.

9)REVISA O LICENCIAMENTO, IPHAN! PELA HISTÓRIA NEGRA DO BIXIGA! PELA MEMÓRIA E PELA GARANTIA DO FUTURO! EM RESPEITO AO QUILOMBO DO SARACURA!

10) E na última imagem do carrossel, o documento emitido pelo Iphan com a permissão da entrada de autoridade religiosa para rito sacro no local do quilombo, área agora da construção do metrô.

Na legenda deste post, o Coletivo relata e denuncia o andamento e o impacto da construção da Linha 6-Laranja sobre o território do Quilombo Saracura e das relata e apresenta as pautas centrais do movimento como a reivindicação com medidas concretas sobre a preservação dos vestígios arqueológicos, criação de memorial, o nome da estação também lembrar do Vai-Vai e da população negra no Bixiga, configurando o perfil no Instagram como uma arena de disputa simbólica e política, em que a memória quilombola é acionada como instrumento de resistência urbana e de afirmação identitária.

Esse post em carrossel de 2023 destaca o reconhecimento, pelo IPHAN, da existência de um território sagrado de religiosidade de matriz africana na área do Quilombo Saracura, situada no canteiro de obras da Linha 6-Laranja do metrô no Bixiga. Esse reconhecimento é significativo, pois valida oficialmente a presença de um espaço de culto afro-brasileiro, estabelecendo que a realização de rituais nesse local requer convite e permissão.

Ao associar essa validação institucional à necessidade de revisão do licenciamento da obra, o Coletivo reforça a gravidade da situação frente à mais um possível apagamento da história negra em São Paulo e convoca a comunidade para atividades de mobilização política. As imagens do post incluem laudos técnicos do Ministério Público Federal e do próprio IPHAN, que atestam a urgência de reavaliar o processo de licenciamento, garantindo a preservação do patrimônio arqueológico, a mitigação de danos e a implementação de projetos de educação patrimonial.

A implicação desse reconhecimento é clara, pois no relato o IPHAN sugere que há necessidade do convite e permissão da realização de rituais que se fizerem necessários, na área do canteiro das obras. Isso eleva o status do sítio arqueológico, que não é apenas um local de vestígios materiais, mas um território com um vínculo ancestral e religioso. A arqueologia revelou objetos de uso cotidiano e também religiosos, incluindo conchas, cachimbos, ferraduras e até esculturas que remetem ao orixá Exu, anteriores à fundação da Vai-Vai no local, reforçando a profundidade histórica e religiosa do sítio arqueológico.

O Coletivo Saracura Vai-Vai enfatiza a necessidade urgente de revisão do licenciamento da obra, cobrando responsabilidades por eventuais destruições do sagrado. Reforçando, que na época o maquinário pesado deveria ser paralisado até que o sítio arqueológico fosse estudado com mais rigor para que se preservasse um dos aspectos mais importantes do quilombo: seu vínculo ancestral.

O movimento seguiu e segue na luta para que o nome da estação mude de "14-Bis" para "Saracura Vai-Vai" - posterior à data deste post, o nome da estação passou a ser 14Bis-Saracura, o que ainda não é completamente aceito pelo Coletivo- pela preservação dos vestígios arqueológicos, criação de um memorial no local, e pela permanência da população negra e da escola de samba Vai-Vai no Bixiga, com o novo local prometido.

Observando este post, fica claro o quanto o Coletivo aciona a memória negra do território para a disputa do espaço e da justiça histórica racial, buscando transformar a narrativa hegemônica que invisibilizou por tanto tempo a presença negra no bairro, promovendo claramente o conceito de "ciberquilombismo", que segundo Franco traz:

táticas de ciberativismo para o enfrentamento aos racismos que a sociedade nos apresenta, pois como já definido acima ele se constitui nos espaços de organização negra, no ambiente digital em rede de afirmação, de (re)existência, resistência, denúncia, articulações das demandas do povo negro. (2023, p.47)

Dessa forma, o post do Coletivo amplia o alcance da luta territorial para o ambiente online, onde a articulação de vozes, memórias e práticas de resistência produz narrativas contra hegemônicas e fortalece o pertencimento da comunidade negra, impactando de maneira efetiva sobre os rumos das políticas urbanas e culturais da cidade.

Seguimos adiante para a última postagem desta categoria temática, a qual marca o fechamento desta etapa de análise e evidencia aspectos centrais da atuação do coletivo.

O post é de julho de 2022, datando o início da mobilização do Coletivo. Na imagem apresentada, dois integrantes à frente do canteiro de obras da construção do metrô, segurando cartazes com a escrita "Estação Saracura Vai-Vai":

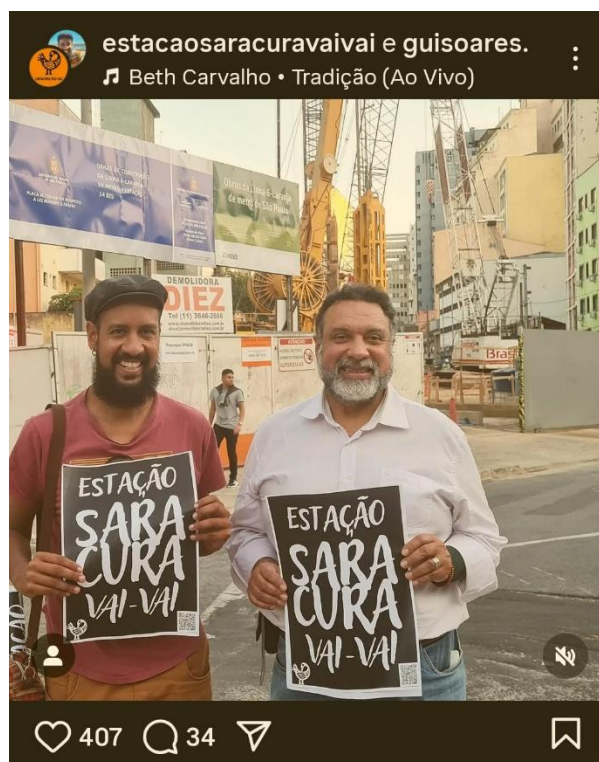


Figura 31 - Post de 06/07/2022

Na legenda, o conteúdo textual:

SE A HISTÓRIA NÃO MUDA, A GENTE MUDA A HISTÓRIA. Esse é o lugar que ficava a @vaivaioficial e que receberá uma estação da Linha 6-Laranja do Metrô. Aqui foram descobertos vestígios do Quilombo da Saracura, que existiu na região nos séculos 19 e 20. O @guianegro foi o primeiro a dar essa notícia e tenho participado dos movimentos para que a estação mude seu nome de 14 Bis para Saracura-Vai Vai, além de ter esses achados em sua estrutura, sendo um espaço museológico de referência que conte a história negra e que a Linha Uni, responsável pela obra e operação faça um programa de educação patrimonial no bairro São Paulo tem estações com nomes de marcas, que homenageiam marechais, homens brancos, mas nenhuma que lembra a história negra Essa vai ser a primeira e eles não conseguir fechar os olhos (mais uma vez) para a história negra. A Saracura está bem aqui e ela será pra sempre lembrada! Os arqueólogos @rossano_bastos (foto) e Marilia Calazans, que representam o movimento @estacaosaracuravaivai estiveram ontem na obra e atestaram que aquele é o quilombo. Rossano lembrou que a história é uma construção política. “Estamos disputando um território que é nosso” e complementou “Saracura é história de resistência. Não adianta não nos ouvir”. Ainda mais prazeroso do que contar histórias protagonizadas pelo povo negro, é vivenciar e fazer parte dessa história. E a gente tá mudando essa narrativa de Bixiga bairro italiano! Bixiga é território preto, nordestino, africano e também italiano (mas não só) Viva a Saracura! @estacaosaracuravaivai, 2022

Este post é crucial na articulação das principais bandeiras do movimento em defesa da memória negra no bairro do Bixiga, em São Paulo. A mensagem central do coletivo é enfática: "SE A HISTÓRIA NÃO MUDA, A GENTE MUDA A HISTÓRIA". Este post reflete a necessidade de reconhecimento e revalorização do território negro.

A partir da recuperação dos vestígios do Quilombo da Saracura, o Coletivo traz à tona a perspectiva de que o espaço urbano é permeado por camadas históricas muitas vezes soterradas pelo discurso dominante, que frequentemente associa bairros como o Bixiga exclusivamente à imigração italiana, mas recentes estudos contextualizam o bairro como local de múltiplos pertencimentos étnicos, incluindo negro, nordestino e italiano. (Pereira et al., 2024, AVELAR, 2023)

Ainda, é possível refletir, que a demolição da quadra da Escola de Samba Vai-Vai, que é uma referência da cultura negra e ocupou o chão do bairro por mais de 50 anos, e a tentativa de apagar a história do Quilombo Saracura são atos vistos como parte de um processo de "racismo estrutural" e "banimento racial" (Bastos, 2024). A jornalista e integrante do Coletivo, Luciana Araújo, aponta que a dinâmica de incentivo à migração italiana e a consequente invisibilização do Bixiga como bairro negro fazem parte do processo racista de embranquecimento e europeização.

Enquanto o bairro é tradicionalmente associado à imigração italiana, a fala da ativista e as ações do coletivo buscam mudar essa "narrativa de Bixiga bairro italiano! Bixiga é território preto, nordestino, africano e italiano (mas não só)", trazendo nesta perspectiva o desafio à visão hegemônica que, por muito tempo, suprimiu a participação negra na trajetória do bairro, que desconsidera os valores atribuídos aos negros.

Rossano Bastos reiterou no post que "a história é uma construção política" e que "Estamos disputando um território que é nosso. Saracura é história de resistência. Não adianta não nos ouvir", evidenciando o papel da luta ativista ao destacar que a memória não é neutra, mas sim resultado de disputas e escolhas sociais sobre o que deve ou não ser lembrado.

A postagem, com 408 curtidas, 34 comentários e sem compartilhamentos, utilizando hashtags como #saracura, #bixiga, #metro, #guianegro, #militancia e #historianegra, cumpriu o papel de reforçar identidade, memória e militância, contribuindo para a construção de uma narrativa crítica e fortalecendo a resistência

ao apagamento histórico do Bixiga. Segundo Levesque e Pons (2023), o engajamento no Instagram envolve dimensões cognitivas, afetivas e comportamentais, expressando interesse, identificação e laços emocionais dos seguidores, especialmente quando hashtags ativam sentidos de pertencimento e resistência identitária.

O uso dessas hashtags potencializa o alcance para públicos já engajados com pautas raciais, urbanas e políticas, maximizando a participação de segmentos sensibilizados para esses debates. No entanto, como sugerem Sanches e Ramos (2025), esse engajamento se manifesta principalmente em curtidas e comentários, que são formas de apoio e identificação direta, enquanto o compartilhamento, representa engajamento viral massivo, é mais raro em temas identitários, pois requer envolvimento profundo e nem sempre impulsiona difusão imediata.

Então, embora neste post específico não ter ocorrido compartilhamentos, o engajamento geral do Coletivo foi crescendo ao longo dos anos, desde o início da mobilização em 2022 até 2025, diversas publicações atingiram centenas de curtidas, comentários e compartilhamentos, demonstrando a força do "ciberativismo" como ferramenta de identificação e mobilização frente ao assunto da resistência e valorização da memória afro-brasileira.

Concluindo-se a partir da análise destas quatro postagens, o capítulo 3.2 evidencia que o perfil do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai no Instagram funciona como um arquivo digital e um verdadeiro "terreiro digital", no qual a memória coletiva do Quilombo Saracura é preservada, ressignificada e mobilizada como instrumento político contra o apagamento histórico no Bixiga.

À luz de Nora (1993), a plataforma atua como um lugar de memória contemporâneo, em que fotografias, vídeos e hashtags como #SaracuraVive e #MemóriaNegra funcionam como dispositivos de arquivamento, mapeamento e resgate, conectando histórias locais reconstruindo narrativa contra hegemônica. Sob a perspectiva da teoria ator-rede de Latour (2012), o Instagram além de ser um meio comunicativo, torna-se ator ativo que amplifica vozes, articula redes de solidariedade e contribui para a visibilização e valorização do patrimônio afro-brasileiro.

Além de fortalecer o repertório simbólico e a identidade coletiva, o ativismo digital do Coletivo se traduz em conquistas concretas, como a mudança parcial do

nome da estação para “14 Bis-Saracura” e o estudo e proteção do sítio arqueológico pelo IPHAN, demonstrando o potencial transformador das redes sociais na luta por reconhecimento e justiça histórica.

Entretanto, os desafios decorrentes pela disputa urbana em curso, evidenciam a necessidade de estratégias contínuas que assegurem a preservação dessas memórias. Nesse contexto, o perfil do Coletivo no Instagram amplia a luta pela memória negra no Bixiga para além do espaço físico, configurando-se como uma arena simbólica híbrida, na qual ruas e a rede social se entrelaçam na defesa da história, da cultura e da identidade afro-brasileira.

3.3. Análise da categoria Colaborações e redes: Dinâmicas de Ativismo e Articulação Social

Este subcapítulo analisa quatro postagens selecionadas da categoria “Colaborações e Redes”, com o objetivo de compreender como o Coletivo Estação Saracura Vai-Vai constrói e articula alianças, solidariedade e redes que fortalecem sua atuação política e comunitária, fundamentando-se na Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour (2012), que destaca como as redes sociais são, na verdade, redes sociotécnicas compostas por uma heterogeneidade de atores. Como afirma Avelar et al (2022): “O coletivo também incentiva, propõe e interage com outros coletivos, abordando sua causa e sua atuação, costurando e contribuindo para uma ampla rede com abordagens pontualmente ou frequentemente de pautas relacionadas.” (p.6).

Então, esta análise permite identificar as dinâmicas de engajamento do Coletivo, além, da cooperação entre diferentes atores humanos e não-humanos (como imagens, algoritmos e hashtags), conforme afirma Latour(2012): “partir das controvérsias sobre atores e atos, qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator” (p.108), e como esses elementos colaboram para enfrentar controvérsias urbanas, resistir à marginalização e promover a visibilidade da memória afro-brasileira e a justiça espacial no bairro do Bixiga.

Em suma, neste capítulo, a investigação visa investigar as redes digitais no perfil do Instagram do Coletivo mobilizadas como estratégias para a organização, mobilização e ampliação da luta social e cultural do coletivo, observando a circulação e as interações provisórias e mutáveis desses diversos atores.

Para aprofundar a compreensão desta categoria temática “Colaborações e Redes”, examinaremos as quatro postagens também à luz do conceito de ciberquilombo (FRANCO, 2022), entendido como a expressão contemporânea e digital do movimento de aquilombamento:

sinônimo do movimento digital de aquilombamento que acontece atualmente pulverizado nos diferentes espaços da internet, como potência da junção das pessoas pretas para tratar dos assuntos pertinentes ao ser e estar no mundo, resgatar e difundir a memória, as estratégias de resistência, os saberes, a organização e pautar demandas específicas que necessitam ser tratadas por uma sociedade que não convive com o povo afro-brasileiro com a decência que deveria. (p.47)

Para a definição da categoria temática de colaborações e redes, separamos postagens que utilizamos como critérios de identificação o vocabulário relacionado à parceria, colaboração e solidariedade, o uso de hashtags como #RedeDeApoio, #JuntosPelaCidade e postagens com marcações (@) de perfis de parceiros e colaboradores, são elementos-chave que delineiam o escopo da categoria.

Então, a partir desta delimitação, agrupamos as postagens que abrangem eventos realizados em parceria, postagens de campanhas colaborativas com ações conjuntas de mobilização, postagens de parcerias institucionais (com colaborações de movimentos sociais, universidades e instituições culturais) e também postagens com agentes culturais (mostrando reconhecimento de pesquisadores, artistas, músicos e educadores aliados), como destaca Avelar et al (2022):

“O coletivo através da sua atuação em rede, se utiliza das falas de acadêmicos em outras discussões e oportunidades disponíveis nas plataformas digitais, se apropriando e ressignificando os conteúdos para a questão central que os move.” (p.6)

Além disso, Avelar (2022) reforça que:

“Nestas interações em rede que se conectam e se retroalimentam, é comum identificarmos em uma postagem ou publicação curtidas, menções e compartilhamentos de outros agentes / moradores / interessados sobre assuntos relacionados; ou que nem sempre atuam ou militam diretamente sobre a causa, mas compõem e sustentam a tecitura da rede porque estão conectados e interligados ao território.” (AVELAR et al, 2022, p.6-7)

Ou seja, essas interações em rede evidenciam a importância das conexões simbólicas e colaborativas que fortalecem o Coletivo, ampliando o alcance das suas pautas e incorporando múltiplos atores que, mesmo sem militância direta, contribui para a

sustentação e expansão da luta pelo território e pela memória no Bixiga, assim como observa Avelar (2022):

“A criação das colaborações e alianças em rede (Butler, 2018) esboçadas – no sentido de estar em construção e processo dinâmico – pelo coletivo salienta a relevância e pertinência para as discussões e ações no território do Bixiga, que englobam direito à cidade, uso da cultura e das identidades como recurso para a construção de cidadanias e viabilização dos grupos subalternizados.” (p.7-8)

Observamos que os conteúdos publicados no perfil @estacaosaracuravaivai, separados nesta categoria temática, são um pilar estratégico para a compreensão de como o coletivo amplifica sua mensagem, fortalecendo a identidade afro-brasileira e resistindo ao apagamento histórico diante das transformações urbanas.

Percebemos também que todas as categorias temáticas aqui levantadas acabam que por se retroalimentam constantemente ao longo dos anos (2022 a 2025), e que especificamente a categoria 'Colaborações e Redes' serve como mecanismo prático para amplificar tanto as 'Disputas' (formando alianças para protestos ou campanhas) quanto o 'Ativismo/Memória' (associando-se para eventos culturais ou iniciativas educacionais).

As categorias temáticas evidenciam as associações, conforme proposto por Latour (2012), que ampliam o alcance e os recursos da mobilização coletiva. Como o autor enfatiza:

“posso agora declarar com mais precisão o objetivo dessa sociologia de associações: não existe sociedade, não existe domínio social nem existem vínculos sociais, mas existem traduções entre mediadores que podem gerar associações rastreáveis” (2012, p. 160).

Essa perspectiva convida, portanto, a focar nas conexões e traduções que constituem os atores e elementos envolvidos nas redes.

Além disso, Latour (2012) orienta a observar que, “frente a um objeto, atentem primeiro para as associações de que ele é feito e só depois examinem como aquele objeto renovou o repertório de laços sociais” (p. 334). Assim, ele ressalta que “a sociedade é a consequência, não a causa das associações” (p. 340), indicando que não é o social que explica as associações, mas, inversamente, são as associações que explicam o social. Essa visão sustenta a análise das categorias temáticas como momentos de tradução e articulação que produzem efeitos sociais e políticos no campo da mobilização urbana.

Neste cenário, então, começamos a análise das quatro postagens escolhidas através do cruzamento das informações citadas acima, iniciando com a postagem de 12 de abril de 2025, onde a arquiteta Raquel Rolnik, aliada ao Coletivo, faz um pronunciamento em formato de vídeo:



Figura 32 - Post de 12/02/2025 Vídeo em colaboração com Raquel Rolnik

No conteúdo textual da legenda:

URGENTE: O Patrimônio negro da cidade de São Paulo está ameaçado! O Iphan está sendo pressionado pelo Consórcio que está implantando a Linha 6-Laranja para autorizar a destruição do sítio arqueológico Saracura Vai-Vai e apagar a história do Quilombo do Saracura, no Bixiga.

O processo foi deslocado para Brasília, a Coordenação Nacional de Licenciamento já se manifestou a favor da demanda das empresas e vêm instando a Coordenação Nacional de Arqueologia a aceitar este encaminhamento.

Enquanto fazem a chantagem de ameaçar desistir da estação que já está atrasada 10 anos, alegando impossibilidades (por quê uma estação histórica é impossível?)

É hora de pressionar para GARANTIR A ESTAÇÃO HISTÓRICA SARACURA VAI-VAI! Um ganho para a cidade, o estado e o país. A primeira no Brasil nos moldes de mais de 10 que já existem no mundo.

@estacaosaracuravaivai, 2025

No conteúdo do vídeo, Raquel Rolnik diz:

Estação Histórica Saracura Vai-vai: um ganho para SP e o Brasil. Uma oportunidade incrível pra cidade de São Paulo no caminho da reparação de uma cidade historicamente racista, de reconhecer a presença negra, valorizar a presença negra na cidade, e afirmar que essa presença faz parte da sua história e mais do que isso, é uma presença contemporânea no Bixiga. É uma luta que vale a pena, vale a pena transformar inclusive infraestruturas como a do metrô não apenas em elementos de mobilidade, mas também em elementos de reparação histórica e construção de cidadania.

Possuindo o engajamento de 3394 curtidas, 118 comentários e 753 compartilhamentos com as hashtags #estacaohistorica #metrôcompreservação #bixiganegro #quilombo #quilombodosaracura

No vídeo, a presença de Raquel Rolnik, urbanista de reconhecida trajetória, confere legitimidade e autoridade ao debate, ao articular a luta pela estação histórica a uma pauta mais ampla de reparação social. Sua fala evidencia que a disputa não se limita à defesa de um patrimônio material, mas assume uma dimensão política e simbólica vinculada à reparação histórica e à afirmação da presença negra na memória e na contemporaneidade paulistana.

Assim, a estação projetada como marco histórico é apresentada como símbolo da possibilidade de ressignificação das infraestruturas urbanas, transformando-as em espaços de reconhecimento, cidadania e justiça histórica. A postagem, portanto, sublinha a urgência da salvaguarda do patrimônio negro da cidade de São Paulo, especialmente o sítio arqueológico Saracura Vai-Vai e o Quilombo do Saracura, na região do Bixiga. Essa análise evidencia uma estratégia comunicacional que articula denúncia, mobilização coletiva e a autoridade discursiva de uma especialista, fortalecendo a legitimidade e o alcance da causa.

A mensagem textual da legenda é marcada pela convocação da população para pressionar os órgãos públicos a fim de evitar a destruição do patrimônio ligado à história negra. O post ainda destaca o conflito entre interesses econômicos do Consórcio da Linha 6-Laranja e as entidades de proteção ao patrimônio, trazendo à tona a chantagem do Consórcio "ameaçar desistir da estação que já está atrasada 10 anos", questionando o por que a reivindicação do Coletivo está sendo considerada como impossível. O Coletivo e seus aliados contestam essa narrativa, argumentando que a preservação é não só possível, mas também um direito da população.

O engajamento expressivo de 3394 curtidas, 118 comentários e 753 compartilhamentos, demonstra a eficácia da mensagem em mobilizar a comunidade virtual em torno do tema, revelando a estratégia de associação em rede (Latour, 2012) pode promover frente às métricas de interação, mobilizando em torno das pautas do Coletivo, conforme Levesque e Pons (2023) através dos três pilares do sucesso de uma postagem, sendo o pilar cognitivo (interesse, atenção), o pilar emocional (intensidade afetiva, sentimentos) e pilar comportamental (contribuição via curtidas, comentários, compartilhamentos, e criação de novos conteúdos). Ou seja, a partir das métricas desta postagem, podemos perceber a importância das parcerias para promover novas associações (Latour, 2012), fortalecendo a rede de mobilização simbólica e política.

Seguimos a análise para a segunda postagem selecionada, do dia 01 de novembro de 2024:



Figura 33 - Post de 01/11/2024

Nesta quinta-feira (31 de outubro) tivemos uma vitória muito especial no Sítio Arqueológico. Com a presença de autoridades religiosas de nações diversas e pesquisadores, Dona Sandrinha do Vai-Vai, Jorginho Saracura e Thobias. Nossos agradecimentos à Iyá Jennifer de Xangô, à Mãe Solange d'Oyá, ao Obá José Mendes, aos Tata Kilonderu e Kamuanga, e suas casas, a Claudia Alexandre, Fabrício Forgages e Vagner Gonçalves por disponibilizarem seu tempo para verificar a religiosidade presente nos achados arqueológicos e por aceitarem compor a comissão de autoridades religiosas e cientistas que propomos que acompanhem a identificação do contexto religioso

daquele terreiro. Agradecemos também a todas as autoridades religiosas que somaram conosco até o momento. E também aos documentaristas @rubenscrispimjr e @thiago_fernandes_25 que produziram algumas das imagens maravilhosas acima.

#BixigaNegro #EstaçãoSaracuraVaiVai #NossoChãoNossaHistória
#nossospassosvêmdelonge #religiosidade #quilombo #Bixiga #vaivai
#Saracura #QuilomboSaracuraVive

Para analisar a postagem de 01/11/2024 e suas implicações, adota-se uma metodologia que articula a comunicação urbana (Caiafa, 2017) e a dinâmica entre rua e rede (Nobre et al, 2020), ressaltando como as mobilizações presenciais retroalimentam as práticas digitais. A ação realizada pelo Coletivo, registrada na postagem, exemplifica então, uma conquista concreta do Coletivo quanto ao direito à cidade (Harvey, 2005), na medida em que inscreve no espaço urbano a presença negra e suas reivindicações históricas.

Como destaca Harvey (2005), a criação do Estatuto da Cidade em 2001 “resultou da pressão dos movimentos sociais por uma reorganização do direito coletivo à cidade.” (p. 87), e nesse sentido, a manifestação do Coletivo Saracura Vai-Vai materializa essa luta, ao disputar não apenas o uso do território, mas também a narrativa sobre quem tem o poder de decidir os rumos da urbanização, assim como afirma o autor, “um passo na direção de unificar essas lutas é adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excedente” (p. 88).

A luta multifacetada é a própria potência do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai quando ao integrar autoridades religiosas, pesquisadores e a comunidade em uma vistoria focada na "religiosidade presente nos achados arqueológicos", o Coletivo reafirma a existência e importância do Quilombo Saracura, e também propõe uma nova forma de fazer patrimônio, que valoriza os saberes tradicionais e desafia o racismo estrutural no planejamento urbano. O uso estratégico das redes sociais amplifica essa voz, transformando a plataforma em um espaço vital de "documentação, visibilidade e articulação política".

A criação de uma comissão formada por autoridades religiosas e cientistas para acompanhar a identificação do contexto do terreiro representa uma tática que articula

diferentes formas de conhecimento: a ciência arqueológica e a espiritualidade ancestral afro-brasileira.

Tal iniciativa ultrapassa a abordagem puramente técnica do patrimônio, ao propor uma compreensão sensível que reconhece a dimensão espiritual do território. A própria postagem ressalta que “não dá para mexer em fundamentos dos orixás sem eles virem à tona”, estabelecendo uma conexão direta entre os artefatos encontrados (conchas, fios de contas, possíveis representações de orixás) e a espiritualidade afro-brasileira.

Trata-se, portanto, de um reconhecimento da sacralidade do espaço, aspecto que não é explorado nesta pesquisa, mas que se revela fundamental para compreender a identidade da população local e a construção de uma narrativa contra hegemônica sobre o Bixiga.

Além disso, a TAR (Latour, 2012) contribui para que se entenda as associações feitas entre as ações da rua e da rede, trazendo a perspectiva de que diferentes atores coproduzem novas territorialidades e narrativas de luta, evidenciando uma dinâmica de retroalimentação entre o espaço digital e o físico já que a rua repercute nas redes e, simultaneamente, as redes reforçam e amplificam a presença do coletivo no território.

A visita mostrada no post contou com a presença de autoridades religiosas, pesquisadores e documentaristas (@rubenscrispimjr e @thiago_fernandes_25). Essa articulação de figuras como Iyá Jennifer de Xangô, Mãe Solange d'Oyá, Obá José Mendes, Tata Kilonderu e Kamuanga, juntamente com pesquisadores como Claudia Alexandre, Fabrício Forganés e Vagner Gonçalves, demonstra uma capacidade de articular redes de apoio e construir redes sociotécnicas (latour, 2012).

A presença de Iyá Jennifer de Xangô, que já colaborou na identificação de peças arqueológicas ligadas às religiões de matriz africana, sublinha a importância dos saberes tradicionais na luta pela preservação da memória afro-brasileira. Essa abordagem desafia hierarquias epistêmicas, valorizando, integrando e equiparando saberes acadêmicos e tradicionais para a identificação do contexto religioso daquele terreno.

Essa história e postagem, portanto, reforçam o papel do Instagram como ferramenta de documentação e amplificação da narrativa do Coletivo, sendo também

uma estratégia comunicacional. A plataforma se torna um espaço vital para documentar as ações realizadas nas ruas, criando uma memória e registro da resistência de cada momento, acontecimento, vitória e derrotas, ressignificando assim as relações entre passado e presente, entre experiências individuais e identidades coletivas

Com o engajamento de 1080 curtidas, 19 comentários e 94 compartilhamentos revelam a ressonância da pauta e a capacidade do Coletivo de mobilizar uma opinião pública favorável às demandas reivindicadas, como reforça Nobre (2020) “Esse encontro nas ruas é o momento em que há uma virada na forma de ativismo, levando a uma mobilização social mais concreta.” (p. 246) e também ressaltam Sanches e Ramos (2025) que a importância das parcerias e colaboração funcionam como uma estratégia de amplificação em redes sociais, onde o engajamento potencializa alianças estratégicas que impulsionam o alcance dos conteúdos e fortalecem as redes, no caso do Coletivo, de solidariedade e mobilização.

Com isso, a postagem funciona como um elo comunicacional interdisciplinar e interestapacial, mostrando como as ruas, com suas histórias e representantes, dialogam com as redes, onde as vozes ganham amplitude para reafirmar identidades e fortalecer laços comunitários.

Passa-se, então, à análise da terceira postagem, publicada em 12 de novembro de 2023, em formato de carrossel. Neste recurso, as imagens são apresentadas de maneira sequenciada, permitindo ao público deslizar por uma narrativa visual composta por 10 fotografias:

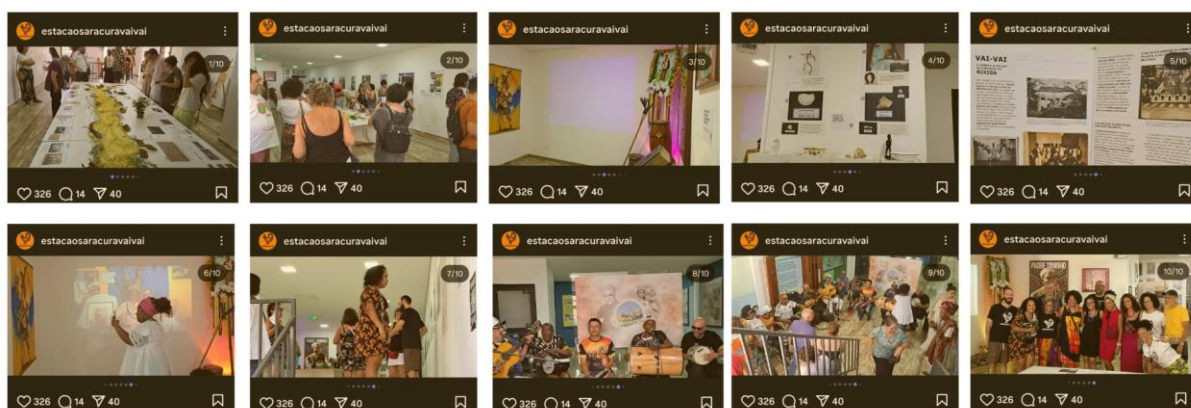


Figura 34 - Post de 12/11/2023

Na legenda textual, os dizeres:

Hoje abrimos a exposição QUILOMBO DO SARACURA: EXISTÊNCIA ONTEM, HOJE E SEMPRE!, no Memorial Achiropita Orione, com sucesso de público e a enorme alegria de ver as pessoas se reconhecendo/revivendo suas histórias pessoais no bairro. Até o dia 3 ficamos lá, com visitas agendadas durante a semana e das 10h às 17h aos sábados e domingos. Passa lá! Rua 13 de Maio, 432 📍📍 Agradecemos demais à @pastoralafroachiropitaoficial, ao @ileaseiyaosun, à @familia_tamarineira, à @escoladacidade, ao @iab.sp, ao @museudacidade, ao @imoreirasalles, à designer @fabiakarklin, à @achiropitaoficial e ao @memorialaob pela parceria que possibilitou esta iniciativa.

A postagem de 12/11/2023, referente à abertura da exposição Quilombo do Saracura: Existência ontem, hoje e sempre!, ilustra a categoria “Colaborações e redes”, ao evidenciar a articulação do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai com múltiplos atores sociais e institucionais.

O reconhecimento público de parceiros como a Pastoral Afro Achiropita, coletivos religiosos, instituições acadêmicas (Escola da Cidade, IAB-SP), museus (Museu da Cidade, Instituto Moreira Salles) e iniciativas comunitárias (Família Tamarineira, Memorial Achiropita Orione) demonstra como o coletivo opera em um ecossistema colaborativo de associações (Latour, 2012), no qual a preservação da memória negra e quilombola é ampliada por meio de redes de solidariedade, legitimidade institucional e intercâmbio cultural.

Ao tornar visíveis esses atores-rede múltiplos, a publicação constrói um efeito de presença expandida da luta, situando a memória do Quilombo Saracura não apenas como patrimônio do Bixiga, mas como questão pública de relevância coletiva.

A ausência de hashtags nesta postagem contrasta com a centralidade de menções (@), evidenciando que a estratégia discursiva aqui está voltada à consolidação de parcerias. O engajamento registrado de 326 curtidas, 14 comentários e 40 compartilhamentos revela um padrão típico das postagens de colaboração: não mobilizam necessariamente grandes volumes de interações imediatas, mas geram respostas qualificadas e fortalecem vínculos de legitimidade entre o coletivo, seus apoiadores e as comunidades locais.

Dessa forma, a publicação reafirma que a luta do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai não se dá isoladamente, mas se sustenta em uma trama de colaborações e

redes que ampliam a ressonância política e cultural de sua atuação, consolidando o Instagram como dispositivo sociotécnico de articulação e visibilização de alianças.

Esta postagem, evidencia que as práticas do Coletivo vão além dos protestos de rua tradicionais e incorporam ocupações artísticas, educação patrimonial, resgate de memória afro-brasileira, fazendo com que o ativismo perpassasse também pelo uso da cultura como recurso de mobilização e identidade como Avelar afirma:

Além da perspectiva do uso da cultura como recurso, a defesa do legado do quilombo também pode ser percebida pela perspectiva das teorias das identidades –sempre dinâmicas e performativas (Hall, 2003)– articulada à resistência contra o apagamento das histórias do povo preto e suas lutas antirracistas ao longo do tempo. (2023, p.64)

Em outras postagens analisadas nesta categoria, observa-se a mesma estratégia: o Coletivo mobiliza arte e cultura como instrumentos de resistência e de reatualização da memória negra, ao mesmo tempo em que promove educação patrimonial sobre o quilombo e sobre a história silenciada do Bixiga.

Essas redes colaborativas e práticas culturais contribuem para a produção de pertencimento e para o fortalecimento dos laços comunitários, evidenciados tanto pelo engajamento contínuo da página no Instagram quanto pelo alcance político conquistado pelo Coletivo em suas reivindicações. Tal dinâmica reafirma que o direito à cidade não se expressa apenas em disputas materiais, mas também em dimensões simbólicas e comunicacionais, pois não se trata apenas de resgatar o passado, mas de disputar o presente e projetar futuros possíveis.

Em suma, esta postagem contribui para a compreensão de que sob a ótica da comunicação urbana, do direito à cidade e da TAR são fundamentais para perceber como as redes digitais e as ruas se entrelaçam, constituindo novos repertórios de luta por memória, justiça urbana e permanência nos territórios.

E para além disso, a rede de associações do Coletivo consolida a presença ampliada da luta e da legitimação política e cultural das suas ações. O engajamento do post, ainda que de menor volume - pensando também que o número de seguidores e interações do perfil foram crescendo ao longo dos anos -, reflete a eficácia da estratégia comunicacional voltada para o fortalecimento dos vínculos comunitários e institucionais, enquanto a mobilização da arte e da cultura, conforme aponta Avelar

(2023), reforçam a dimensão identitária, articulando resistência, educação patrimonial e produção de pertencimento.

Assim, o Coletivo não apenas resgata narrativas esquecidas, mas também disputa simbolicamente o presente e projeta possíveis futuros inclusivos no território urbano, ampliando o campo da cidadania e do direito à cidade em sua dimensão sociocultural e comunicacional.

Assim, seguimos para a última postagem analisada nesta categoria, datada de 22 de agosto de 2022, ainda no começo da mobilização:



Figura 35 - Post em video do dia 22/08/2022

No conteúdo textual da legenda:

Primeiros registros da nossa atividade na @jornadadopatrimoniosp, que foi um sucesso. Ao menos 130 pessoas assinaram a lista de presença. E o caminho percorrido nas trilhas da nossa ancestralidade foi incrível, com a cuidadosa guia Liah Belmonte (@ptraliah13); Paulo Santiago @paulosantiagodeaugustinis), do nosso MUMBI (@mumbixiga); Rodrigo Minhoca, da Casa Mestre Ananias (@mestreananias); Claudia Balthazar (@claubalthazar), parceira da Comunidade Maria José (@ruadelazermj); Victor Próspero (@victorpord), do Coletivo Salve Saracura (@salvesaracura); Adão Oliveira (@jose.oliveira.adao), do MNU (@mnusaopaulo); Cláudia Alexandre (@claualex16); Marília Calazans (@mariliaolca); e Mestre Gugu (@guguquilombola), do @quilombolasdeluz. E um agradecimento todo mundo que participou!

#BixigaNegro #quilomboSaracuraVive #EstaçãoSaracuraVaiVai
#MetrôSemDestruiçãoDaNossaHistória #NossoChãoNossaHistória
#Saracura #quilombo

A postagem relata os “Primeiros registros da nossa atividade na @jornadadopatrimoniosp”, evento considerado um “sucesso” e que contou com a assinatura de ao menos 130 pessoas na lista de presença, ou seja, na rua. Esse dado evidencia a relevância do engajamento presencial e a articulação entre o ativismo digital e as ações físicas no território. Contudo, as métricas digitais da publicação de 155 curtidas, 6 comentários e nenhum compartilhamento, indicam que, naquele momento, o perfil do Coletivo ainda se encontrava em uma fase inicial da mobilização, o que explica sua visibilidade restrita no Instagram.

Para esta postagem, acionamos o conceito de comunicação urbana, como aborda Caiafa:

Há um espaço de comunicação, um trânsito que escoar pelas vias urbanas diversas — transeuntes ao longo das ruas, veículos que os conduzem, informação ao longo de cabos ou carregada por dispositivos móveis. Formas de circulação e comunicação seguem deslocando, por vezes, as anteriores ou sendo adaptadas por elas, produzindo experiência, afetando o espaço construído e gerando formas de sociabilidade e de subjetivação. (2017, p.1)

A autora ressalta a comunicação urbana como um campo dinâmico e multifacetado, onde o fluxo constante de pessoas, veículos e informações configura um trânsito que atravessa e transforma o espaço público. Nesse contexto, a mobilização na rua e no Instagram pelo Coletivo Estação Saracura Vai-Vai atua como uma extensão desse trânsito comunicativo, convertendo a plataforma digital em uma via urbana de circulação simbólica, onde as experiências, afetos e saberes

relacionados à memória e à resistência negra se inscrevem e impactam o espaço construído, promovendo novas formas de sociabilidade e subjetivação.

A postagem é um registro de um evento chamado “Jornada do Patrimônio”, onde o coletivo resgata a ancestralidade e promove a reapropriação cultural da comunidade local por meio de um percurso pelas ruas do bairro, no qual são narradas e reativadas as histórias vinculadas ao patrimônio material e imaterial do território do Bixiga. Nesse contexto podemos pensar que, este é um modelo articulado de uma prática ativista de territorialidade urbanocomunicacional (Pereira et al, 2024), que traz à tona, formas comunicacionais de ser e estar na urbe e de articular sentidos memória, identidade, história e educação patrimonial como formas de resistência e afirmação cultural da territorialidade do Bixiga.

O evento, conforme relatado pelo Coletivo na postagem, contou com a participação de instituições e figuras relevantes em sua luta, evidenciando que a construção de um senso coletivo por meio de ações solidárias no bairro contribui para a efetivação do direito à cidade (Harvey, 2005).

Além disso, o registro documental no perfil do Instagram reforça as perspectivas da teoria ator-rede (Latour, 2012), na qual as redes formadas pela interação entre humanos e não humanos - incluindo aqui, registros audiovisuais, documentos e espaços-, são essenciais para a produção do social em contextos urbanos marcados por tensões e disputas.

O evento e a postagem demonstram que a estratégia de resistência do Coletivo não se restringe somente à crítica, mas se orienta para proposições concretas de reterritorialização, reconhecimento e justiça social no que tange à construção da afirmação identitária das comunidades negras do Bixiga.

Quanto à circulação e impacto do post nas redes sociais, apesar do número relativamente modesto de 155 curtidas, 6 comentários e o fato de não ter compartilhamentos é apenas um reflexo do início do perfil do Coletivo no Instagram, atingindo na época, apenas uma métrica de identificação emocional (Levesque e Pons, 2023).

Em síntese, a postagem evidencia como a cidade se configura como um lugar de disputa político-cultural, onde memórias, identidades e territórios ancestrais se entrelaçam com práticas de ativismo urbano. Por meio da articulação entre

mobilização presencial e registro digital, o Coletivo transforma ruas e redes em arenas de resistência, construindo narrativas que resgatam histórias invisibilizadas e fortalecem o pertencimento comunitário.

Assim, esta análise reforça que a luta pelo reconhecimento e preservação do patrimônio afro-brasileiro não se limita à materialidade do espaço urbano, mas se estende à dimensão simbólica e comunicacional, revelando a cidade como palco central das tensões, resistências e possibilidades de reconfiguração inclusiva da vida urbana e documentada no perfil do Coletivo Saracura Vai-Vai.

Concluimos neste capítulo que o Instagram do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai configura-se como um espaço estratégico de ativismo digital, onde memória, território e identidade negra são continuamente produzidos, disputados e ressignificados. A análise das categorias temáticas “disputas de poder e território”, “ativismo e memória afro-brasileira” e “colaborações e redes” evidencia como o ambiente digital potencializa as ações presenciais, fortalecendo a construção coletiva de sentidos e ampliando a resistência contra o apagamento histórico e as desigualdades urbanas (Latour, 2012; Caiafa, 2017; Hall, 1997).

Ao articular conceitos como “quilombismo digital” (FRANCO, 2022), e mediação sociotécnica (Latour, 2005), o capítulo reafirma a importância das redes sociais enquanto instrumentos de mobilização, engajamento e protagonismo negro.

Essa atuação demonstra que a disputa narrativa no Instagram transcende o simbólico, configurando-se como uma extensão concreta das lutas pela preservação do patrimônio cultural e pelos direitos urbanos, consolidando o Coletivo como ator ativo na produção de memória e na transformação social do bairro do Bixiga.

3.4. Breve análise da entrevista cedida pelo Coletivo Estação Saracura Vai-Vai

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas diversas tentativas de contato com o Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, muitas das quais não obtiveram retorno. Ainda assim, a investigação prosseguiu, mantendo esforços contínuos de comunicação. Somente após a redação do texto e da análise, o Coletivo respondeu às perguntas encaminhadas, por meio de conversas no WhatsApp, destacando que as respostas deveriam ser compreendidas como expressão do

movimento em sua totalidade, e não de um integrante específico, pois eles se organizam de forma não hierarquizada.

As respostas foram registradas em 04/09/2025, data próxima à entrega da dissertação, o que impossibilitou sua incorporação ao longo do desenvolvimento da escrita. Apresenta-se a seguir o registro das respostas fornecidas pelo movimento.

Segundo as respostas fornecidas pelo Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, o grupo compreende como fundamental a sua participação no Instagram, dados acontecimentos de invisibilização midiática e também como ferramenta para elaborar associações (Latour, 2012) produzindo um ativismo de memória, pertencimento e permanência tanto na rua quanto na rede (Nobre, 2020).

Essa percepção do Coletivo corrobora com as reflexões levantadas nesta pesquisa, especialmente em relação ao eixo analítico que orienta o estudo sobre como as narrativas urbanas sobre memória, território e identidade são disputadas, produzidas e ressignificadas pelo Coletivo, através do ativismo digital no Instagram, diante das dinâmicas de poder, do apagamento histórico e da tensão entre urbanização e preservação do patrimônio afro-brasileiro no bairro do Bixiga, em São Paulo.

O Coletivo, portanto entende o Instagram como uma ferramenta comunicacional capaz de promover diálogo com o público interessado, do bairro ou de outras localidades, articulando novas associações em rede, documentando o registro de memória de suas ações e narrativas e utilizando o Instagram para tornar públicas e visíveis suas iniciativas, mostrando suas atividades, mobilizações e conquistas ao público. Ou seja, o uso do Instagram é a forma do Coletivo de projetar suas ações para além do espaço físico, ampliando seu alcance e impacto.

Quando o Coletivo cita que suas principais limitações no Instagram são o alcance de postagens e riscos de segurança que envolvem a exposição em uma rede controlada por uma grande corporação com interesses em lucro, mostram a preocupação sobre algo que esta pesquisa não abordou, a relação de alcance algorítmico do Instagram que favorecem publicações pagas e criam obstáculos para conteúdos contra-hegemônicos, impactando no que ganha visibilidade ou não.

A dinâmica de retroalimentação entre o espaço digital e o físico ficou evidente na entrevista já que as ações de rua repercutem nas redes (como registros de eventos,

por exemplo) e as redes reforçam e amplificam a presença do coletivo no território (como divulgação e convocação para ação social em defesa de alguma pauta).

Além disso, o Coletivo constrói sua rede de apoio e alianças formada por diversos atores sociais, políticos e culturais já que o Coletivo comenta que suas escolhas de colaborações são a partir da atuação e vivência das pessoas que integram o movimento, que como eles citam, é diversa, sendo composta por professorxs, sambistas, jornalistas, socióloga, historiadora, radialista, arquitetxs, produtora cultural o que acaba por contribuir com a articulação de saberes, traduzindo conhecimentos acadêmicos para uma linguagem acessível e fomentando a construção de uma consciência crítica.

Isso ocorre através do uso estratégico de recursos como marcações de perfis (@) e hashtags (#) que ampliam o alcance das mensagens e conectam diferentes atores sociais, transformando a plataforma em um espaço de "aquilombamento virtual"(ANDRADE, 2023) ou "ciberquilombo"(FRANCO, 2022). Essas colaborações, segundo o Coletivo, se materializam em diversas ações: como rodas de conversa, escrita de artigos em conjunto ou referenciando esses movimentos em suas lutas.

Este esforço se alinha à ideia de que a comunicação urbana (Caiafa, 2017) não se limita à circulação de informações, mas também à construção de sentidos e à disputa por direito à cidade (Harvey, 2005).

A contribuição das redes sociais para a construção de uma narrativa contra-hegemônica sobre o bairro e a história afro-brasileira no Bixiga é avaliada pelo Coletivo como fundamental e fortalecedora.

As sugestões temáticas do coletivo são valiosas e poderiam ser integradas à pesquisa, caso houvesse tempo hábil para tal. Considerando que uma categorização temática sugerida por eles é de "Informes sobre o sítio arqueológico", entendemos que este pode ser um subtema da categoria "Disputa de poder e território" ou de "Ativismo e memória afro-brasileira" dependendo da forma que os informes postados estivessem apresentados. Ou também poderia ser uma nova categoria chamada de "Documentação Arqueológica".

Outra sugestão dada, foi de uma categoria para "Comunicação de eventos", mas entendemos que dependendo da forma que é apresentada a postagem, ela poderia ser parte tanto de "Disputa de Poder e território", por exemplo, registro de

manifestação ou participação em audiência pública; quanto poderia ser parte de “Ativismo e memória afro-brasileira”, caso fosse uma postagem de evento que enaltece a cultura e a memória negra, como por exemplo seminários ou caminhadas patrimoniais. Ou também poderia fazer parte de “Colaborações e redes” caso fosse uma postagem realizada em parceria com outras instituições e coletivos.

Esta pesquisa fez uma análise de cada postagem para enfim definir a qual categoria seriam designadas, para que assim, fossem esmiuçadas características comuns às postagens.

Já a sugestão de "Fomento de redes e comunidade", entendemos que é algo que já está amplamente contemplado na categoria "Colaborações e redes" desta pesquisa e que já descreve de forma precisa o processo de articulação com outros atores sociais, universidades, movimentos sociais e instituições culturais e que esta pesquisa também destaca como importantes parcerias para amplificar mensagens e alcançar novas audiências.

Também nesta categoria, são pensados os conceitos de "aquilombamento virtual" ou "ciberquilombismo" como uma reflexão frente à conexão de pessoas, instituições, pesquisadores, artistas e etc que o Coletivo promove, comparando estas associações com as redes de colaborações, de solidariedade e compartilhamentos de saberes, conforme Nascimento (2016) afirma sobre quilombos históricos.

A última sugestão foi "Luta por permanência" e entendemos que é uma pauta que unifica as ações de disputa territorial e de valorização da memória afro-brasileira sendo ligado à defesa do direito à cidade e à resistência à gentrificação e ao apagamento histórico e territorial, logo, seriam postagens dentro da categoria de "Disputa de poder e território" reforçando o elo memória e permanência, passado e futuro, que o próprio Coletivo cita.

Em suma, observa-se que a entrevista concedida pelo Coletivo reforça e corrobora com os assuntos abordados nesta pesquisa, evidenciando a relevância do Instagram como ferramenta de ativismo, registro de memória e articulação de redes para a promoção da preservação da memória afro-brasileira e do direito à cidade.

Considerações Finais

A presente dissertação, intitulada "Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai: Análise Das Potencialidades Das Ações De Um Coletivo E Suas Redes Urbano-Comunicacionais", foi construída a partir da seguinte questão: Como o ativismo comunicacional do Coletivo Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai no Instagram expressa disputas de poder e resistências à urbanização do Bixiga?

A partir disso, a pesquisa teve como objetivo compreender as dinâmicas de disputa de poder em torno do ativismo territorial, urbano e comunicacional (Pereira et al., 2024) do Coletivo "Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai" e das pautas que constrói, articula e defende em sua página oficial na rede social Instagram. Além de os objetivos específicos serem de investigar como o coletivo produz e ressignifica narrativas urbanas sobre memória, território e identidade; analisar as estratégias comunicacionais e as ações de ativismo digital empreendidas em sua página no Instagram; refletir sobre as tensões existentes entre a urbanização e a preservação do patrimônio afro-brasileiro no bairro do Bixiga, em São Paulo; e examinar os processos de apagamento histórico e as disputas de poder que emergem na relação entre o coletivo e o contexto urbano em que atua.

Desde o início da realização desta pesquisa, foram delineados os objetivos, a relevância social e acadêmica do estudo, bem como a justificativa de se analisar a intersecção entre comunicação urbana, memória coletiva e ativismo digital como elementos centrais para problematizar o direito à cidade (Harvey, 2005).

Para conseguir refletir acerca das questões levantadas, foi necessário realizar um processo de coleta de dados, montando um backup das postagens de junho 2022 quando foi dado início a Mobilização até maio de 2025.

Para isso, utilizamos uma planilha estruturada com colunas específicas contendo datas, imagens coletadas por meio da ferramenta "printscreen", conteúdo textual, hashtags e padrões de engajamento de curtidas, comentários e compartilhamentos de todas as postagens do perfil até a última postagem do mês de maio.

Toda esta coleta foi realizada de forma manual, já que a política do Instagram não permite acesso aos insights de perfis alheios, o que impossibilitou o acesso a

métricas oficiais e detalhes de engajamento, então, toda a análise foi pautada no engajamento observável publicamente.

Dada a amplitude dos dados coletados, realizamos primeiramente uma análise panorâmica inicial, utilizando como critérios o conteúdo textual das legendas, o conteúdo das imagens, as métricas do engajamento público (Levesque e Pons, 2023) e as hashtags. Com isso, passamos a refletir que alguns assuntos eram recorrentes nas postagens, e que o objetivo da mensagem dava a entender que era possível categorizar em alguns certos conjuntos todo o material coletado.

Cruzando os assuntos levantados pelas postagens com as bibliografias estudadas durante a realização do mestrado, foi possível nomear os conjuntos de postagens como: “Disputas de poder e território”, “Ativismo e memória afro-brasileira” e “Colaborações e redes”, que acabaram se tornando categorias temáticas das postagens do Coletivo nesta pesquisa.

As postagens da categoria "Disputas de Poder e Território" compreendem-se como postagens que exploram o espaço urbano atravessado por dinâmicas complexas de poder, interesses econômicos e processos de mercantilização que produzem exclusões, deslocamentos e desigualdades socioespaciais, e que portanto afirmam uma luta pelo direito à cidade, utilizando como referência os autores Harvey(2005), Latour (2012), Highfield et al (2020), Franco (2022).

As postagens da categoria “Ativismo e memória Afro-Brasileira” abrangem postagens que consideram o capital cultural e a memória histórica afro-brasileira no ativismo digital, como formas de educação política, disputa simbólica da construção de narrativas que conectam o ativismo na e da rua e o ativismo na rede, utilizando como referência autores como Adichie (2009), Munanga (2004), Ribeiro (2019) e Bastos (2012).

E as postagens de "Colaborações e Redes" abrangem a articulação de alianças, solidariedade, associações e redes que fortalecem a atuação política e comunitária do Coletivo, utilizando como referências principais Latour (2012), Highfield, Leaver & Abidin (2020) e Salgado (2018).

Com esta categorização, foram cruzados os dados de engajamento utilizando como referência Levesque e Pons (2023), curtidas, comentários, compartilhamentos, hashtags para que fossem encontradas apenas 4 postagens que

representassem cada categoria para realização desta análise, e também foram selecionadas outras postagens para serem anexadas ao longo da pesquisa conforme os conceitos trabalhados. Lembrando que esta pesquisa não é neutra, foi construída a partir da visão das próprias postagens do Coletivo, como forma de ouvir a voz da mobilização.

No decorrer desta pesquisa, o capítulo 1 refletiu sobre a formação histórica e social do Bixiga, evidenciando sua trajetória marcada por apagamentos e resistências a partir das postagens e registros do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai no Instagram. A abordagem do Coletivo contesta a narrativa hegemônica do Bixiga como um bairro italiano, reafirmando a presença negra e popular, configurando em uma controvérsia do território e logo, como lugar de disputas por memória, identidade e pertencimento.

Discutiu-se também a comunicação urbana e as territorialidades, com base na TAR (Latour, 2012), entendendo a cidade como um território comunicacional dinâmico, atravessado por memórias, narrativas e disputas de significado. Por fim, apresentamos as controvérsias centrais do estudo, como a desapropriação da quadra da Escola de Samba Vai-Vai para a construção da Linha 6-Laranja do metrô e a descoberta do sítio arqueológico do Quilombo Saracura, que motivaram a criação do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai.

No capítulo 2, sobre “Tensões e Disputas Urbanas: Quem tem o direito à cidade?”, aprofundamos a análise sobre os processos de gentrificação, tensões e disputas urbanas, contextualizando a luta do Coletivo no âmbito de conceitos como o Direito à Cidade (Lefebvre 2001, Harvey 2012) e a justiça urbana (Rolnik).

Nos subcapítulos (2.1 a 2.4), foram exploradas a relação entre urbanismo e desigualdade, a crítica ao Plano Diretor (PDE) e às políticas de planejamento urbano, além dos embates em torno da preservação do patrimônio cultural negro e as formas de resistência da territorialidade do Bixiga. A discussão foi fundamentada em conceitos como o direito à cidade, justiça urbana, destacando como os interesses do mercado imobiliário e as políticas excludentes confrontam a preservação cultural e a identidade negra, impulsionando narrativas de resistência do Coletivo no ambiente digital.

Evidenciou-se, assim, que a defesa da memória quilombola do Saracura está intrinsecamente ligada às disputas de poder e ao direito de permanecer na cidade.

Já no capítulo 3, a pesquisa concentrou-se na análise das postagens do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai no Instagram, sistematizando as categorias temáticas que emergiram do corpus analisado, detalhando as categorias “Disputas de poder e território”, “Ativismo e memória afro-brasileira” e “Colaborações e redes”, refletindo sobre como o Coletivo articula práticas discursivas e estratégias digitais para produzir memória, mobilizar solidariedades e ampliar sua atuação política.

Aqui, observamos que neste capítulo o ativismo digital não se opõe ao ativismo de rua, pelo contrário, a rua e a rede, conforme Nobre (2020) se complementam e se configuram no que se pode compreender como um “ciberquilombo” (FRANCO, 2022) um espaço virtual de acolhimento, solidariedade e resistência que atualiza as lógicas ancestrais dos quilombos para a ação do Coletivo em rede e em rua.

A TAR (2012) de Latour fundamentou a compreensão da agência distribuída entre atores humanos e não-humanos, observamos aqui que o Instagram funcionou como ator não-humano na disputa simbólica e política, além de ser um canal comunicativo, um arquivo vivo e afetivo das lutas e triunfos acerca dessas disputas travadas pelo Coletivo.

Por fim, o capítulo 3.4 apresenta a entrevista concedida pelo Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, realizada em 04/09/2025, após diversas tentativas de contato. Devido à proximidade com a finalização da dissertação, não foi possível integrar suas respostas ao longo do texto, o que motivou a criação de um capítulo específico para registrar como o Coletivo percebe o uso do Instagram no contexto do ativismo digital.

O coletivo na entrevista, afirma que a plataforma é uma forma de integrar comunicação digital e presencial, ampliando sua atuação no bairro do Bixiga e conectando-se com diversos atores sociais, políticos e culturais.

Eles reconhecem as limitações do alcance das postagens e os riscos de segurança do ambiente digital controlado por grandes corporações, mas ressaltam as potencialidades de colaboração e fortalecimento de alianças por meio da rede.

Na entrevista eles reforçam a importância da construção de narrativas contra o apagamento histórico e a desigualdade urbana, alinhando-se com conceitos teóricos sobre a comunicação urbana, ativismo digital trabalhados nesta dissertação.

Por fim, o Coletivo sugere a ampliação das categorias temáticas da pesquisa para incluir informes do sítio arqueológico, comunicação de eventos e luta por permanência, consolidando o Instagram como espaço estratégico de ativismo e produção de memória no contexto urbano afro-brasileiro, porém reiteramos aqui, que as sugestões dadas acabam abarcadas nas categorias estabelecidas nesta pesquisa.

As considerações finais desta pesquisa apontam que o uso do Instagram pelo Coletivo Estação Saracura Vai-Vai, no contexto da disputa urbana, configura-se como uma arena central de mediação, memória e ativismo. O uso da plataforma pelo Coletivo afirma o papel das redes digitais como campo político contemporâneo, revelando a densidade simbólica e política do conteúdo produzido e seus impactos concretos.

Nesse processo, a comunidade negra é reposicionada como protagonista da cidade, enquanto o Instagram, entendido como ator-não humano, integra a produção do ativismo, fomentando controvérsias que sustentam narrativas contra-hegemônicas e a luta por justiça social no Bixiga defendidos e reivindicados pelo Coletivo.

Como desdobramento desta pesquisa, abrem-se caminhos para investigações futuras que aprofundem a relação entre a memória afro-brasileira ancestral vinculada ao Sítio Arqueológico Saracura e o acompanhamento das reivindicações do Coletivo Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai, observando se e como essas demandas serão efetivamente consideradas ao longo do processo de construção da Estação 14 Bis. Tal acompanhamento permitirá compreender de que maneira as disputas simbólicas e materiais pelo território se reconfiguram no tempo e quais efeitos produzem na preservação da memória e na valorização do patrimônio afro-brasileiro no bairro do Bixiga.

No campo teórico, o estudo também se desdobra na ampliação das discussões sobre a comunicação urbana a partir de uma perspectiva decolonial da territorialidade, contribuindo para a reflexão sobre os modos como a cidade é narrada, representada e reivindicada por grupos historicamente marginalizados. Além disso, propõe-se a continuidade da análise das potencialidades e desafios do ativismo digital negro no Instagram, especialmente diante das dinâmicas algorítmicas mencionadas na entrevista concedida pelo coletivo, que podem tanto ampliar quanto limitar a visibilidade de narrativas contra-hegemônicas no ambiente digital.

Referências Bibliográficas

A Lasca Arqueologia E Patrimônio. Projeto De Resgate Arqueológico Sítio Saracura/14 Bis. Relatório Técnico, São Paulo, [2022].

Adichie, Chimamanda Ngozi. O Perigo De Uma História Única. Ted Global, 2009.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen (Coleção Feminismos Plurais), 2019. 256 p. ISBN 978-85-98349-75-6.

ANDRADE, Alice Oliveira de. Aquilombamento Virtual Midiático: Uma Proposta Teórico-Metodológica para o Estudo das Mídias Negras. 2023. 341f. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

Avelar, M. S. S.; BRAS, J. M.; PEREIRA, Simone Luci; CHIOVATTO, A. L.; PAIVA, F. R. Coletivo Estação Saracura Vai-Vai e redes de comunicação urbana: uma análise das discussões em torno das obras do Metrô na região do Bixiga. In: Intercom, 2023, Belo Horizonte. 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, PUC-Minas

AVELAR, Milena Santana SIGNOR; PEREIRA, Simone Luci. Aquilombamentos do Bixiga: reflexões sobre a atuação do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai na cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, São Paulo. Anais... São Paulo: INTERCOM, 2023. p. 62-67.

Badenes, Daniel. COMUNICACIÓN Y CIUDAD: LÍNEAS DE INVESTIGACIÓN Y ENCUENTROS CON LA HISTÓRIA CULTURAL URBANA. Comisión de Investigaciones Científicas de la Provincia de Buenos Aires /Universidad Nacional de La Plata (Argentina). 2007

Bastos, Marco Toledo; Recuero, Raquel; Zago, Gabriela. Encontros E Desencontros Entre Tar E Ars: O Laço Fraco Entre Teoria E Método. Contemporanea: Comunicação E Cultura, V. 12, N. 3, P. 576-594, Set./Dez. 2014. Issn 1809-9386.

Bastos, Rossano Lopes. Patrimônio Cultural: Memória E Identidade. Porto Alegre: Editora Fi, 2024.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Bonduki, Nabil. Origens Da Habitação Social No Brasil: Arquitetura Moderna, Lei Do Inquilinato E Difusão Da Casa Própria. 4. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

Bonduki, Nabil. Política Urbana E Direito À Cidade: Uma Leitura Crítica Do Plano Diretor De São Paulo. São Paulo: Editora Senac, 2016.

Brasil De Fato. Vai-Vai, Quilombo Saracura E O Metrô: Obra Reacende Luta Pela Memória Negra No Bixiga. Brasil De Fato, 29 Ago. 2022. Disponível Em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/29/vai-vai-quilombo-saracura-e-o-metro-obra-reacende-luta-pela-memoria-negra-no-bixiga/> . Acesso Em: 11/01/2025

Brasil. Estatuto Da Cidade: Guia Para Implementação Pelos Municípios E Cidadãos. Brasília: Câmara Dos Deputados, Coordenação De Publicações, 2001.

Brasil. Estatuto Da Cidade: Lei Federal Nº 10.257, De 10 De Julho De 2001. Regula O Uso Da Propriedade Urbana Em Prol Do Bem Coletivo, Da Segurança E Do Equilíbrio Ambiental. Diário Oficial Da União, Brasília, Df, 11 Jul. 2001.

Brasil. Lei Nº 12.288, De 20 De Julho De 2010. Disponível Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso Em: 10/01/2025

Brasil. Lei Nº 12.288, De 20 De Julho De 2010. Disponível Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm Acesso Em: 10/01/2025

Caiafa, J.. Comunicação, Subjetividade E Transpontos Nas Cidades. Novos Olhares, 8 (1), 7-19. (2019)

Caiafa, Janice. Apresentação Ao Dossiê Comunicação Urbana. Ecopós. Rio De Janeiro, V.20, N.3, P. 1-9. 2017.

Caiafa, Janice. Comunicação E Diferença Nas Cidades. Lugar Comum - Estudos De Mídia, Cultura E Democracia. N.18, P.91-101, 2002.

Caiafa, Janice. Cultura Urbana: Comunicação E Representação Do Espaço. Rio De Janeiro: Editora Fgv, 2002.

Canevacci, J. A Polifonia Urbana: Ensaio Sobre A Cidade. São Paulo: Editora Xyz, 1993.

Careri, Francesco. Walkscapes – O Caminhar Como Prática Estética (Trad. Frederico Bonaldo) São Paulo: Editora G. Gili 2015.

Careri, Francesco. Walkscapes: O Caminhar Como Prática Estética. São Paulo: Ed. G.Gilli, 2013.

Carla Schwingel. Ciberativismo: O Movimento Software Livre Rs. Xxvi Congresso Anual Em Ciência Da Comunicação, Belo Horizonte/Mg, 02 A 06 De Setembro De 2003. Disponível em:

<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/106711772667020019504370109481292732437.pdf> Acesso em 22/02/2025.

Carvalho, Patrícia Marinho. Memória E Identidade Cultural: A Preservação Do Patrimônio Arqueológico. Revista Memorare, V. 2, N. 1, P. 34-49, 2024.

Castells, Manuel. A Sociedade Em Rede. 7. Ed. São Paulo: Paz E Terra, 2018. (A Era Da Informação: Economia, Sociedade E Cultura; V. 1).

Castells, Manuel. O Poder Da Identidade. 6. Ed. São Paulo: Paz E Terra, 2018. (A Era Da Informação: Economia, Sociedade E Cultura; V. 2).

Castro, Márcio Sampaio De. Bexiga, Um Bairro Afro-Italiano: Comunicação, Cultura E Construção De Identidade Étnica. 2006. Dissertação (Mestrado Em Comunicação) – Escola De Comunicações E Artes, Universidade De São Paulo, São Paulo, 2006.

Césaire, Aimé. Discurso Sobre A Negritude/ Aimé Césaire; Carlos Moore. (Organização) - (Coleção Vozes da Diáspora Negra, Volume 3). Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

Chiovatto, A. L.; PEREIRA, Simone Luci. Sensibilidades comunicacionais no concreto da cidade: derivas e etnografia de rua no Parque Minhocão/SP. Movendo Ideias, v. 29, p. 31-55, 2024

Chiovatto, A. L.; PEREIRA, Simone Luci. Territorialidades urbano-comunicacionais: um estudo etnográfico do Parque Minhocão/SP. In: Intercom, 2023, Belo Horizonte. 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, PUC-Minas

CORRÊA, Ana Luiza et al. A Saracura Grande: como a água desvenda a membrana entre cidade e floresta. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) – Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2021. Disponível em:

https://ev.escoladacidade.org/wp-content/uploads/2022/02/G04_BANCA-FINAL_reduzido2_compressed.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

CORREIO PAULISTANO (SP). “Saracura”. Ed. 15860, 6 set. 1907. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20190&pesq=saracura&pagfis=11737 . Acesso em: 06 maio 2025.

CORSÍN JIMÉNEZ, Alberto. On space as a capacity. Journal of the Royal Anthropological Institute, v. 9, n. 1, p. 137-153, 2003.

CRISPIM JR., Rubens (Diretor). O Bixiga É Nosso! [Filme]. Brasil (SP): Olé Produções; Ecofalante, 2023. 73 min.

Cruces, Francisco. Culturas Urbanas: Prácticas, Derivas, Miradas. Madrid: Alianza Editorial, 2016.

Domingues, M. A. M. Instagram: refletindo sobre lugares de memória na contemporaneidade. RBHD, 2021.

DOS SANTOS, Cristiano Henrique; DA SILVA, Renata Nascimento. Quilombos virtuais: as novas expressões de (re)territorialização, resistência, ativismo e empoderamento negro nas redes sociais. Logos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, 2019. DOI: 10.12957/logos.2019.36152. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/36152> . Acesso em: maio de 2025

G04_BANCA-FINAL. A Saracura Grande: como a água desvenda a membrana entre cidade e floresta ao mesmo tempo que dá indícios de floresta na cidade. Ana Luiza Corrêa; Ana Teresa Carvalho; Isabella Martini Ramos; Louise Cyrino; Luara Macari; Thiago Costa Neto. São Paulo: Escola da Cidade, 2022. Disponível em: https://ev.escoladacidade.org/wp-content/uploads/2022/02/G04_BANCA-FINAL_reduzido2_compressed.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2025.

DOS SANTOS, Cristiano Henrique; DA SILVA, Renata Nascimento. Quilombos virtuais: as novas expressões de (re)territorialização, resistência, ativismo e empoderamento negro nas redes sociais. Logos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, 2019. DOI: 10.12957/logos.2019.36152. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/36152>. Acesso em: 24/05/2025

Entrevista Com Caru Schwingel, Disponível Em: <https://Tvbrasil.Ebc.Com.Br/Midia-Em-Foco/2017/11/Especialista-Explica-Diferenca-Entre-Rede-Social-E-Midia-Social> . Acesso em: 15/02/2025.

Fernandes, Cíntia Sanmartin; Herschmann, Micael; Rocha, Rose De Melo; Pereira, Simone Luci (Orgs.). Artivismos Urbanos: Sobrevivendo Em Tempos De Urgências. Porto Alegre: Editora Sulina, 2022.

FRANCO, NELZA JAQUELINE SIQUEIRA. Ciberquilombismo: negras e negros no espaço digital. 2023. 151 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/809672166/CIBERQUILOMBISMO-NEGRAS-E-NEGROS-NO-ESPACO-DIGITAL> . Acesso em: abril 2025

Glass, Ruth. London: Aspects Of Change. London: Mac Gibbon And Kee, 1964.

Gomes, Ângela. O Apagamento Da História Negra No Brasil. São Paulo: Editora Xyz, 2018.

Gonçalves, Camila Teixeira. Intervenções Contemporâneas No Bixiga: Fissuras Urbanas E Insurgências. 2016. Dissertação (Mestrado Em Arquitetura E Urbanismo) – Instituto De Arquitetura E Urbanismo, Universidade De São Paulo, São Carlos, 2016. Disponível Em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/Tde06072016-094834/?Lang=Pt-Br> . Acesso Em: 15/01/2025

Gonçalves, Thiago Rodrigues. O Lugar-Samba No Bixiga: Memória E Identidade. 2014. Dissertação (Mestrado Em Geografia) – Instituto De Geociências E Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Rio Claro, 2014.

Gramsci, Antonio. Cadernos Do Cárcere. 3. Ed. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Haesbaert, Rogério. O Mito Da Desterritorialização: Do “Fim Dos Territórios” À Multiterritorialidade. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Haesbaert, Rogério. Viver No Limite: Território E Multi/Transterritorialidade Em Tempos De Insegurança E Contenção. Rio De Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

Hall, Stuart. Da Diáspora: Identidades E Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2003.

Hall, Stuart. Identidade Cultural Na Pós-Modernidade. 11. Ed. Rio De Janeiro: Dp&A, 2011.

Harvey, David. A Produção Capitalista Do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

Harvey, David. Cidades Rebeldes: Do Direito À Cidade À Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O Direito à Cidade. IN: Lutas Sociais. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP. N. 29. São Paulo: 2012.

<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692> . Acesso em: 10/05/2025

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Educação patrimonial: educação, memórias e identidades. Caderno Temático 3. João Pessoa: Iphan/PB, 2013. 108 p. ISBN 978-85-7334-242-0.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL IPHAN. Parecer Técnico nº 50/2023, 09 mai. 2023.

INSTAGRAM. Sobre o Instagram. Meta. 17 nov. 2020. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br/> . Acesso em: 10 mai. 2025.

Juliani, Lúcia De J. C. O. Projeto De Resgate Arqueológico – Sítio Saracura/14 Bis: Linha 6 Do Metrô De São Paulo. São Paulo: A Lasca Arqueologia, 2022.

Kilomba, Grada. Plantation Memories. 1. Ed. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede. Tradução de Luciano Nanni. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo, Centauro. (2001)

Leaver, Tama; Highfield, Tim; Abidin, Crystal. Instagram: Digital Media And Society. Cambridge: Polity Press, 2020.

Leite, Sylvia. Saracura: Um Quilombo No Coração De São Paulo. Lugares De Memória, 25 Jul. 2022. Atualizado Em 11 Jun. 2024. Disponível Em: <https://Lugaresdememoria.Com.Br/Saracura-Quilombo-No-Coracao-De-Sao-Paulo/> . Acesso Em: 11/01/2025

LEMOS, André. A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

LEVESQUE, Nataly; PONS, Frank. Influencer Engagement on Social Media: A Conceptual Model, the Development and Validation of a Measurement Scale. Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research, v. 18, n. 4, p. 1741–1763, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374380659_Influencer_Engagement_on_Social_Media_A_Conceptual_Model_the_Development_and_Validation_of_a_Measurement_Scale Acesso em: 10/05/2025

Machado, Jorge Alberto S.; Rodrigues, Cristiano. "Ativismo Feminista Negro Digital: Estética E Afetividade Como Disputas Políticas." Cadernos Pagu, N. 62, E2062207, 2021. Disponível Em: <https://Periodicos.Sbu.Unicamp.Br/Ojs/Index.Php/Cadpagu/Article/View/8668794>

Malini, Fábio; Antoun, Henrique. A Internet E A Rua: Ciberativismo E Mobilização Nas Redes Sociais/ Fábio Malini E Henrique Antoun. – Porto Alegre: Sulina, 2013.

Mbembe, Achille. Crítica Da Razão Negra. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

Munanga, Kabengele. Rediscutindo A Mestiçagem No Brasil: Identidade Negra E Identidade Nacional. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Nascimento, Abdias. O Genocídio Do Negro Brasileiro: Processo De Um Racismo Mascarado. 4. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Nascimento, Larissa Aparecida Camargo. No Bixiga Nem Tudo É Italiano: Relatos De Vivência Sobre Um Bairro Da Região Central Em São Paulo. Pensando Áfricas E Suas Diásporas. Neabi – Ufop -Mariana/Mg. Vol. 01 N. 01 – Jan/Jun 2016.

NERES, Felipe dos Santos. O Vai-Vai do Bixiga: processos de despossessão no território negro do samba. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 20., 2023, Belém. Anais... Belém, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st12-20.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

NEVES, Taynara de Carvalho. Cidade como mercadoria: da produção ao conflito. Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, João Pessoa, n. 33, p. 67-74, maio 2017.

Nobre, Maíra Ramírez; Borges, Jéssica Dayane De Abreu; Rena, Natacha Silva Araújo. Entre Redes E Ruas: Tecnopolíticas Dos Novíssimos Movimentos Sociais. Revista Indisciplinar, V. 6, N. 1, P. 180-193, Out. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

Patrimônio cultural, territórios e identidades / Organizadores: João Carlos Nogueira e Tânia Tomázia do Nascimento. Florianópolis : Atilênde, 2012. 200 p. ISBN:978-8589469-03-6

Pessoa, M. C., Muniz, C., Nito, M. K. S., & Nascimento, F. B. O Patrimônio Cultural No Plano Diretor De São Paulo: Trajetória, Dissensos E Possibilidades. *Simetria - Revista Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo*, 8(11). 2023.

Pereira, S. L., Rett, L., & Bezerra, P. M. (2021). Músicas e sons que ecoam pelas ruas da cidade: : o evento Paulista Aberta. *E-Compós*, 24.

PEREIRA, Simone Luci; AVELAR, Milena Santana Signor. *Aquilombamentos do Bixiga: reflexões sobre a atuação do Coletivo Estação Saracura Vai-Vai na cidade*. In: Cuaderno 1 GT 15 ALAIC. 2023.

Pereira, S. L., Bras, J. M., & Rodrigues, J. C. (2023). Usos da cultura, dinâmicas de produção/consumo solidário e ativismos: tensões e diálogos no Bixiga (São Paulo). *E Compós*, 26. Jun. Pindograma. O Plano Diretor De São Paulo E Sua Revisão, Explicados. Pindograma, 2021.

Prefeitura De São Paulo. Lei Nº 16.050, De 31 De Julho De 2014. Disponível Em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014> . Acesso Em: 10/01/2025

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. *Antropolítica*, Niterói, n. 25, p. 99-111, 2008.

Prefeitura De São Paulo. Lei Nº 16.050, De 31 De Julho De 2014. Disponível Em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014> . Acesso Em: 10/01/2025

PORTAL DO BIXIGA. Salve Saracura: mais de 50 entidades do Bixiga se posicionam contra a construção de edifícios na Grotta do Bexiga. 2023. Disponível em: <https://www.portaldobixiga.com.br/salve-saracura-mais-de-50-entidades-do-bixiga-se-posicionam-contr-a-construcao-de-edificios-na-grota-do-bexiga/> Acesso em: 10/05/2025

Reguillo, Rossana. Estrategias Del Desencanto: La Emergencia De Culturas Juveniles En América Latina. Buenos Aires: Norma, 1996.

Reguillo, Rossana. Paisajes insurrectos: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio. [S.l.]: Ned Ediciones, 2017. 208 p.

Reguillo, Rossana. La construcción simbólica de la ciudad: sociedad, desastre y comunicación. Guadalajara: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO), 1996.

Ribeiro, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia Das Letras, 2019.

ROCHA, Rose de Melo; PEREIRA, Simone Luci. O que consomem os que não consomem? Ativistas, alternativos, engajados. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 107-120, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/64mTvPcX9VCFZfLymQQ5dvG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10/05/2025

Rocha, Rose De Melo. Juventude E Mídia: Novos Paradigmas Da Comunicação Para A Mudança Cultural. São Paulo: Paulus, 2007.

Rodrigues, Cristiano; Freitas, Viviane Gonçalves. "Ativismo Feminista Negro No Brasil: Emergências E Enredamentos." *Revista Brasileira De Ciência Política*, N. 25, P. 7-38, 2018.

Rolnik, Raquel. *A Cidade E A Lei: Legislação, Política Urbana E Territórios Na Cidade De São Paulo*. 2. Ed. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 2003.

Rolnik, Raquel. *Guerra Dos Lugares: A Colonização Da Terra E Da Moradia Na Era Das Finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

Rolnik, Raquel. *O Que É Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2018.

Sanches, E.; Ramos, C.M.Q. Evaluating the Impact of Instagram Engagement Metrics on Corporate Revenue Growth: Introducing the Loyalty Rate. *Information* 2025, 16, 287. 2025. <https://www.mdpi.com/2078-2489/16/4/287/>

Sanchotene, C. R. S. Memória e valorização do patrimônio cultural no Instagram. *Revista ELO*, 2025

Santos, C. J.; Silva, R. N. Quilombos Virtuais: As novas expressões de (re)territorialização, resistência, ativismo e empoderamento negro nas redes sociais. *Revista LOGOS*, 2023.

Santos, Milton. *A Natureza Do Espaço: Técnica E Tempo, Razão E Emoção*. São Paulo: Edusp, 1996.

Santos, Milton. *O Espaço Do Cidadão*. 7. Ed. São Paulo: Editora Da Universidade De São Paulo, 2014.

Santos, Milton. Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único À Consciência Universal. Rio De Janeiro: Record, 2000.

São Paulo. Lei N° 16.050 De 31 De Julho De 2014. Plano Diretor Estratégico De São Paulo. São Paulo: Editora Do Município, 2014. Disponível Em: <https://Legislacao.Prefeitura.Sp.Gov.Br/Leis/Lei-16050-De-31-De-Julho-De-2014> .Acesso Em: 15/02/2025

Sassen, Saskia. A Cidade Global: Nova Iorque, Londres, Tóquio. São Paulo: Edusp, 1998.

Sassen, Saskia. As Cidades Na Economia Mundial. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

Sassen, Saskia. Expulsões: Brutalidade E Complexidade Na Economia Global. Rio De Janeiro: Paz E Terra, 2016.

Sassen, Saskia. Sociologia Da Globalização. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Silva, Tarcisio Torres. Ativismo Digital E Imagem: Estratégias De Engajamento E Mobilização Em Rede. São Paulo: Paco Editorial, 2016. Isbn 978-85-462-0670-8.

Soares, Reinaldo Da Silva. O Cotidiano De Uma Escola De Samba Paulistana: O Caso Do Vai-Vai. 1999. Dissertação (Mestrado Em Antropologia Social) – Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas, Universidade De São Paulo, São Paulo, 1999.

Spivak, Gayatri Chakravorty. Pode O Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2010.

Stangl, Andre Figueiredo. Estratégias Para Uma Cartografia De Controvérsias “Culturais”: O Caso Dos Rolezinhos Nos Jornais E Redes Digitais. Fronteiras – Estudos Midiáticos, V. 18, N. 2, P. 180-193, Maio/Ago. 2016. Unisinos.

Santos, C. J.; Silva, R. N. Quilombos Virtuais: expressões de (re)territorialização nas redes. Revista LOGOS, 2023.

SALGADO, Tiago Barcelos Pereira. Fundamentos pragmáticos da teoria ator-rede para análise de ações comunicacionais em redes sociais online. 2018. 301 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B2QM2U/1/salgado_tiago_tese_finalizada.pdf. Acesso em: 06 abril 2025

Tureta, César. Práticas Organizativas em Escolas de Samba: o Setor de Harmonia na Produção do Desfile do Vai-Vai / César Tureta. 2011.

Vai-Vai, 2025. Disponível em: <https://vaivai.com.br/> Acesso: 10 de maio de 2025

VIEIRA, Anna Paula Ferraz Dias; ESTEVES JÚNIOR, Milton. Cidade e narrativa: discurso e direito à cidade nos espaços opacos. VIRUS, São Carlos, n. 17, 2018. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=5&lang=pt>. Acesso em: 23 maio. 2025.

Anexos

Entrevista concedida pelo Coletivo Estação Saracura Vai-Vai:

1. O Coletivo utiliza o Instagram, parece que cada passo do coletivo está registrado. O Instagram é visto pelo Coletivo como ferramenta de mobilização, registro, memória ou outro uso? Como o Coletivo enxerga o uso do Instagram?

R.: A conta de Instagram do coletivo existe desde os primeiros meses de mobilização e é vista como uma forma de comunicação com o público interessado, do bairro ou fora dele. Vemos como ferramenta de articulação em rede, registro de memória e extroversão de nossas ações. Não é, porém, a única forma de comunicação. Desde o início entendemos a importância de estarmos presentes nos espaços do bairro, seja por meio de reuniões abertas, eventos como aulas públicas e roteiros, colagem de lambes, panfletagem. A comunicação na rede social se soma, e dialoga, com a comunicação presencial.

2. Por que o coletivo escolheu o Instagram como rede oficial? Vocês possuem outros canais/redes?

R.: Postamos o mesmo conteúdo do Instagram no Facebook do movimento, porém o alcance e a interação são maiores no Instagram. A escolha se deu por serem as redes que a maior parte dos próprios integrantes do movimento acessa. Temos ainda canal no YouTube com vídeos que produzimos ou co-produzimos, LinkTree para agrupar conteúdos importantes e um canal de divulgação no WhatsApp.

3. Como vocês lidam com as limitações e potencialidades do Instagram para a luta pela memória do Quilombo Saracura?

R.: Vamos aprendendo conforme fazemos. As principais limitações dizem respeito ao alcance de postagens e riscos de segurança que envolvem a exposição em uma rede controlada por uma grande corporação com interesses em lucro. Em termos de potencialidades, poder fazer posts em colaboração com outras páginas e nos conectar a movimentos com lutas semelhantes, nos informando sobre elas, são destaques.

4. Vocês percebem que o Instagram ajuda a ampliar a rede de alianças do coletivo? Como isso acontece?

R.: Sim. Isso acontece por meio da possibilidade de nos mantermos informados sobre outros movimentos e informar a eles nossa atuação, permitindo articulações como rodas de conversa, escrita de artigos em conjunto ou referenciando esses movimentos, e mesmo o fortalecimento em casos de abaixo-assinado e o endosso de outros documentos importantes para o Saracura Vai-Vai.

5. Qual o intuito da página do Coletivo? Como é a relação rua e rede social? Como vocês escolhem as colaborações na rua e na rede?

R.: O intuito é ser mais uma forma de comunicação com a comunidade interessada, de extroversão de ações e registro de memória. Escolhemos colaborações a partir da atuação e vivência das pessoas que integram o movimento, que é diversa em termos profissionais, por exemplo, mas intensa no bairro. Temos no movimento professorxs, sambistas, jornalistas, socióloga, historiadora, radialista, arquitetxs, produtora cultural, entre outros ofícios.

6. Como é feita a curadoria das postagens? Há cronograma? Os textos das publicações utilizam qual linguagem (mais formal ou mais “internetês”)? O coletivo elabora postagens a partir de grupos temáticos ou a partir dos acontecimentos?

R.: As postagens são elaboradas a partir dos acontecimentos, principalmente, com exceções em casos de datas importantes e temas que desejamos comunicar (algo mais histórico referente a pesquisa, por exemplo, comum no início do movimento). Não há cronograma fechado, mas tentamos manter uma frequência mínima de uma postagem semanal e, via um grupo de trabalho que inclui pessoas da comunicação atuantes no movimento, decidir os passos do que e como postar. A linguagem usada é próxima a como falamos.

7. O coletivo já enfrentou situações de apagamento ou invisibilidade na mídia tradicional? Se sim, como vocês reagem a isso? Como vocês avaliam a

contribuição das redes sociais para a construção de uma narrativa contra hegemônica sobre o bairro e a história afro-brasileira no território do Bixiga?

R.: Sim. Em nossa atuação conseguimos atingir espaços importantes na mídia tradicional, graças a sensibilização maior para o tema e a uma maior diversidade nas redações, o que nos ajudou muito. Mas entendemos que há uma limitação relacionada à forma mais macro como o jornalismo é feito e aos interesses envolvidos. Nesse sentido, entendemos que a pauta da memória enquanto um assunto cultural ou de turismo/passeio é mais aceita que a pauta da memória enquanto luta por permanência da população e contra uma urbanização racista. Essa fragmentação não nos interessa e sempre em nossos materiais de comunicação reforçamos o elo memória e permanência, passado e futuro. A rede social ajuda sim a fortalecer e consolidar nossa própria narrativa e nos foi útil em momentos em que a imprensa falou sobre o caso sem nos procurar, por exemplo.

8. Enquanto estava pesquisando as postagens, separei elas por grupos temáticos, como “Disputa de poder e território” que seriam posts que defendem o território e a narrativa comunicacional, “Ativismo e memória afro-brasileira” com postagens de memória do território, personalidades negras, e contextos históricos e “Colaborações e redes” com postagens de agentes sociais que somam na luta e defesa dos objetivos do Coletivo. O Coletivo acrescentaria mais alguma unidade temática?

R.: A divisão é interessante. Não pensamos nisso, mas talvez uma possibilidade temática seja: informes sobre o sítio arqueológico, comunicação de eventos, fomento de redes e comunidade, luta por permanência.